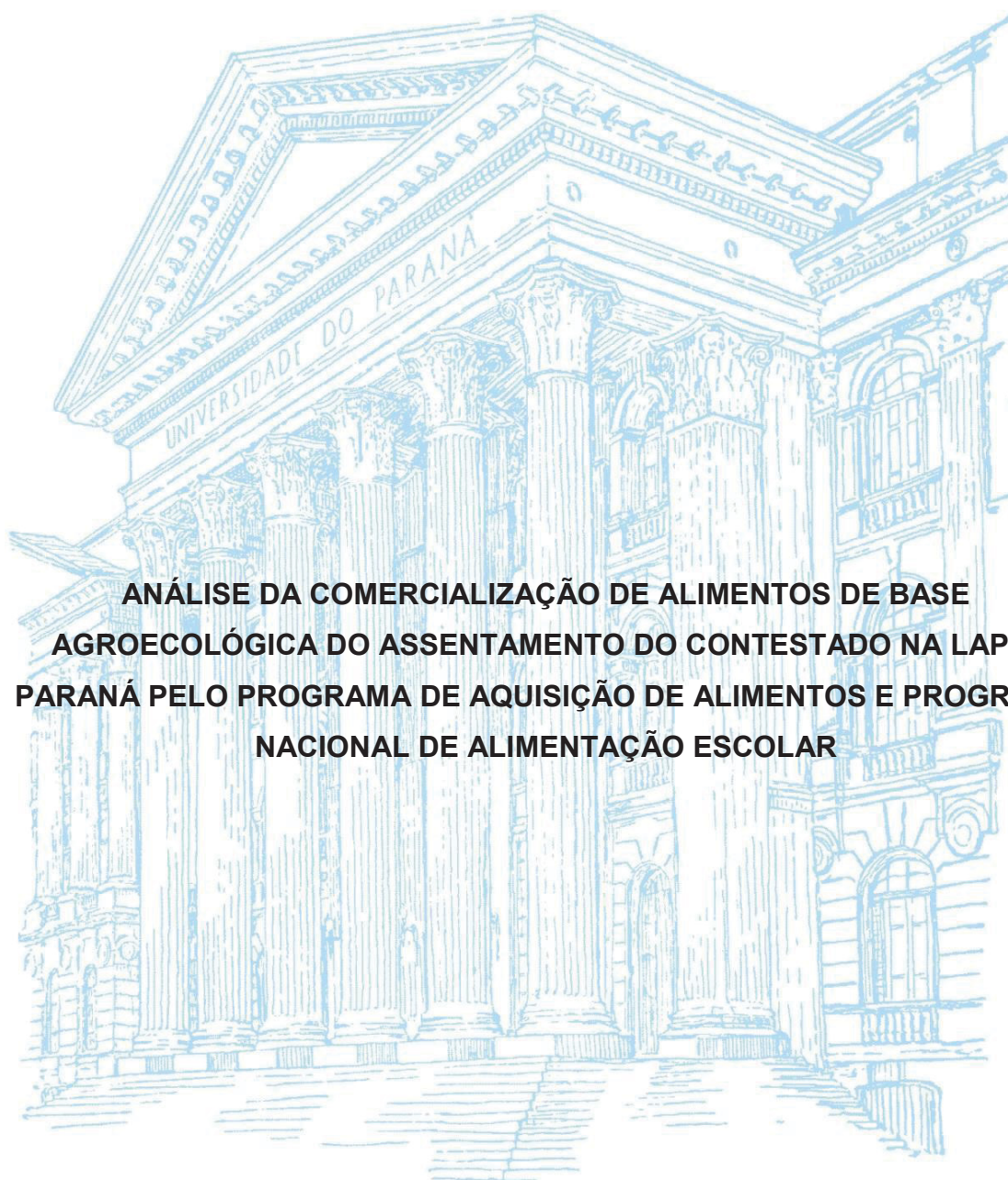


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDNEIA CACHOEIRA



**ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE BASE
AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO NA LAPA-
PARANÁ PELO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

MATINHOS

2018

EDNEIA CACHOEIRA

**ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE BASE
AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO NA LAPA-
PARANÁ PELO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Hellmann
Coorientador: Prof. Dr. Diomar Augusto de Quadros

MATINHOS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

- C119a Cachoeira, Edneia
Análise da comercialização de alimentos de base agroecológica do assentamento do contestado na Lapa-Paraná pelo programa de aquisição de alimentos e programa nacional de alimentação escolar / Edneia Cachoeira ; orientador Fernando Hellmann ; co-orientador Diomar Augusto de Quadros. – 2018. 133 f.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2018.
1. Alimentação escolar. 2. Agricultura familiar. 3. Alimentação agroecológica. 4. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 5. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 613.0432



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **EDNEIA CACHOEIRA** intitulada: **ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE BASE AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO NA LAPA - PARANÁ PELO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 23 de Março de 2018.


FERNANDO HELLMANN

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


MAYRA TAIZA SULZBACH

Avaliador Interno (UFPR)


DOUGLAS FRANCISCO KOVALESKI

Avaliador Externo (UFSC)


SILVIA DO AMARAL RIGON

Avaliador Externo (UFPR)

À Jusefa Svistalski Cachoeira, mulher, agricultora, companheira e mãe.

AGRADECIMENTOS

Para percorrer a caminhada do mestrado e concluir essa dissertação contei com os ventos positivos que sopraram a meu favor e principalmente com muitas pessoas (anjos) que me ajudaram, seja de forma direta e próxima ou de forma indireta e mais distante. Posso dizer que esse trabalho foi uma construção possível porque não o fiz sozinha. Não será possível citar cada momento e partilha vivida, mas as lembranças estão na memória e no coração.

Para começar, quero agradecer a Wendel Augusto Gama pela divulgação do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTs) e pelo incentivo. Não me esqueço das palavras de incentivo e das boas vibrações.

Diogo Neves Melo pela disponibilidade, incentivo e apoio de muitas vezes. Gratidão amigo!

Agradeço aos meus pais, Jusefa Svistalski Cachoeira e Milton Laurindo Cachoeira, pelo amor intenso e apoio incondicional. Meus irmãos Angela S. Cachoeira e Edvagner S. Cachoeira pela compreensão das ausências e distância. E a todos os meus familiares que me incentivaram e torceram pela minha caminhada.

De forma especial quero agradecer a todos os colaboradores e ex-colaboradores do Centro Social Marista Ir. Henri. Essas pessoas fizeram a diferença, cada um me ajudou imensamente em vários sentidos e maneiras. Pessoal amo vocês! Aos educandos, meu sentimento de carinho e gratidão. Nesse lugar e com essas pessoas recarrego minhas energias.

Agradeço a Juscelino Lima dos Santos pelo incentivo e pela força de sempre. Foram muitos momentos que estive ao meu lado, lendo e relendo minhas escritas. Obrigada de coração! A Dona Marlene e Seu Lima (*in memoriam*) meus sinceros agradecimentos pela ajuda e pelo amor que demonstraram.

As *Stars*: Cristiane de Oliveira, Danielle Castro, Juliana Campa e Sariana Vanderlinde como escrever meu amor e agradecimento por vocês, minhas amadas amigas. Obrigada por tudo e por todas! Amo cada uma nas suas diferenças. São anjos que a vida me presenteou.

Agradeço a Lorenza Santiago da Trilhas - Incubadora Social Marista pela disponibilidade e apoio inicial.

Rafaela Bagolin Bez, Seu Antonio B. Bez e Salete B. Bez meus sentimentos de gratidão. Obrigada pela ajuda, partilha de conhecimento e força para realizar este trabalho.

Paulinho, muito obrigada por toda ajuda e receptividade para que minha pesquisa fosse possível. Assim, agradeço também a todos os agricultores e agricultoras do Assentamento do Contestado. Quanto aprendizado e admiração por todos. Gratidão!

Aos gestores responsáveis pelos programas de Aquisição de Alimentos e Alimentação Escolar da Lapa e de Curitiba, PR. Meus agradecimentos pela atenção, disponibilidade dos diálogos e conhecimentos.

Fernanda Lima agradeço por toda a ajuda e a força nessa caminhada.

Gabriel Vargas obrigada pela força, carinho, dedicação e disponibilidade. Sabe de minha amizade e gratidão, meu parceiro.

Professor Fernando Hellmann meu muito obrigada pela orientação, pela dedicação e apoio a esse trabalho de pesquisa, assim como de toda partilha de conhecimento.

Ao professor Diomar Augusto de Quadros agradeço também o aceite e a coorientação com muito carinho.

Quero agradecer aos colegas e professores do Programa de Pós- graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Quanto partilha de conhecimento, experiências e aprendizado me proporcionaram.

Para finalizar, quero dizer que a palavra chave nesses agradecimentos é gratidão e amor.

Gratidão pela oportunidade de em dois anos sentir, aprender e viver novas possibilidades.

Amor pela vida em todos os sentidos.

Obrigada mais uma vez a todos!

Canção da Terra

[...] Madre terra nossa esperança

Onde a vida dá seus frutos

O teu filho vem cantar

Ser e ter o sonho por inteiro

Ser sem-terra, ser guerreiro

Com a missão de semear

À terra, terra

Mas apesar de tudo isso

O latifúndio é feito um inço

Que precisa acabar

Romper as cercas da ignorância

Que produz a intolerância

Terra é de quem plantar

À terra, terra

(O Teatro Mágico, 2011)

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE contemplam o acesso à alimentação adequada e saudável, o incentivo à agricultura familiar e a valorização da produção agroecológica no que diz respeito à comercialização. O PAA, instituído pela lei n.10.696 de julho de 2003, dentro do Programa Fome Zero, possui como principais finalidades o acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar. O PNAE, instituído pela lei n. 11.947 de junho de 2009, tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem contribuído com a agricultura familiar, soberania, segurança alimentar e nutricional, a produção orgânica e agroecológica, circuitos curtos de comercialização e na valorização da produção local/regional. O fortalecimento desses programas e políticas sociais fazem parte das disputas, lutas e interpretações sobre o lugar e o papel da agricultura familiar na sociedade brasileira e no desenvolvimento rural sustentável. O objetivo desse estudo foi analisar a comercialização de alimentos de base agroecológica do Assentamento do Contestado, Lapa - Paraná, por meio, do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar na perspectiva dos agricultores e de gestores municipais. A metodologia foi uma abordagem qualitativa, descritiva segundo seus fins e de campo segundo seus meios. Foram realizadas entrevistas com dezesseis (16) agricultores do Assentamento do Contestado e sete (7) gestores municipais relacionados aos Programas PAA e PNAE. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, no intuito de analisar criticamente as comunicações e os conteúdos manifestos, assim como observações feitas em diário de campo. Os resultados foram descritos em quatro categorias: (1) o sentido dos alimentos de base agroecológica (2) as potencialidades do Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (3) as dificuldades da comercialização e (4) os desafios da comercialização de alimentos agroecológicos. A garantia de renda e de venda e o fortalecimento da agricultura familiar são potencialidades mais citadas por agricultores e gestores. A promoção da saúde no consumo de alimentos saudáveis e o respeito ao meio ambiente são concepções presentes sobre alimentos agroecológicos. A preocupação entre os agricultores e gestores de que as políticas alusivas à compra dos alimentos da agricultura familiar de base agroecológica podem não continuar devido à mudança de governo, além das inúmeras barreiras da burocracia, problemas logísticos para a entrega de alimentos, incomensurabilidades e divergências políticas nas gestões e a necessidade de transformar os programas em políticas públicas foram dificuldades e desafios destacados. O incentivo de políticas locais para o setor pode colaborar para o aprimoramento de uma comercialização mais justa que reestruture esses dois mercados institucionais valiosos ao desenvolvimento da agricultura familiar sustentável ao campo e a cidade.

Palavras-chave: Comercialização. Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) contemplate access to adequate and healthy food, encouragement for family farming and valorization of agroecological production in terms of commercialization. The PAA, instituted by law n.10. 696 of July 2003, within the Zero Hunger Program, has as main purposes the access to food and the incentive to family agriculture. The PNAE, established by law no. 11.947 June 2009, aims to contribute to biopsychosocial growth and development, learning, school performance and the formation of healthy habits of students. The Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) have contributed to family agriculture, food and nutritional sovereignty and security, organic and agroecological production, short marketing circuits and the valorization of local / regional production. The strengthening of these programs and social policies are part of the struggles, struggles and interpretations about the place and role of family agriculture in Brazilian society and sustainable rural development. The objective of this study was to analyze the commercialization of food based agroecological basis of the Settlement of Contestado, Lapa - Paraná, through the Food Acquisition Program and the National School Feeding Program from the perspective of farmers and municipal managers. The methodology is a qualitative approach, descriptive according to its aims and field according to its means. Interviews were conducted with sixteen (16) farmers from the Contestado Settlement and seven (7) municipal managers related to the PAA and PNAE Programs. The data were analyzed by means of content analysis, in order to analyze critically the communications and the manifest contents, as well as observations made in field diary. The results were described in four categories: (1) the meaning of agroecological food (2) the potential of the Food Acquisition Program and the National School Feeding Program (3) the difficulties of commercialization and (4) the challenges of agroecological food marketing. The promotion of health in the consumption of healthy foods and the respect to the environment are present conceptions on agroecological foods. The guarantee of income and sale and the strengthening of family agriculture are potentialities most cited by farmers and managers. Concern among farmers and managers that the policies regarding the purchase of food from agroecological-based family farms may not continue due to the change of government, beyond the numerous barriers of bureaucracy, logistical problems for food delivery, incommensurabilities and political differences in the management and the need to transform the programs into public policies were difficulties and outstanding challenges. Encouraging local policies for the sector can help to improve fairer trade that restructures these two valuable institutional markets to the development of sustainable family agriculture in the countryside and the city.

Keywords: Commercialization. Family farming. Food Acquisition Program (PAA). National School Feeding Program (PNAE).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PRINCIPAIS GRUPOS DE ATORES ATUANTES NA CONSTRUÇÃO DOS REFERENCIAIS DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR AO LONGO DOS ANOS	33
FIGURA 2 OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA NA MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTANEA.....	Erro! Indicador não definido.
FIGURA 3 - REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO PNAE.....	46
FIGURA 4 - OS TRÊS TIPOS DE SOBERANIA A SER ALCANÇADO POR UMA COMUNIDADE AGRÍCOLA OU UMA REGIÃO, SEGUINDO UMA ESTRATÉGIA AGROECOLÓGICA EM UM CONTEXTO DE RESILIÊNCIA.....	56
FIGURA 5 - ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO).....	61
FIGURA 6 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO	69
FIGURA 7 - FOTOGRAFIA DA PLACA EXPOSTA NA SEDE DO ASSENTAMENTO	69
FIGURA 8 - FOTOGRAFIAS DE UM MODO DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL NO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO	71
FIGURA 9 - FOTOGRAFIA DA COOPERATIVA TERRA LIVRE	72
FIGURA 10 - MAPA DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MODALIDADES DO PAA.....	40
QUADRO 2 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	- Articulação Nacional de Agroecologia
ATER	- Assistência Técnica e extensão Rural
CAE	- Conselho de Alimentação Escolar
CFP	- Comissão de Financiamento da Produção
CMA	- Cúpula Mundial sobre Alimentação
CNDRS	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPORG	- Comissão Nacional de Produção Orgânica
CNSA	- Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CNSAN	- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTAO	- Câmara Temática da Agricultura Orgânica
DHAA	- Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável
DL	- Decreto Lei
EEx	- Entidades Executoras
EGF-COV	- Empréstimo do Governo Federal Com Opção de Venda
ELAA	- Escola Latino Americana de Agroecologia
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBSAN	- Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GGPAA	- Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
HA	- Hectare
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAN	- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	- Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agraria
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOSAN	- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MESA	- Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar

MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC	- Organização Mundial do Comércio
OPAS	- Organização Pan-Americana da Saúde
PA's	- Projetos de Assentamento
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF	- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM	- Política de Garantia de Preço Mínimo
PLANAPO	- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	- Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	- Programa Nacional da Reforma Agrária
PNSAN	- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição
PNSF	- Programa Nacional de Crédito Fundiário
PR	- Paraná
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAT	- Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONATER	- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PTC	- Programa Territórios da Cidadania
SAF	- Secretaria da Agricultura Familiar
SAFs	- Sistemas Agroflorestais Agroecológicos
SAN	- Segurança Alimentar Nutricional
SC	- Santa Catarina
SDR	- Subsecretaria de Desenvolvimento Rural
SEAD	- Secretaria Especial de Abastecimento e Desenvolvimento Agrário
SEAF	- Seguro da Agricultura Familiar
SIPAF	- Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SISAN	- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SP	- São Paulo
SSAN	- Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
UEx	- Unidades Executoras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	JUSTIFICATIVA.....	16
2	OBJETIVOS	19
2.1	OBJETIVO GERAL.....	19
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
3	MARCO TEÓRICO - CONTEXTUAL	20
3.1	AGRICULTURA FAMILIAR: AGRICULTOR, CAMPONÊS E ASSENTADO	20
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNCOS E AGROECOLÓGICOS	30
3.2.1	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	39
3.2.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.....	44
3.3	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	48
3.3.1	A Soberania Alimentar	53
3.4	AGROECOLOGIA: A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA	56
3.5	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL	64
3.6	ASSENTAMENTO DO CONTESTADO	68
4	PERCURSO METODOLÓGICO	73
4.1	TIPO DE ESTUDO	73
4.2	CENÁRIOS DA PESQUISA.....	75
4.2.1	Município da Lapa Paraná	75
4.3	COLHEITA DE DADOS, PARTICIPANTES DA PESQUISA E AMOSTRAGEM.....	79
4.4	ANÁLISE DOS DADOS	81
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	85
5.1	O SENTIDO DOS ALIMENTOS DE BASE AGROECOLÓGICA PARA AGRICULTORES E GESTORES	85
5.2	A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE BASE AGROECOLÓGICA: POTENCIALIDADES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	87

5.3	DIFICULDADES DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE BASE AGROECOLÓGICA NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E DE ALIMENTAÇÃO NACIONAL ESCOLAR.....	97
5.4	DESAFIOS DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE BASE AGROECOLÓGICA NOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS.....	113
	APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA A COLETA DE DADOS: AGRICULTORES.....	128
	APÊNDICE 2 – ROTEIRO PARA A COLETA DE DADOS: GESTORES	130
	APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	132

1 INTRODUÇÃO

O ser humano não vive sem água e não vive sem alimento. Essa afirmação óbvia propicia a reflexão de que a alimentação é uma unidade complexa na qual interagem as dimensões físicas, psicológicas, ambiental, social e espiritual da existência humana (RIGON; BÓGUS, 2016, p. 32). No entanto, vive-se uma contradição diária de saúde. Por um lado, há pessoas passando fome e por outro, pessoas com sobrepeso. É um complexo quadro de insegurança alimentar e nutricional em nível mundial e justificaria a priorização nas agendas políticas dos governos (RIGON; BÓGUS, 2016).

A quantidade de alimentos produzida mundialmente é suficiente para garantir as necessidades diárias de energia e nutrientes para toda a população mundial (RIGON; BÓGUS, 2016, p. 33). Assim, há alimentos suficientes para alimentar a população mundial. Porém, como são produzidos, comercializados e consumidos esses alimentos ainda são desafios de muitos países.

As lutas dos movimentos sociais do campo pela defesa da soberania alimentar implicam um comprometimento com a produção agroecológica e com consumo consciente (MCMICHAEL, 2016) na qual as políticas públicas são essenciais. A agricultura familiar agroecológica pode ser protagonista no que se refere à produção de alimentos saudáveis. A agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 80% dos alimentos do mundo (FAO, 2014). A agricultura familiar passa então, de um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país à principal fornecedora de alimentos e cada vez mais adquire papel importante na manutenção da segurança alimentar e nutricional (DEVES; RAMBO, 2013, p. 153).

Nesse sentido a segurança alimentar e nutricional apresenta-se como importante avanço no país, consiste segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional:

[...] na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Assim, o agricultor, aquele que têm potencial para preservar as tradições, os recursos naturais e produzir alimentos, precisa se manter no campo produzindo em

condições dignas para sua subsistência e para as demais pessoas que dele podem obter o alimento por meio de mercados. Esse processo que parece simples e pode-se chamar de comercialização ou mercados tem despertado o interesse de muitos pesquisadores nas últimas décadas (ESTEVAM; SALVARO; BUSARELLO, 2015, p. 290).

Por mercados institucionais entende-se a compra de alimentos pelo Estado e no contexto das políticas públicas, refere-se ao papel do Estado na construção de mercados, particularmente na realização de compras governamentais de alimentos para serem utilizados em programas e ações públicas¹ (SCHMITT; GRISA, 2013, p. 233).

A comercialização por meio dos mercados institucionais acontece principalmente à frente de dois programas: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos os programas contemplam o direito humano à alimentação e à promoção de práticas alimentares saudáveis, contribuindo para a garantia de compra dos produtos da agricultura familiar, reforçando conexão entre agricultores familiares locais e consumidores e valorizando a produção agroecológica (LIMA; CORREA, 2013).

A agroecologia como estratégia de desenvolvimento sustentável apresenta segundo Altieri (2012), quatro razões principais: é socialmente mobilizadora; sua abordagem é culturalmente assimilável; promove técnicas economicamente viáveis e é ecológica *per se*. Por isso, promover a organização dos agricultores, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais ampliam a disponibilidade, a diversidade e regularizam a oferta dos alimentos ou produtos (BRASIL, 2012, p. 20).

A produção agroecológica é destaque no Assentamento do Contestado que fica localizado na Lapa - Paraná. O Assentamento é considerado um exemplo latino-americano de Assentamento como também de agroecologia. Ainda não são todas as famílias assentadas no local que produzem numa perspectiva agroecológica, mas estes se encontram em movimento contínuo de busca por uma transição efetiva.

A cooperativa Terra Livre, que está estruturada no Assentamento é responsável pelo processo de comercialização dos programas PAA e PNAE e também conforme respostas dos agricultores, facilita a operacionalização da comercialização de seus associados e promove a agroecologia. A cooperativa é

¹ MALUF, (1999); MACIEL, (2008); VOGT, (2009).

união de pessoas com o objetivo comum do econômico e busca a equidade entre os participantes (ARAUJO, 2014). Um cooperativismo baseado na cooperação de objetivos comuns que nesse caso é: comercializar produtos e alimentos agroecológicos beneficiando os associados, as pessoas que adquirem alimento livre de agrotóxico e fortalecimento das dimensões que envolvem um processo de desenvolvimento sustentável.

Desde que as famílias assentadas decidiram produzir de forma sustentável considerando a agroecologia como base, a questão da comercialização desses produtos e quem opta por esse consumo é marcado por desafios conforme diálogo no início da pesquisa de campo com agricultores assentados. Os alimentos e produtos são, na sua maioria, destinados para o município de Curitiba através da venda para os dois programas governamentais, PAA e PNAE.

Diante da comercialização feita por meio do PAA e PNAE, os agricultores familiares e agroecológicos do Assentamento e os demais associados à cooperativa Terra Livre, mostram trabalho, luta e resistência para manter-se no campo e criar novos canais de comercialização. Um importante destaque para a permanência no campo e em especial para os agricultores do Assentamento do Contestado são as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Agroecologia e Produção Orgânica, atreladas aos programas PAA e PNAE.

Elaborar uma proposta de política pública e contribuir para construir um modelo de desenvolvimento para a agricultura camponesa continua sendo um grande desafio [...] (FERNANDES, 2015, p. 385) em específico políticas de incentivo a comercialização. O PAA e o PNAE são exemplos de que é possível o Estado intervir no sentido de reconhecer os agricultores familiares além da dimensão econômica, possibilitar um reconhecimento político e social (PEREZ-CASSARINO et al., 2016).

Considerando diálogo com agricultores do Assentamento e observando o processo da comercialização marcado pelos programas institucionais PAA e PNAE, a metodologia decidida foi uma abordagem qualitativa classificando-se a pesquisa como descritiva segundo seus fins e de campo segundo seus meios, sendo analisada através da análise de conteúdo mostrando-se pertinente para refletir sobre as respostas dos agricultores e de gestores públicos aos roteiros de coletas de dados. Permitindo, fazer comparações entre as visões e possíveis novas estratégias para a comercialização.

1.1 JUSTIFICATIVA

A realização da pesquisa no Assentamento do Contestado localizado no município da Lapa no Estado do Paraná é justificada num primeiro momento pela minha história de vida. Sou filha de agricultores, nasci em Três Barras do Paraná e tenho dois irmãos. Estudei em escola rural pública e passei minha infância em contato com a terra e a natureza, pois meus pais sempre plantaram e cuidaram da terra a qual nos proporcionou o sustento. Vivi os momentos bons de crescer em sítio, mas também vivi as dificuldades do que é plantar, colher e comercializar produtos produzidos pela agricultura familiar. Num segundo momento, o interesse se intensificou com o meu contato na Trilhas Incubadora Social Marista² (GRUPO MARISTA, 2015) onde pude conhecer o Assentamento e os potenciais de uma produção agroecológica na região de Curitiba, PR. Me identifiquei com os desafios da comercialização que os agricultores familiares assentados me apresentaram logo de início.

Assim, escolhi o local em que eu gostaria de contribuir de alguma forma na busca da minha qualificação acadêmica: O Assentamento do Contestado, no município da Lapa – PR.

A justificativa social do presente estudo tornou-se cada vez mais evidente conforme conhecia e dialogava com os agricultores assentados, observando os potenciais e os desafios de agricultores familiares que buscavam vender sua produção agroecológica, principalmente para dois mercados institucionais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Assentamento, por sua organização junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) possui uma luta histórica e social pela reforma agrária, direitos, justiça, soberania e transformação social. As pesquisas e as parcerias de instituições com o local pesquisado são existentes, porém não foram identificados estudos e ações sobre a comercialização na perspectiva de agricultores e gestores municipais.

²Foi criada em 2014, fruto da parceria entre a Rede Marista de Solidariedade e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR). Localizada na Rua Guabirotuba, 270, Prado Velho, (Portão 3 - PUCPR), Curitiba.

São recentes os estudos sobre mercados no que se refere à agricultura familiar e mais recente ainda que os cientistas sociais passaram a estudar os processos de mercantilização na perspectiva da interação social, simbólica e cultural (SCHNEIDER, 2013). As políticas e os programas de incentivo a esse tipo de comércio são desafios constantes não superados no âmbito da agricultura considerada familiar e sustentável.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possibilitam o fortalecimento na estruturação econômica da agricultura familiar e no apoio a comercialização agrícola (GRISA; PORTO, 2015, p. 173).

Os agricultores do Assentamento precisam manter e abrir novos mercados para que possam comercializar seus produtos em especial os alimentos que são agroecológicos. Estabelecer uma relação direta e solidária entre o campestino - o campo e o consumidor - a cidade (VIVAS, 2010) são alternativas para diversificar e garantir comércios locais e sustentáveis.

Desta forma, programas de incentivo como o PAA e o PNAE, a sensibilização sobre o consumo de produtos orgânicos de base agroecológica e mudança de hábitos alimentares aproximam produtores e consumidores e estimulam a compra de alimentos de base ecológica em circuitos curtos de comercialização [...] (DAROLT, 2013).

O incentivo do Estado, enquanto comprador de alimentos saudáveis, promotor de segurança alimentar e nutricional, estimula a comercialização no Assentamento que possui a cooperativa Terra Livre como responsável. Porém, ainda muitos são as contradições e as dificuldades a serem superadas na relação estabelecida entre mercado institucional e a cooperativa de agricultores familiares.

Tendo em vista os objetivos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e a linha de pesquisa, justifica-se a pesquisa do ponto de vista institucional.

A motivação pessoal, as justificativas sociais e acadêmicas fazem da pesquisa um trabalho relevante que mantém em foco o debate de políticas e programas de comercialização que apoiam não só o trabalhador do campo, como da cidade, o meio ambiente, a terra e a vida.

Considerando a complexa relação que se estabelece entre comercialização de produtos e alimentos agroecológicos, políticas e programas públicos para a agricultura familiar a problemática que essa pesquisa se dispôs a refletir foi:

Quais são as potencialidades, dificuldades e os desafios para a comercialização de alimentos de base agroecológica no mercado institucional (PAA e PNAE) do ponto de vista dos agricultores assentados associados à cooperativa Terra Livre e dos gestores responsáveis pelos Programas?

2 OBJETIVOS

Para atingir o que a pesquisa se comprometeu segue o objetivo geral e específicos:

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a comercialização de alimentos de base agroecológica do Assentamento do Contestado, Lapa - Paraná, por meio, do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar na perspectiva dos agricultores e de gestores municipais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Entender as concepções sobre os alimentos de base agroecológica na visão dos agricultores e gestores;
- b) Conhecer e refletir sobre as potencialidades da comercialização dos alimentos de base agroecológica no Programa de Aquisição de Alimentos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- c) Apresentar e discutir as dificuldades da comercialização dos alimentos de base agroecológica no Programa de Aquisição de Alimentos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- d) Refletir sobre os desafios da comercialização dos alimentos de base agroecológica no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar.

3 MARCO TEÓRICO - CONTEXTUAL

Com as criações de políticas públicas, programas e leis que apoiam a agricultura familiar no Brasil, inúmeras foram às pesquisas relacionadas a esses temas. São muitos atores, pesquisadores, autores e movimentos sociais engajados em construir um desenvolvimento rural sustentável, que seja social e economicamente viável para todos.

No entanto, são recentes as políticas e programas que marcam a discussão sobre os circuitos de mercados alternativos no meio rural brasileiro.

Para apresentar e discutir os temas de acordo com o objetivo desse estudo apresenta-se o marco teórico-contextual. Primeiramente contextualiza-se a agricultura familiar no Brasil, suas contradições e as facetas das nomenclaturas: agricultor, camponês e assentado.

Na sequência, abordam-se as políticas públicas sobre a comercialização dos alimentos que são orgânicos e agroecológicos, destaque para os programas PAA e PNAE.

Continuando a contextualização apresentam-se três temas: a Segurança Alimentar e Nutricional, a Soberania Alimentar e a Agroecologia bem como, as duas leis e políticas a esse estudo: A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Para finalizar, faz-se uma discussão sobre Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (DTRS), suas similaridades, disparidades e as interações desses termos no meio rural.

E em seguida, apresenta-se o cenário contextual: O Assentamento do Contestado assim como a criação da Cooperativa Terra Livre que são importantes para se entender onde aconteceu a pesquisa de campo.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR: AGRICULTOR, CAMPONÊS E ASSENTADO

A agricultura familiar no Brasil tem suas origens com os índios brasileiros nas suas práticas e cultivos agrícolas (RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016), também foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da

sociedade em três características: grandes propriedades, monoculturas de exportação e escravatura (BRUMER, et al., 1997).

Definir uma origem ou consolidar um conceito único e linear sobre agricultura familiar não é tarefa fácil. Foram inúmeros acontecimentos históricos, políticos e sociais que interviram na construção do que hoje é denominada agricultura familiar. “A agricultura familiar brasileira apresenta várias conformações e origens e tem uma história pujante” (RAMBO; TARSITANO; LAFORGA, 2016, p.95).

No entanto, vem ocorrendo a construção da categoria agricultura familiar conforme cita Picolotto:

A emergência da categoria agricultura familiar e dos agricultores familiares como personagens políticos é recente na história brasileira. Especialmente nas duas últimas décadas, vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores (PICOLOTTO, 2014, p. 64).

Ainda, segundo esse autor o reconhecimento da agricultura familiar tem se dado de três formas distintas e complementares. São elas: (1) aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes; (2) reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar; e (3) trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo.

As valorações negativas como: atrasada, ineficiente e inadequada, passou para uma valorização positiva por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e pelo Estado. Passou a ser associada com adjetivos tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos (PICOLOTTO, 2014, p. 64).

As formas da precariedade que a agricultura de base familiar se constituiu no Brasil limitou segundo Picolotto (2014, p. 66), a constituição de uma categoria de agricultores centrados no trabalho familiar que pudesse fazer um contrapeso socioeconômico e político aos grandes proprietários e suas organizações e que pudesse desafiar o modelo de agricultura dominante.

Assim como complementa a professora Maria de Nazareth B. Wanderley:

No mundo rural brasileiro, formas semelhantes de exclusão social produziram, historicamente, efeitos devastadores sobre a própria identidade

social daqueles que estão associados a outros modos de viver e de produzir no campo, distintos do modelo dominante. (WANDERLEY, 2017, p. 69).

É preciso considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Há certa dificuldade teórica em atribuir um valor conceitual para agricultura familiar, conforme esplanava Wanderley:

As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações (WANDERLEY, 2003, p. 43).

Schneider (2003) aponta que a emergência da expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990 com dois eventos de impacto social e político: “De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)” e de outro lado, “a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)” (SCHNEIDER, 2003, p. 99 -100).

É o que confirma Delgado e Bergamasco (2017).

Historicamente, até a década de 90, a Agricultura Familiar brasileira não havia conhecido ainda um conjunto tão amplo de instrumentos de políticas públicas voltados para a proteção e o desenvolvimento desta categoria social. (BERGAMASCO; DELGADO, 2016, p. 10).

Como uma categoria social a agricultura familiar foi aos poucos desenvolvida e marcando presença na agenda do governo brasileiro. Alguns conceitos de agricultura familiar são importantes destacar.

O Estatuto da Terra Lei nº 4.504/64, em seu artigo 4º conceitua Agricultura Familiar como:

"Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964).

O agricultor familiar é segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, aquele que pratica atividades no meio rural. A lei dispõe das diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

O conceito da agricultura familiar segundo as leis acima ainda não é suficiente para garantir visibilidade e equidade no campo. Assim, Delgado e Bergamasco (2017) escrevem que:

[...] de um lado, oportunizou o acesso às políticas públicas e reforçou o direcionamento das energias e dos projetos das organizações de representação – em especial das sindicais – para o fortalecimento da agricultura familiar, por outro, esta categoria genérica acabou invisibilizando outras identidades e sujeitos sociais do campo, tais como: assalariados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, etc. Por isso, muitas lutas atuais no campo são por visibilidade, por reconhecimento da diversidade, para além da categoria agricultura familiar (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 343).

“O agricultor familiar é um ator social do mundo moderno, o que esvazia qualquer análise em termos de decomposição do campesinato, [...] é um camponês bem acordado” (WANDERLEY, 2003, p. 48).

A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário define Agricultura Familiar como:

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade

produtiva também é uma característica marcante desse setor. (BRASIL, 2016).

A definição de Abramovay (1997) aponta que a definição de Agricultura Familiar não é unânime.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

O autor cita o papel decisivo da Agricultura Familiar:

A agricultura familiar é a base social de um projeto economicamente viável. Existe a clara consciência de que não só ela tem um peso social majoritário, mas também que ela poderia preencher uma função decisiva (e em algumas regiões e alguns setores já o faz) na própria oferta agropecuária (ABRAMOVAY, 1998, p. 145).

E nesse sentido escreve que as elites da sociedade, em geral, encaram a luta pela terra puramente social e não aceitam o potencial econômico que a Agricultura Familiar pode representar para o país (ABRAMOVAY, 1998, p. 145).

As características da agricultura familiar podem ser:

- os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- o trabalho é fundamentalmente familiar;
- o capital pertence à família;
- o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família;
- os membros da família vivem na unidade produtiva. (ABRAMOVAY, 1997, p. 74).

A agricultura familiar como categoria social e econômica impulsionadora de um desenvolvimento sustentável é protagonista, segundo Sachs (2001), de sustentabilidade:

Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são

produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais (SACHS, 2001, p. 78).

No Projeto de Cooperação Técnica INCRA³/FAO de 2000, o tema agricultura familiar se caracterizou na identificação dos agricultores não familiares ou patronais⁴ em duas condições:

O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor;
- b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado (INCRA; FAO, 2000).

Nesse Projeto estavam 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectare (ha), sendo responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do valor bruto da produção total, recebendo R\$ 937 milhões de financiamento rural. Os agricultores familiares representaram, portanto, 85,2% do total de estabelecimentos, ocupando 30,5% da área total, responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional e recebendo 25,3% do financiamento destinado a agricultura (INCRA/FAO, 2000).

A agricultura familiar é responsável por uma produção agropecuária de mais de 30% do valor bruto. “A agricultura familiar se apresenta, na contemporaneidade, como uma grande geradora de riquezas, além de produzir os alimentos, sendo também um ator social de relevância” (ENGEL; ALMEIDA; DEPONTI, 2017, p. 60). Porém, o apoio e os investimentos pautados num desenvolvimento sustentável e justo ainda são desafios.

Segundo Buainain et.al. (2013, p. 120), [...] não se percebe com nitidez a verdadeira revolução econômica e social em andamento no campo brasileiro. Suas políticas e projetos precisariam sofrer radical mudança operacional. Assim,

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

⁴ Os estabelecimentos agropecuários cuja condição do proprietário era “Instituição Religiosa” ou “Governo (Federal, Estadual ou Municipal)”, em virtude de suas características peculiares, foram excluídos do conjunto utilizado para a referida delimitação. Além destes, não foi possível classificar como familiares ou patronais alguns poucos estabelecimentos, por não possuírem informação válida acerca da direção dos trabalhos do estabelecimento, que é uma das condições para caracterizar o universo familiar (INCRA; FAO, 2000).

produtores que são agricultores vão sendo deixados para trás em um ambiente produtivo e tecnológico cujo acirramento concorrencial vem sendo acelerado rapidamente, na nova fase que ora experimenta a agropecuária brasileira. Mas esses autores descrevem que há um espetacular crescimento econômico, elevando com brilhantismo sua produtividade total.

Pode-se concluir desse quadro geral que esses agricultores vivenciam situações de extrema precariedade e que têm, efetivamente, uma enorme dificuldade para gerar renda monetária de sua atividade produtiva. No entanto, reiterando, o que foi assinalado acima, não é possível desconhecer o fato, por todos afirmado, de que, apesar dos obstáculos, eles não são outra coisa senão agricultores: suas estratégias revelam os esforços empreendidos para assegurar a subsistência através dos reduzidos meios que dispõem (WANDERLEY, 2017, p. 78).

Concordando com a autora acima, o agricultor de que se trata essa pesquisa é esse: o agricultor de base familiar camponesa que mantém vínculos essenciais com o mercado.

[...] esses vínculos não opõem o mercado às práticas do autoconsumo e da autoprovisão do estabelecimento familiar, inscrevendo-os antes, como complementares; o trabalho externo da família, que não é uma experiência exclusiva dos agricultores "periféricos", ao contrário de corresponder a uma perda de substância da condição de agricultor, é, na grande maioria dos casos, a condição primeira para a sua permanência no campo (WANDERLEY, 2017, p. 72).

“Se aos poucos, se constituiu um consenso em torno da importância da agricultura familiar, também passou a haver uma disputa pela representação política e pela definição do que era o agricultor familiar” (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017, p. 353). A identidade do agricultor familiar brasileiro está ainda em construção com a convicção de que constitui uma categoria social particular a qual contribui ao desenvolvimento do país (LAMARCHE, 1997). O agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado (WANDERLEY, 2003, p.44).

O conceito de agricultor, familiar, camponês e assentado está imbricado de múltiplos debates. “Trata-se de estudar, discutir e compreender as relações sujeito-espaco analisando as ações do camponês e do agricultor familiar” (FELÍCIO, 2006,

p. 207). Sampaio (2011, p. 5)⁵ “avalia o agricultor familiar, inclusive os completamente inseridos no mercado, como portador de muitos traços camponeses, pois enfrentam velhos problemas, nunca resolvidos, e ainda contam com a própria sorte na produção e na comercialização do que produz”.

“Ao longo da história brasileira, a percepção sobre os agricultores familiares que produziam seus meios de vida e viviam fora do circuito da grande lavoura foi predominantemente negativa” (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017, p. 344).

Como considerações sobre o agricultor familiar brasileiro contemporâneo, esses autores trazem uma reflexão ao conceito:

Assim, a diferenciação que hoje muitas vezes aparece no discurso político entre *agricultor familiar* e *camponês* remete muito mais à concorrência entre projetos do que à organização efetiva das unidades de produção que operam em regime familiar. Essas disputas políticas se transferem para temas como gênero e juventude, refletindo-se na diferenciação de organizações de mulheres e de jovens. Certamente, a categoria que hoje ganha espaço, *agricultor familiar camponês*, está longe de resolver impasses que remetem a questões mais profundas, relacionadas a modelos de produção e concepções de modos de vida (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017, p. 364).

Ainda nesse sentido, apresentam as organizações que atuam como impulsionadoras do agricultor camponês.

Também trazendo novos elementos ao debate em torno da *agricultura familiar*, as organizações vinculadas à Via Campesina (MPA, MST, MAB, MMC), procuram recriar a identidade política de *camponês*, por meio dela opondo-se ao *agronegócio*, categoria também política, que sintetiza a agricultura controlada por grandes empresas que monopolizam a produção de insumos, a comercialização e, mais recentemente, produção de sementes e desenvolvimento da transgenia como forma de aumento da produtividade agrícola. Ser *camponês*, sob essa perspectiva, é ser portador de um projeto de desenvolvimento que se funda em bases agroecológicas, na valorização de circuitos locais de produção, nos costumes ancestrais, na crítica à padronização alimentar (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017, p. 363-364).

O campesinato, segundo Wanderley (2014), assume no Brasil dupla conotação. Por um lado, corresponderia às formas mais tradicionais da agricultura, neste sentido, ele se distinguiria da agricultura familiar, a qual, apesar de ter também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados.

⁵ Baseado em Wanderley (1999).

E por outro lado, carrega um forte conteúdo político inclusive associado ao movimento camponês.

Nos dias atuais, percebe-se a revalorização das categorias “camponês” e “campesinato”. Isso ocorre, sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas (WANDERLEY, 2014, p. 031).

Assim sendo, Wanderley (2014), mostra como equivalente a agricultura familiar e o campesinato:

[...] mais importante é perceber que, apesar da heterogeneidade referida, todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (WANDERLEY, 2014, p. 31).

O campesinato foi criado na sociedade brasileira situado na periferia da sociedade capitalista e a margem do latifúndio escravista. Mas, a maioria desses camponeses agricultores, migrantes não rompeu seus vínculos com a terra, mantém alguma relação com o campo, mais próximas ou mais distantes (MARQUES, 2008). A possibilidade de acesso a terra se apresenta como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2008, p. 65).

Tratando o agricultor familiar e o camponês, a agricultura familiar e a agricultura camponesa como diferentes e semelhantes ao mesmo tempo e adotando os apontamentos da Professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, o assentado é um ator bastante diversificado. Segundo Leite et. al. (2004):

Os beneficiários diretos dos assentamentos são também bastante diversificados. Do ponto de vista da inserção no processo produtivo, encontramos posseiros com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores familiares empobrecidos que, sem acesso à terra, optaram pela ocupação como forma para se perpetuarem como produtores independentes; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores atingidos por obras públicas, em especial construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir a desmatamentos que ameaçavam seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados ao mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos

estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas dispostos à ocupação; aposentados que depositaram no acesso à terra a expectativa de um complemento de renda etc. (LEITE, et al. 2004, p. 21).

Nessa diversidade de assentados e na luta pela consolidação da reforma agrária no Brasil estão também os agricultores e os camponeses dos quais muitos direitos foram renegados ou estavam à margem de uma sociedade desigual. Mas, “o trabalho familiar resiste a partir de relações não capitalistas, dentro do modo de produção capitalista, criado e recriado pelo processo contraditório de seu desenvolvimento desigual e combinado” (SAMPAIO, 2011, p. 1). “Os assentamentos rurais têm se constituído como o “lugar” onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do “território camponês”. (MARQUES, 2008, p. 65).

Segundo os escritos no site do INCRA, os assentados ou trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar (BRASIL, 2018). Os assentados podem ser divididos em dois grupos:

- I - os criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs), que incluem os ambientalmente diferenciados;
- II - e aqueles implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo INCRA, para acesso às políticas públicas do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA).

Além da distribuição de terras, o INCRA se responsabiliza pelos Assentamentos da Reforma Agrária dando condições de moradia e de produção familiar, garantindo a segurança alimentar de brasileiros das zonas rurais que até então se encontravam sob risco alimentar e social.

A denominação de assentado pelo INCRA é tratada como trabalhador rural. E num panorama geral não se tem um conceito estabelecido sobre o que é assentado, afirmando apenas sua diversidade.

Compreendendo os múltiplos conceitos, conflitos, ideologias, contradições, enfim, dimensões e abordagens acerca do tema da agricultura familiar e de seus atores sociais, salientam-se nesse sentido, a resistência e a luta que os trabalhadores do campo demonstram ao longo dos tempos. Uma das questões dessa luta segundo Marques (2008), é o processo de recampesinização da família sem-terra que se dá com o Assentamento desta. Esse processo é um movimento oposto

da proletarização demonstrando o poder de recriação camponesa que não se esgota mesmo se essas pessoas migrarem para a cidade. É a luta que ultrapassa o acesso a terra, é um projeto de vida.

Um agricultor familiar assentado possui uma gama de desafios ao se tratar de comercialização, novos mercados e políticas. Inclui desafios que se constituem desde a plantação até sua comercialização. “É importante, assim, olhar para a comercialização de maneira integrada em sua cadeia, para o que vem antes e para o que vem depois, já que essas etapas estão interligadas e se influenciam mutuamente” (INSTITUTO KAIRÓS CAPINA, 2013, p. 101).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS

O debate múltiplo sobre a agricultura familiar permite à criação de políticas públicas, principalmente as ligadas à comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos. Souza (2006), define política pública “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 69). As políticas públicas em geral e as políticas sociais em particular são campos multidisciplinares. Em seu foco estão nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria de política pública precisa explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006, p. 25).

As mudanças no cenário político institucional e nas dinâmicas sociais que emergiram após a promulgação da Constituição de 1988, podem ser destacados em alguns exemplos: as novas relações entre Estado e sociedade civil, participação social, novos atores políticos como sujeitos de direito e criaram-se regras e instrumentos de política pública que afetaram as condições socioeconômicas da população do meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O reconhecimento da agricultura familiar e a construção de políticas diferenciadas para um vasto grupo social que até então não havia sido contemplado com ações específicas não foram mudanças triviais, e é por isto que ganharam repercussões no cenário nacional e internacional (GRISA; SCHNEIDER, 2015 p. 20).

Após a Constituição de 1988, foram criados diversos conselhos municipais e estaduais, tanto urbanos quanto rurais, além de alguns conselhos nacionais, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), surgido no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso e passando a assumir a sigla CONDRAF no Governo Lula.

Tendo em vista subsidiar a formulação das políticas públicas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que incidem sobre os temas do desenvolvimento rural sustentável, da agricultura familiar e da reforma agrária, as conferências nacionais, estaduais e municipais mereceram destaque na implantação de políticas públicas (DELGADO, 2010, p. 52).

Mattei (2005, p. 11), escreve [...] que, até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira.

Segundo Bonnal e Kato (2011, p. 63), foi ao final da década de 1980 que houve uma perspectiva ampliada do meio rural com mudanças consideráveis na forma de concepção, estruturação e operacionalização das políticas públicas. Isso se deve a redemocratização, a descentralização das funções públicas do nível federal para outras instâncias e a reorganização e legalização dos movimentos sociais do campo.

Segundo Delgado (2010), três categorias sociais ganharam uma considerável importância política ao longo dos anos 1990, os “sem-terra”, os “assentados” e os “agricultores familiares” (ratificando que nesse trabalho essas três identidades são consideradas agricultores familiares/camponeses assentados). Os movimentos sociais rurais encaram a luta por seu reconhecimento pelo Estado e não mais se colocam “de costas” para ele. Significava lutar pela conquista de políticas públicas diferenciadas e adequadas, além disso, seriam indispensáveis para o aprendizado concreto e cotidiano da construção de um modelo de desenvolvimento rural alternativo.

Grisa e Schneider (2015), analisaram três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar mostrando, a trajetória da agricultura familiar nas gerações

ou referenciais das políticas públicas e as relações entre Estado e sociedade civil. Explicam, os autores, que essas três gerações não possuem linearidade longitudinal e nem uma geração precede a outra, as três gerações não encerram seu ciclo, continuam em funcionamento e sofrem ajustes ou alterações.

Esses autores descrevem as três gerações como sendo:

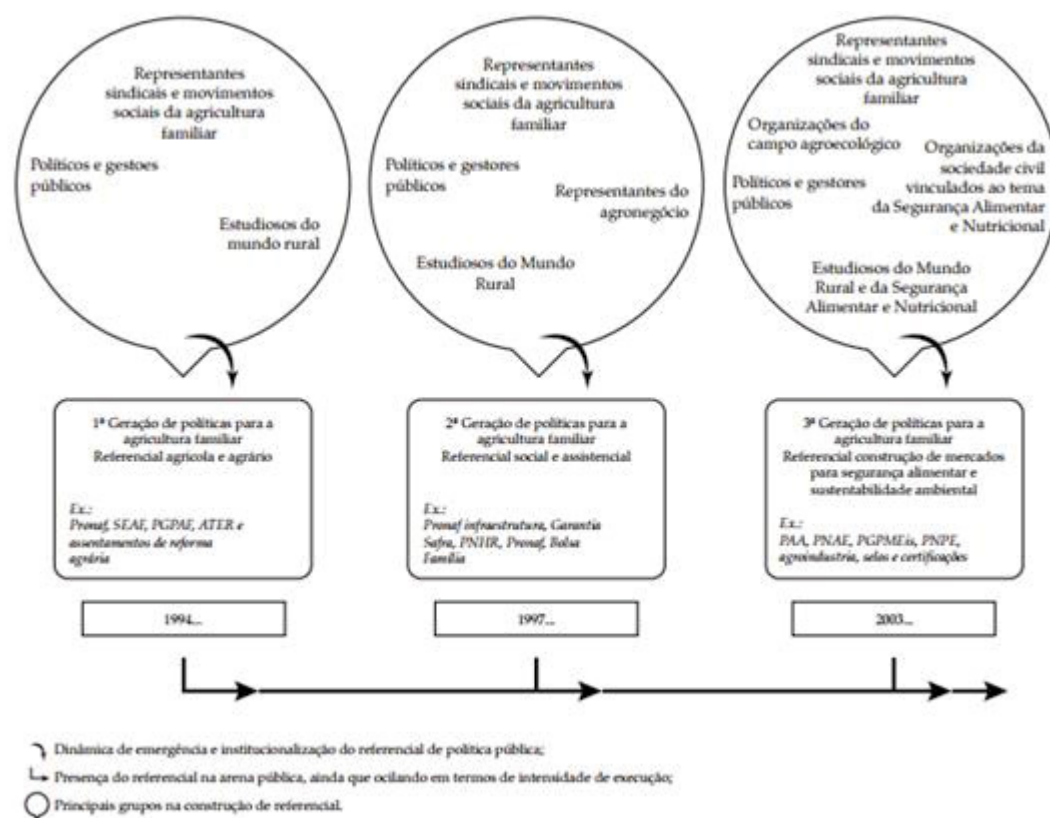
A primeira foi à emergência das políticas públicas para a agricultura familiar e a conformação de um referencial de política pública agrícola e agrários.

A segunda esteve pautada em um referencial social e assistencial.

A terceira geração evidencia a construção e a incidência de uma nova geração de políticas públicas para a agricultura familiar sustentadas na construção de novos mercados com foco na segurança alimentar e na sustentabilidade ambiental.

Conforme figura 1 é possível visualizar essas gerações e os atores atuantes na sua construção.

FIGURA 1 - PRINCIPAIS GRUPOS DE ATORES ATUANTES NA CONSTRUÇÃO DOS REFERENCIAIS DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR AO LONGO DOS ANOS



FONTE: Grisa e Schneider (2015).

A efetivação de políticas públicas para a agricultura familiar é historicamente movida por lutas e conflitos, entraves e conquistas, o “novo olhar” para a agricultura familiar tiveram avanços expressivos comparado há décadas anteriores. “Historicamente a agricultura familiar ou os “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro” [...] (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 20).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁶ e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vários outros programas e políticas públicas foram criados para a agricultura familiar ao final da década de 1980.

⁶ O Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA foi extinto em 2016, através da medida provisória nº 726. E quem substituiu o MDA foi a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil (Sead) pelo decreto nº 8.780.

Dentre as políticas públicas que tiveram sua oficialização na década de 1990, o primeiro e de grande significado para os agricultores familiares foi o Pronaf.

O Pronaf foi instituído oficialmente através do decreto presidencial número 1.946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda (AQUINO, SCHNEIDER, 2015). Em outra definição:

Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (BRASIL, 2013, p. 11).

O Pronaf, caracterizou os beneficiários distinguindo-os nos seguintes grupos:

Grupo A: constituído dos agricultores assentados da reforma agrária; Grupo B: agricultores com baixa produção e pouco potencial de aumento, no qual também estão incluídos indígenas e quilombolas. Os demais grupos, C, D e E correspondem aos produtores que dispõem de melhores níveis de renda bruta familiar ou com potencial para atingir esses índices (MATTEI, 2006, p.5 apud WANDERLEY, 2017, p. 73).

As linhas de crédito do Pronaf foram: Pronaf Custeio; Pronaf Investimento (Mais Alimentos); Microcrédito Rural; Pronaf Agroecologia; Pronaf Mulher; Pronaf Eco; Pronaf Agroindústria; Pronaf Semiárido; Pronaf Jovem; Pronaf Floresta; Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares e Pronaf Cota-Parte (BRASIL, 2013).

O Pronaf Custeio e Comercialização pode financeiramente auxiliar as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros (BRASIL, 2013).

Conforme Aquino e Schneider (2015), o Pronaf foi a principal política de apoio à agricultura familiar no meio rural brasileiro. “A criação do Pronaf foi um dos acontecimentos mais relevantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro no período recente” (AQUINO; SCHNEIDER, 2015, p. 75). Essa citação, como explana os autores, considera apenas um prisma dessa política. Considera apenas o lado do acesso ao crédito que aumenta a produção da riqueza agropecuária nacional.

Algumas conclusões sobre o Pronaf foram que: os subsídios especiais dos recursos do Pronaf não foram distribuídos de forma equitativa entre as diferentes categorias de agricultores familiares, priorizando os agricultores do sul e sudeste; está fortemente dedicada a produção de *commodities*⁷ e tem estimulado poucas mudanças nas estruturas produtivas e nas atividades econômicas tradicionais que foram realizadas no interior dos estabelecimentos agropecuários (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Portanto, em muitos aspectos, a inovação institucional promovida pela democratização do crédito do Pronaf não tem sido suficiente para lançar as bases de um novo modelo de desenvolvimento no espaço rural brasileiro, pois este instrumento está repetindo, no seio da agricultura familiar, o viés concentracionista, setorial e produtivista do padrão de desenvolvimento agrícola em voga no país (AQUINO, SCHNEIDER, 2015, p. 76).

Os movimentos sociais têm o desafio de retomar o debate sobre o futuro da agricultura familiar e camponesa no meio rural brasileiro e redefinir qual o papel estratégico que o crédito rural pode assumir em um projeto de desenvolvimento que procure compatibilizar produção de riqueza, equidade social e valorização do meio ambiente (AQUINO; SCHNEIDER, 2015, p. 76 -77).

Sem pretender analisar e discutir cada uma das políticas e programas é possível verificar algumas: O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e Garantia Safras são programas para auxiliar o agricultor se acontecer perda causada por eventos climáticos; Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) estabelecem as diretrizes e metas para os serviços públicos de Assistência Técnica e extensão Rural (Ater) que leva assistência técnica às propriedades rurais; Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) visa facilitar o acesso a terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais; o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), o Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), Terra Legal, Terra Forte e Programa de Terra e Regularização Fundiária, Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), dentre outros.

⁷ *Commodities* é uma palavra do inglês e pode ser traduzido basicamente como produto, bem ou mercadoria. São produtos padronizáveis, que podem ser estocados e transacionados internacionalmente. As principais *commodities* são os grãos (milho, soja e trigo), o álcool, o algodão e carnes (meia carcaça e cortes congelados) (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p.12).

Conforme o processo de criação das políticas para a agricultura familiar foi acontecendo, também surgiram as políticas de comercialização agrícola.

Conceição (2015), considera que a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) de 1943, com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP, transformada depois em Companhia de Financiamento da Produção), foi um mecanismo específico de política de rendas para a agropecuária. Tinha o objetivo de evitar oscilações de preços dos principais produtos agrícolas. “Trata-se de um mecanismo que busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto e, com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 130).

Em 1995 teve início o processo de reformulação da política de comercialização:

[...] com a busca de soluções para o problema do endividamento rural, a estabilização interna dos preços (Plano Real), a ampliação da abertura comercial, a criação de novos instrumentos menos intervencionistas e mais orientados para o mercado. Surgem dois novos instrumentos: o Prêmio de Escoamento de Produtos (PEP) e o Contrato de Opções. Variáveis ambientais passam a integrar as discussões sobre o desenvolvimento rural e as políticas agrícolas e econômicas (CONCEIÇÃO, 2015, p. 130).

Em 1990, a política de comercialização acentua o caráter liberal do comércio e paralelamente a isto, a crise fiscal que ocorreu durante todo o período contribuiu para o desmonte do sistema de comercialização vigente (CONCEIÇÃO, 2015, p. 131).

A Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), era baseada numa lógica de intervenção com formação de estoques públicos de alimentos. “Os instrumentos que foram utilizados eram a AGF (Aquisição do Governo Federal) e o EGF (Empréstimos do Governo Federal), em suas duas modalidades: SOV – sem opção de venda e COV – com opção de venda” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 130).

Houve alterações nessa política como apresenta os planos Safras:

- O Plano Safra de 1993/1994 além de manter o EGF-COV introduziu o sistema de equivalência-produto no crédito rural;
- O Plano Safra de 1995/1996 apresenta mudanças para a política de preços e formação de estoques públicos de alimentos;

- O Plano Safra 1996/1997 acentua as alterações e consolida o caráter menos intervencionista e mais privado da comercialização agrícola (CONCEIÇÃO, 2015).

O governo decidiu eliminar a modalidade de financiamento EGF/COV, instituindo um novo instrumento denominado Contrato de Opção de Venda. O Plano Safra 2002/2003 trata da correção dos valores dos preços mínimos, que se mantinham praticamente congelados desde a criação do Plano Real (CONCEIÇÃO, 2015).

No ano de 2003, se cria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). É a partir desses Programas que começa a acontecer uma política de comercialização mais direcionada para o agricultor familiar e de incentivo ao sistema agroalimentar, além de uma produção sustentável por meio das bases da agroecologia.

A comercialização para os agricultores assentados seja por meio de políticas públicas ou de outras esferas se dão além da interação demanda e oferta, leis de formação da riqueza econômica, alocação e distribuição nas sociedades. “Os mercados passam a ser percebidos e entendidos como espaços de interação social, formados através de sinais e relações que não são apenas materiais e tangíveis, mas fundamentalmente ativados mediante interações sociais, culturais e cognitivas” (SCHNEIDER, 2013, p. 8).

Mas há ainda entendimentos difusos que ora percebem os mercados como expressão que remete a uma entidade abstrata, com valores e motivações próprios, capazes inclusive de predizer o comportamento social. Neste caso, “o mercado” aparece como um ente exterior que precisa ser ouvido, respeitado e, por vezes, acalmado; subentendida aqui a necessidade recorrente de reestabilizar as relações entre os agentes que transacionam mercadorias e ações em circuitos globais. Em outras ocasiões, a noção de “mercado” adquire um sentido mais concreto, revelando-se um espaço de interação onde ocorrem trocas, diálogos, negociação, conflito, compra e venda. Este é o caso das feiras, das mercearias, dos supermercados e das casas comerciais, etc. Seja qual for o entendimento, os mercados possuem importância crucial na vida das pessoas, contribuindo para definir amplas esferas da organização social, política e cultural das sociedades (SCHNEIDER, 2013, p. 8).

Esse olhar para os mercados e as formas de comercialização confirmam as considerações de Conceição (2015) quando escreve que há a necessidade de se pensar em uma política de comercialização que deixe menos vulnerável o setor

agrícola (aquela que de forma especial contemple a agricultura familiar assentada), e o meio ambiente.

Assim também, complementa Schneider:

Apesar de ainda pouco estudados como dispositivos de interação mercantil, os mercados e suas distintas formas de ser e existir são de importância fundamental para a compreensão da internacionalização do sistema agroalimentar, das relações do rural com o urbano, das políticas públicas para o desenvolvimento rural, entre outros temas (SCHNEIDER, 2013, p. 9).

“As transformações que afetam a vida e as atividades econômicas dos agricultores, assim, como de outros atores do espaço rural, estão permeadas por formas de interação, trocas e construção de circuitos de comércio” (SCHNEIDER, 2013, p. 9).

Observando e considerando que:

Um olhar sobre a realidade atual mostra que os mercados convencionais, exemplificados pelo comércio de *commodities* agrícolas, possuem grande destaque e até mesmo vêm ganhando num novo impulso com a expansão da demanda internacional por alimentos, matérias-primas e biocombustíveis. Entretanto, em outro sentido e, de certo modo, como resposta à própria incapacidade destes mercados em constituir uma opção viável para grande parte das famílias rurais, algumas regiões assistem a emergência de experiências que apontam para a constituição de novas dinâmicas de mercado (SCHNEIDER, 2013, p. 9-10).

Entre as novas dinâmicas de mercado, são os mercados alternativos que passam a coexistir com os circuitos comerciais já existentes. Alguns exemplos de formas e estratégias de mercados são os mercados institucionais (PAA e PNAE), os mercados para produtos agroecológicos, para produtos com especificidades (locais, étnicas, de processos produtivos, ligados a uma região), a venda de alimentos tradicionais casada com o turismo rural, a alimentação comercializada pelas agroindústrias ou cooperativas familiares, entre outras iniciativas que estão surgindo em toda parte no Brasil (SCHNEIDER, 2013).

As políticas de comercialização podem avançar quando pensadas para os trabalhadores rurais em todas as suas categorias. As novas estratégias de mercado são necessárias para preencher uma lacuna ainda existente no modelo de desenvolvimento rural de todo o país. Os mercados institucionais como política de comercialização são importantes fontes de avanço para a agricultura familiar. Os Programas de Aquisição de Alimento e de Alimentação Escolar são direcionados

para a agricultura familiar, favorecendo a produção agroecológica no sentido dos preços, potencializando o sistema agroalimentar, entre diversas outras dimensões.

Assim, os Programas PAA e PNAE merecem atenção por serem Programas de comercialização da qual os agricultores assentados acessam e se beneficiam.

3.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003 e foi tema recorrente de dissertações, teses, projetos de pesquisa e artigos científicos. Conformou-se, deste modo, certa efervescência em torno das possibilidades emergentes para a agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional no cenário nacional e internacional (GRISA; PORTO, 2015).

O PAA foi instituído no âmbito do Programa Fome Zero pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e alterado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi regulamentado por decretos, sendo o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012).

Conforme Grisa e Porto (2015), o Programa PAA é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores classificados no PRONAF que podem ser assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas.

A execução do PAA acontece com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (BRASIL, 2018).

Porto (2014), descreve três fases distintas pela qual o PAA passou. A primeira foi o período de 2003 e 2004, formulação e início da implementação; a segunda fase refere-se aos anos de 2005 a 2012, o maior período do Programa, e pode ser considerado o da “consolidação”; e o terceiro período entre 2013 e 2014, que incorpora os anos de 2011 e 2012 e apresentam mudanças normativas.

Na sua estruturação o PAA possui previsões como: para quem é o público, como adquirir, termo de adesão, destinos dos alimentos, modalidades e pagamentos.

De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 7.775, o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e tem as seguintes finalidades: I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012).

Nessas finalidades, o fomento ao fortalecimento de circuitos locais, alimentação saudável, produção orgânica e agroecológica e a valorização da agricultura familiar podem ser destacados. Assim, as finalidades escritas mostram que podem ser incentivo de política pública para agricultura de base agroecológica e possibilidade de melhorias nos diversos aspectos da produção, comercialização e consumo de produtos dos assentamentos.

As cinco modalidades do Programa, a forma de acesso, o limite de pagamento, a origem do recurso e os objetivos são apresentadas no quadro 1.

QUADRO 1 - MODALIDADES DO PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		

Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

FONTE: Brasil (2018).

Na Modalidade Doação Simultânea, a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, 2012). Porto (2014), escreve que o PAA exerceu papel fundamental no combate a fome e fortaleceu a agricultura familiar a produzir diversificadamente.

Ao fortalecer a agricultura familiar a produzir localmente alimentos diversificados, proporcionou dar visibilidade no mercado institucional a mais de 380 itens de alimentos diferentes e, ao mesmo tempo, atender as famílias ou pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Constituindo-se em um Programa que apresentou múltiplos resultados, sociais, econômicos e ambientais, tanto pela compra de produtos agroecológicos como da sociobiodiversidade, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas (PORTO, 2014, p. 17).

Os produtos alimentícios vendidos para o PAA na Modalidade Doação Simultânea são próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar *in natura* ou processados desde que cumprindo os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes (BRASIL, 2012, p. 14).

Grisa e Porto (2015) escrevem que o PAA promoveu a aquisição de alimentos diversificados que antes não tinham destinação comercial.

O PAA promove a aquisição de um conjunto diverso de alimentos, resultante da oportunidade de agricultores e suas organizações ofertarem o que dispõem para comercializar, desde que manifesto e acordado nos projetos estabelecidos com a Conab ou prefeituras e governos estaduais. Esse processo, associado ao estabelecimento de relações de parceria e confiança com as entidades socioassistenciais e da rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, permitiu que as famílias vendessem uma pauta de produtos extremamente diversificada, o que, por sua vez, contribuiu para o fortalecimento e o resgate da cultura alimentar regional. Um amplo leque de produtos pode ser adquirido da mesma unidade familiar, muitos deles produzidos anteriormente sem destinação comercial, restritos aos espaços do consumo familiar e as relações de reciprocidade (GRISA; PORTO, 2015, p. 163).

Para definir funções, garantir organização e compromissos, a operacionalização do PAA na Modalidade Doação Simultânea, iniciou uma ação gradual de celebração de Termos de Adesão com entes que passaram a ser entendidos como Unidades Executoras do Programa. O Termo de Adesão é um documento no qual os partícipes celebram compromissos relacionados ao PAA e nele estão previstos os requisitos mínimos para participação no Programa e os compromissos e funções de cada partícipe, dentre outras questões (BRASIL, 2014, p. 25).

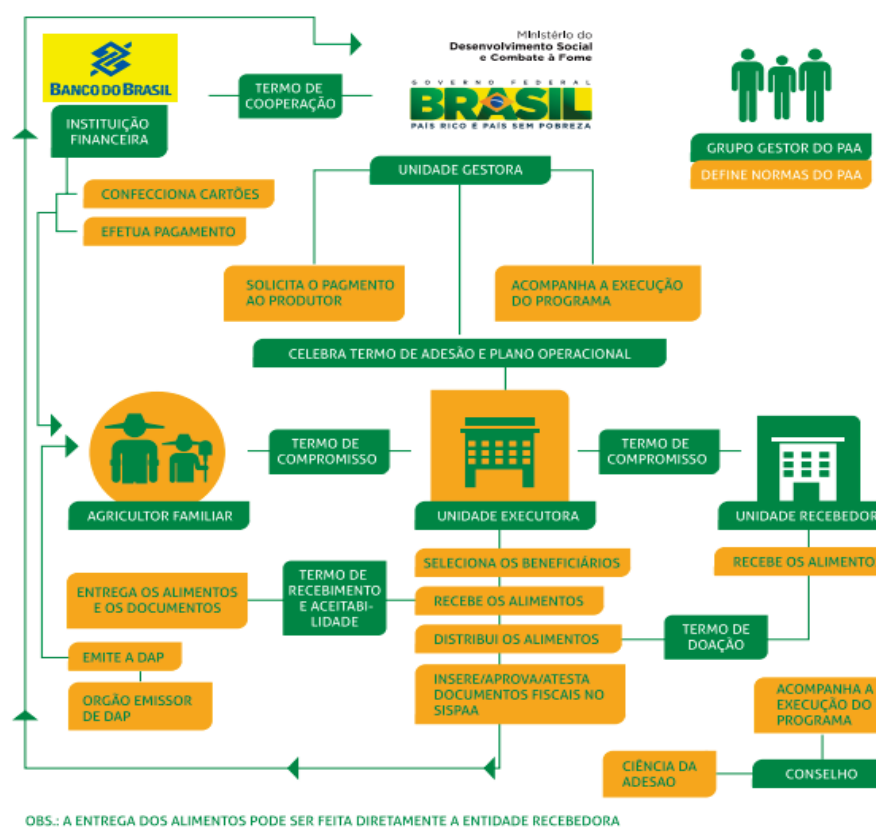
No âmbito do Termo de Cooperação, os recursos financeiros para execução do PAA são repassados pelo MDS para a Conab, que fica responsável pelo pagamento aos agricultores. Para participar da Compra com Doação Simultânea pela Conab, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações. Essas organizações precisam encaminhar Proposta de Participação à Conab que após aprovada, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos às entidades conforme definido na Proposta (BRASIL, 2012, p. 16).

Porto (2014) escreve sobre a Modalidade Doação Simultânea que é uma forma de promover a autonomia de agricultores familiares por meio de associações e cooperativas.

O *modus operandi* da modalidade de Doação Simultânea executado pela Conab diretamente com as organizações sociais é o que permite assegurar autonomia política, sem depender do crivo dos políticos locais, uma vez que a relação se estabelece sem a costumeira intermediação e as cooperativas e associações passam a exercer papel público ao assumir a gestão do PAA, em nível local. Ainda, possivelmente boa parte das pessoas que recebem os alimentos também usufrui da garantia dos programas de transferência de renda, o que também lhes confere autonomia, pois não depende mais da cesta básica fornecida por algum político ou “coronel” local (PORTO, 2014, p. 55).

A Figura 2 mostra a operacionalização do programa na modalidade Doação Simultânea.

FIGURA 2 OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA NA MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA



FONTE: Brasil (2014).

Considerando a organização institucional e operacional do PAA que foi segundo Delgado (2010) a “perna” que faltava para complementar o PRONAF: a da comercialização e da aquisição dos produtos alimentares produzidos pelos agricultores familiares. O PAA contribui para o desenvolvimento rural brasileiro, observado os esforços em dialogar com a diversidade social e econômica da agricultura familiar, com suas estratégias individuais e de organização social e com a promoção de uma matriz produtiva pautada pela agroecologia e pelo desenvolvimento sustentável (GRISA; PORTO, 2015, p. 176).

Os movimentos sociais avaliam o PAA como:

[...] um dos programas promissores a serem melhorados e ampliados em uma política de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, pois mostra uma abertura da política pública para um campo tradicionalmente vulnerável da agricultura familiar, o da comercialização e da garantia de escoamento de seus produtos; e (ii) realiza na prática a integração entre a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola voltada para a agricultura familiar (DELGADO, 2010, p. 68).

O PAA ainda possui desafios, mas, suas potencialidades e resultados foram sendo demonstrados por inúmeras pesquisas em trabalhos de diferentes estados. O Programa enquanto possibilidade e como instrumento de política pública versátil, pode estruturar uma política de Estado que simultaneamente atenda ao dilema dos analistas como: constituir-se a um só tempo em uma política de proteção e de promoção social. E ser complementar e/ou articulador de outras iniciativas e/ou programas, como reforma agrária e alimentação escolar representada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (MIELITZ, 2013, p. 71).

Dessa forma, o PAA mostra potencial para ser uma política estatal permanente, como cita Wanderley (2017) que possa oferecer apoio decisivo aos agricultores familiares, capaz de atender suas demandas, de particularizar as necessidades dos historicamente mais fragilizados e excluídos da comercialização agrícola. Apoiando-os como promotores de mudanças no campo e na cidade.

3.2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O PNAE é o mais antigo programa de alimentação e nutrição em vigência ininterrupta no Brasil, tendo origem na década de 1940 e marco legal fundado na

década de 1950. Nesse percurso histórico⁸, o PNAE tem apresentado avanços significativos com relação a seus objetivos, gestão, execução, abrangência e articulação com outros setores além da educação (TEO; MOTEIRO, 2012).

O objetivo do PNAE apresentado no Art. 4º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 é o de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentar saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Com a aprovação da Lei nº 11.947, (BRASIL, 2009), e da Resolução FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, as escolas das redes públicas de educação básica deveriam passar a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos. No mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (BRASIL, 2009) priorizando no seu art. 14 os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009).

Pode ser gasto com a agricultura familiar até 100% do recurso repassado para a alimentação escolar pelo FNDE, para isso o PNAE pode contar com a mesma rede de fornecedores da agricultura familiar que acessam o PAA (BRASIL, 2014).

A possibilidade de acessar a rede dos mesmos fornecedores do PAA e o do PNAE pode aumentar a renda e possibilitar a diversificação da produção do agricultor familiar.

A responsabilidade constitucional do PNAE é compartilhada entre todos os entes federados, envolve um grande número de atores sociais como gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar, entre outros (BRASIL, 2015, p. 9).

A aquisição de produtos da sociobiodiversidade é prevista pelo Programa, pois em suas diretrizes ele propõe o emprego da alimentação saudável e

⁸ Para saber mais sobre a evolução histórica do PNAE, consultar o quadro histórico que está nos anexos da “Cartilha Nacional da Alimentação Escolar” de 2015 do FNDE.

adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de quilombolas (DINIZ et. al., 2013, p. 277).

A aquisição de alimentos pode dispensar o procedimento licitatório, conforme prevê a Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2016), neste caso, a aquisição é feita por meio de chamada pública.

A chamada pública é um processo simplificado utilizado para aquisição de gêneros da agricultura familiar com recursos federais repassados pelo FNDE às Entidades Executoras (prefeituras e secretarias estaduais/distritais de educação) para atender a demanda da alimentação escolar. Não utiliza o preço como critério de seleção dos projetos de venda, considerando a lógica de produção da agricultura familiar (menor escala de produção, dificuldade de logística e distribuição e outros), porém os preços praticados devem ser compatíveis com os preços de mercados locais (BRASIL, 2016, p. 2).

Os requisitos obrigatórios para receber os recursos do PNAE apresentam-se na figura 3.

FIGURA 3 - REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS DO PNAE



FONTE: Brasil (2013).

O funcionamento do PNAE está organizado por meio de quatro unidades representativas:

- O FNDE cumpre com a responsabilidade de assegurar o direito à alimentação escolar por meio da transferência de recursos financeiros, em caráter complementar, aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

O valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino. Exemplo: As creches recebem R\$1,07; ensino integral R\$ 1,07 e ensino fundamental e médio R\$0,36;

- As Entidades Executoras (EEx) são Estado, Município, Distrito Federal e escolas federais, responsáveis pela execução do PNAE, inclusive pela utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE;
- A unidade Executora (UEX) que é uma entidade privada sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar, responsável pelo recebimento dos recursos financeiros transferidos pela EEx em favor da escola que representa, bem como pela prestação de contas do PNAE ao órgão que a delegou; e
- O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, sete membros titulares e os respectivos suplentes: representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, entidades civis e pais de alunos (BRASIL, 2015).

O exercício do controle social por meio da participação da comunidade tem por finalidade garantir o acompanhamento e assessoramento da execução do programa. Ademais, o controle social exercido pelos CAEs estaduais, municipais ou distrital deve estar comprometido com a Segurança Alimentar e Nutricional da população escolar reiterado nas diretrizes do programa, ratificando a participação da comunidade no controle social para a garantia da oferta da alimentação escolar saudável e adequada, configurando-se como ação de utilidade pública e de cidadania ao reunir representações de diversos segmentos diretamente interessados (BRASIL, 2015, p. 14).

Além do CAE, o nutricionista responsável técnico tem um papel fundamental em planejar um cardápio nutritivo, com produtos de qualidade para a alimentação escolar. Com a compra da agricultura familiar, tem condições de adquirir produtos frescos, saudáveis, respeitando a cultura e a vocação agrícola local. O planejamento é feito com base no mapeamento dos produtos da agricultura familiar local, considerando a sua sazonalidade e a quantidade produzida na região (BRASIL, 2015, p.12).

Nesse sentido, dar destaque aos atores que estão envolvidos no Programa de Alimentação Escolar do país, não pode deixar de citar os agricultores familiares, que são os maiores responsáveis por uma produção de alimentos saudáveis. .

São muitos os potenciais do PNAE relacionados com a aquisição de produtos advindos da agricultura familiar quando também orgânicos e agroecológicos.

3.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O conceito de segurança alimentar data do pós-guerra em 1945, quando as nações estavam preocupadas com o abastecimento alimentar da sua população (BELIK; SILIPRANDI, 2010). “Ainda hoje não podemos considerar o conceito de segurança alimentar uma concepção acabada, pois desde a década de 1940, quando foi utilizado pela primeira vez, é palco de disputa política e militar” (SALAMI; MATIELO, 2007, p. 9).

O primeiro conceito de segurança alimentar apresentava a necessidade de manterem-se estoques estratégicos de alimentos na perspectiva da segurança dos países. Posteriormente, estudiosos sobre o tema apresentam a problemática da quantidade de alimentos produzidos como causa da fome no mundo. Neste contexto, os países desenvolvidos preparam um pacote tecnológico (insumos sementes e equipamentos), a Revolução Verde, que foi apresentada como possível solução para a crise da “produção insuficiente de alimentos”. Porém, seu resultado foi mais fome e exclusão, além de sérios problemas ambientais (VALENTE, 2002, apud SALAMI; MATIELO, 2007, p. 9).

Chonchol (2005, p. 33) escreve que, em 1930, havia fenômenos contraditórios sobre a alimentação. Os especialistas em nutrição humana alertavam sobre a necessidade de aumentar as disponibilidades alimentares simultaneamente ao fato de que os economistas recomendavam reduzir a produção agrícola para resolver o problema dos excedentes invendáveis. Com esse paradoxo surge uma comissão para estudar as relações entre agricultura, nutrição, saúde e economia. E em 1945 [...] o presidente Roosevelt convocou uma reunião das Nações Unidas sobre a agricultura e a alimentação, da qual participam os representantes de 44 governos.

Dessa reunião, surgiu a *Food and Agriculture Organization* (FAO), uma Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, que desde o

fim da segunda guerra mundial promove debate constante, sobre, a segurança alimentar no mundo.

Segundo Ribeiro (2013), a segurança alimentar é de acordo com a FAO: O direito das pessoas de se alimentar em todos os momentos, ter uma alimentação que seja suficiente, segura e que atenda a necessidades nutricionais e preferências alimentares de modo a propiciar vida ativa e saudável. Nesse conceito, o mesmo autor, questiona que o conceito se relaciona com o modelo do agronegócio.

Segundo Stedile e Carvalho (2010), a FAO está completamente ausente e incapaz de propor políticas de mudanças estruturais aos governos. Ela ajuda a denunciar a fome, mas não tem forças para combatê-la.

Sem pretender dar conta do debate sobre segurança alimentar definido pela FAO, é importante destacar que esse órgão internacional está no debate e traz números alarmantes sobre a fome, a obesidade, enfim, sobre a saúde nessa perspectiva. Como cita Maluf, Menezes e Marques (2017, p. 3), “a questão alimentar mexe com interesses diversos fazendo com que a definição da segurança alimentar seja espaço de disputa e esteja em constante construção”.

Complementa Silva (2014, p. 7), que à temática da segurança alimentar e nutricional (SAN) e sua inserção na agenda governamental, sempre se viu permeada por inúmeros interesses e pelo envolvimento de diferentes atores sociais com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política.

Stedile e Carvalho (2010, p. 9) escrevem que na maior parte do século XX o problema da fome e da desnutrição foi tratado como problema social decorrente de fenômenos naturais. As contribuições de Josué de Castro⁹ [...] consolidou o discurso de que a fome era um problema social, resultante da forma de organização social da produção e distribuição dos alimentos, os estudos da escola Pedro Escudeiro, na Argentina passaram a demonstrar importância para a nutrição e a saúde (RIGON; BÓGUS, 2016).

Importante considerar que: a insegurança alimentar (fome, desnutrição) e a falta de acesso aos alimentos, possuem outros aspectos a serem considerados (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2017), como: qualidade dos alimentos e sua sanidade, sem o uso de agrotóxicos; respeito aos hábitos e à cultura alimentar; e sustentabilidade do sistema alimentar.

⁹ Ver Geografia da Fome, livro publicado em 1946 de Josué de Castro.

Maluf, Menezes e Marques (2017), apresentam que a segurança alimentar está regida por princípios:

O primeiro deles é que a segurança alimentar e a segurança nutricional são como “duas faces da mesma moeda”, não podendo se garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida. O segundo princípio está no fato de que somente será assegurada a segurança alimentar e nutricional através de uma participação conjunta de governo e sociedade, sem que com isto se diluam os papéis específicos que cabe a cada parte. Por fim, é preciso que se considere o direito humano à alimentação como primordial, que antecede a qualquer outra situação, de natureza política ou econômica, pois é parte componente do direito à própria vida (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2017, p. 3).

Nesse sentido, segurança alimentar e nutricional é resumida e definida como:

[...] a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2017, p. 4).

No Brasil, como afirma Rigon e Bógus (2016), a história da alimentação encontra-se marcada pela presença do latifúndio agroexportador, da pobreza e a falta de políticas públicas. Apesar da existência do tema fome no país, os diferentes períodos e governos trataram a situação como invisível. É a partir do século XX que se verificam algumas questões de caráter institucional com foco na questão da alimentação.

Alguns marcos da construção das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil podem ser destacados. Esses marcos são baseados na leitura de dois artigos, um escrito por Rigon e Bógus (2016) e o outro por Silva (2014) com contribuições de vários autores e pesquisadores.

Na década de 1930 com o movimento da medicina social, um grupo de médicos discutia sobre o problema da fome e suas repercussões na saúde da população. Esse tema manteve presente nas políticas públicas nas décadas seguintes com caráter assistencialista.

Nos anos de 1970 houve a institucionalização de diferentes órgãos de assessoramento ao governo. Nessa década criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN) por meio do Decreto Lei (DL) n. 72.034. No ano seguinte, montou-se uma equipe para subsidiar a elaboração do II Pronan, com base nos delineamentos estabelecidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

Em 1980, ocorreu a transição para a abertura democrática com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e muitos debates marcaram a consolidação do conceito de segurança alimentar e nutricional inclusive a realização da Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986.

A década de 1990 caracterizou-se pelos ajustes estruturais defendidos pelos organismos internacionais e a incorporação dos princípios neoliberais nos aparelhos estatais. Foi criado por meio do Decreto n. 807, de 1993 o CONSEA que contou com a participação da sociedade civil e é responsável por importantes avanços na área de alimentação Nutrição.

Em 1994 aconteceu a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) e foram extintos o CONSEA e o INAN, mas a sociedade civil estava organizada e viabilizou a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). E em 1999 um marco para as áreas da saúde e segurança alimentar e nutricional foi à criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNSAN).

Antes de apresentar essa política é interessante citar que a partir dos anos de 2000, várias ações estatais e da sociedade civil aconteceram favorecendo o debate sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Uma dessas ações foi o lançamento do Programa Fome Zero que tinha como principal objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, mediante políticas estruturais para o enfrentamento dos determinantes econômicos e sociais da pobreza e da fome [...] (RIGON; BÓGUS, 2016, p. 42). Também a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA), reativação do CONSEA e em 2003, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN). Foi nessa Conferência que se incorporou o termo “nutricional” que depois foi sancionada em 2006, pelo então Presidente da República (RIGON; BÓGUS, 2016).

Em 2006 é criada a Lei n. 11.346, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Nessa lei a Segurança Alimentar e Nutricional consiste:

Na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Rigon e Bógus (2016), escrevem que na LOSAN consta o direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar.

Em 2010 foi aprovado, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Essa política foi criada pelo decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Pretende assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com objetivos, diretrizes e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010).

Uma política de SAN contém segundo a II CNSAN:

[...] um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, desenvolver-se articulando condições que permitam sua manutenção a longo prazo. Requer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo (BRASIL, 2004, p. 4).

Segurança alimentar e nutricional constitui objetivo estratégico para o desenvolvimento com abrangência intersetorial, que se orienta pelos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e da Soberania Alimentar, no qual questione o modelo hegemônico que gera pobreza e fome. Nesse sentido a PNSAN é orientada por seis diretrizes integradoras dos diferentes setores de governo e da sociedade civil (BRASIL, 2007).

Assim corroborando com as diretrizes definidas na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (III CNSAN), as diretrizes da PNSAN são (BRASIL, 2010):

- a) Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável;
- b) Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados;
- c) Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional;
- d) Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária;
- e) Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde;
- f) Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente;
- g) Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional;
- h) Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

O objetivo geral da PNSAN é assegurar o direito humano à alimentação adequada a todas e todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006-2010).

A insegurança alimentar e nutricional atinge a população brasileira cabendo ao Estado e a sociedade civil considerar a política da PNSAN como uma política ampla, de ocupação sustentável do território e estratégica (RIGON; BÓGUS, 2016).

3.3.1 A Soberania Alimentar

O movimento ou o conceito de soberania alimentar está intimamente ligado aos movimentos sociais, incluindo o MST, e por isso da opção em desprender um subtítulo da política de segurança alimentar nutricional.

Em 1996 o conceito de soberania alimentar foi introduzido pela Via Campesina em Roma na Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA) (STEDILE; CARVALHO, 2010). A Via Campesina foi formada em 1993 em uma reunião dos

movimentos dos agricultores da América, Europa e Ásia na Bélgica (MCMICHAEL, 2016).

A Via Campesina é um movimento internacional de grande importância para seus idealizadores. “Hoje, a Via Campesina constitui-se como um dos movimentos sociais alter-mundialistas mais atuantes, tanto em nível transnacional quanto local” (NIEMEYER, 2007, p. 157).

A crítica e as reivindicações da Via Campesina centram-se em torno das políticas agrícolas e agrárias, a relação do acesso e da cultura alimentar, padrão de produção e consumo em especial o agroalimentar e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que são geradoras de injustiças sociais e ambientais (PEREZ-CASSARINO et. al., 2016), além, das políticas neoliberais que dão prioridade ao comércio internacional e não-alimentos para a população (MCMICHAEL, 2016).

Segundo McMichael (2016, p. 85-86), a Via Campesina identifica contradição no regime alimentar corporativo, entre uma agricultura centralizada na exportação, industrial versus uma produção descentralizada, sustentável, de base camponesa e familiar.

Para reorganizar o sistema agroalimentar tão reivindicado pela Via Campesina Perez-Cassarino et. al., (2016), citam os mercados agroalimentares alternativos como caminho viável.

Assim, podemos afirmar que a consecução dos objetivos da soberania e segurança alimentar e nutricional está diretamente relacionada à forma como se organizam os mercados para distribuição de alimentos. Reafirma-se aqui a necessidade de retomar o papel do Estado como ente promotor de políticas de regulação dos mercados agroalimentares, de forma a garantir maior equidade social, distribuição econômica, sustentabilidade ambiental e adequação cultural. (PEREZ-CASSARINO et. al., 2016, p. 224).

A definição de soberania alimentar de acordo com a Via Campesina (2002) é:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequadas as suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e a habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (VIA CAMPESINA, 2002, apud RIBEIRO, 2013, s/p).

Segundo, a Declaração de Nyélény realizada em Nyélény em Selingue, Mali, em fevereiro de 2007, a soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo.

Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses das gerações actuais e futuras. Oferece-nos uma estratégia para resistir e dismantlar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual; orientar prioritariamente os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para as economias locais e os mercados locais e nacionais; outorga o poder aos camponeses, à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional; coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo como bases para a sustentabilidade do meio ambiente, social e económica. Promove o comércio transparente, de forma a garantir condições de vida dignas para todos os povos e o direito dos consumidores de controlarem a própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão da nossa terra, territórios, águas, sementes, animais e a biodiversidade estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos, classes sociais e gerações. (DECLARACAO DE NYELENY, 2007).

Desde 2007, os desafios sobre a soberania alimentar, são constantes e não vencidos. A citação da declaração de Nyélény mostra um modelo de desenvolvimento territorial sustentável rural desejado. McMichael (2016) colabora na definição de soberania alimentar escrevendo que:

Em suma, a soberania alimentar é um movimento civilizacional, que combina uma crítica conjuntural à “segurança alimentar” neoliberal (como um jogo de poder corporativo e um estratagema ao equiparar a agroexportação ao conceito de “alimentar o mundo”) com os princípios longue dureé de autodeterminação reconfigurados como direitos democráticos para e de cidadãos e seres humanos, a ética central – o alimento como um direito, não uma *commodity* – expressa a politização contemporânea da “segurança alimentar”. [...] implica um compromisso crescente com a produção agroecológica. (MCMICHAEL, 2016, p. 201).

A soberania alimentar pode ser entendida além de um conceito, um princípio de vida, conforme defende Stedile e Carvalho:

As organizações sociais e camponesas que cunharam o termo “Soberania Alimentar” enfatizam a ideia de ele ser mais do que um conceito. Trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não responde a uma definição académica, mas emerge de um processo coletivo de construção, participativo, popular e progressivo e foi se enriquecendo quanto a seus conteúdos como resultado de um conjunto de debates e discussões políticas iniciadas no próprio processo de conformação da instância que

abriga as organizações camponesas críticas das atuais políticas agrárias liberalizadoras e de alimentação (STEDILE; CARVALHO, 2010, p.11).

A figura 4 demonstra as considerações de Altieri sobre Soberania conectada com a Agroecologia. Trazendo como discussão três tipos de soberania baseados na resiliência.

FIGURA 4 - OS TRÊS TIPOS DE SOBERANIA A SER ALCANÇADO POR UMA COMUNIDADE AGRÍCOLA OU UMA REGIÃO, SEGUINDO UMA ESTRATÉGIA AGROECOLÓGICA EM UM CONTEXTO DE RESILIÊNCIA



FONTE: Adaptado de Altieri et al., (2011).

A soberania alimentar é um movimento possível, apresenta avanço nos debates sobre políticas públicas de SAN, transforma vidas, amplia o desenvolvimento sustentável e se institucionaliza como Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e coloca-se como cita Maluf (2016), como condição necessária para efetivação das demandas das populações rurais.

3.4 AGROECOLOGIA: A POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

A agroecologia vem sendo estudada desde que a modernização da agricultura convencional e os problemas ambientais se tornaram agravantes para grande parcela da sociedade. São vários autores e publicações que abordam o

conceito de forma local e global. O uso plural e diversificado do termo agroecologia, por um lado, difundiu ideias importantes, mas parece apresentar dificuldades na definição de estratégias (BUAINAIN, 2006).

Segundo Feiden (2005, p. 53), “o emprego mais antigo da palavra agroecologia diz respeito ao zoneamento agroecológico, que é a demarcação territorial da área de exploração possível de uma determinada cultura, em função das características edafoclimáticas necessárias ao seu desenvolvimento”. Ao longo da história a agroecologia aparece com o desenvolvimento do campesinato, um processo de evolução de homem, mulher, natureza. (LEONEL JÚNIOR, 2016).

Para Altieri (2004, p. 23), “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”.

A proposta agroecologia enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos (ALTIERI, 2012, p. 105).

Dois momentos distintos marcaram a transição para a agroecologia. A Revolução Verde e a ecologização da agricultura:

Com o aprofundamento dos efeitos sociais e ambientais nos últimos 30 anos, intensificou-se, em escala mundial, o questionamento ao modelo de agricultura produtivista, dando início à segunda transição agroecológica, que, iniciada no final do século XX é marcada pelo crescente questionamento sobre a sustentabilidade do modelo produtivista propugnado pela Revolução Verde e, até então, dominante, agravando sua crise (HESPANHOL, 2009, p. 122).

Segundo os autores Caporal e Petersen (2012), foi em meados dos anos 1980 que o debate sobre agriculturas alternativas levou a experiências concretas de ecologização de sistemas de produção. Foi ainda nessa década que surgiu a luta contra os agrotóxicos e fez surgir a Lei dos agrotóxicos. Outro ponto interessante é o vínculo “com a defesa da agricultura familiar camponesa como base social de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural”. Assim descrevem os autores, “o movimento agroecológico brasileiro destaca-se como um campo social e científico de disputa na sociedade, em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando-se aos históricos movimentos camponeses e da agricultura familiar (com e sem-terra)” (CAPORAL; PETERSEN, 2012, p. 66).

A agroecologia corresponde ao campo do conhecimento que permite fazer uma transição da agricultura e do modelo de desenvolvimento convencional para o sustentável.

[...] proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentáveis, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 14).

A prática agroecológica além de possibilitar a segurança ambiental, produtiva, social para quem exerce e recebe os benefícios de sua produção, deve ser encarada como proposta real e central no planejamento agrícola nacional (LEONEL JÚNIOR, 2016, p.33).

A agroecologia como uma ciência, com métodos, conceitos e princípios de caráter multidisciplinar usa como unidade de estudos os agroecossistemas, inclui dimensões ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Os agroecossistemas possuem características segundo Altieri (2004, p. 31).

- Contêm um grande número de espécies;
- Exploram toda uma gama de microambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade, seja em um único campo de cultivo, seja em uma região;
- Mantêm os ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem;
- Têm como suporte interdependências biológicas complexas, resultando em um certo grau de supressão biológica de pragas;
- Utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos, mobilizando recursos locais baseados na energia humana e animal;
- Fazem uso de variedades locais e espécies silvestres de plantas e animais;
- Produzem para consumo local.

Existem segundo Altieri (2012), estratégias para restaurar a diversidade agrícola no tempo e espaço. Entre elas a rotação de culturas; policultivos/consórcios; os sistemas agroflorestais; os cultivos de cobertura e integração animal no agroecossistema.

Segundo Azevedo (2011) a Agroecologia e a reforma agrária se complementam e se fortalecem. Assim, os assentamentos agroecológicos são locais de transformação de agricultura e de vida das pessoas:

Nesse sentido, as áreas de assentamentos são espaços onde se pode e devem ser praticadas atividades de transformação da realidade produtiva e organizativa dos agricultores familiares e a Agroecologia deve ser o marco teórico para essa transformação. A Agroecologia é a ciência capaz de compreender as contradições vividas pelos agricultores recém assentados e a única que pode propor e contribuir para a superação do modelo agroquímico praticado nos antigos latifúndios. E essa superação, muitas vezes é lenta e exige de quem a pratica muita paciência e persistência. O fato de ser assentado não elimina imediatamente a cultura anterior (do latifúndio). O assentado carrega consigo toda sua história de vida, cheia de contradições, desejos, comportamentos. Mudar significa sair da zona de conforto/ conveniência e, portanto, é preciso estar consciente para se desafiar a construir novos paradigmas. (AZEVEDO, 2011, p. 181 - 182).

Para o enfrentamento da realidade adversa do agricultor familiar assentado e consolidar a agroecologia, aponta-se quatro das oito medidas proposta por Azevedo (2011):

1. Manter a articulação junto ao MDA de maneira que as políticas para a agricultura familiar e de base agroecológica sejam reforçadas e aprimoradas;
2. Criar e fortalecer programas governamentais que reforcem o papel da Agroecologia no processo produtivo da agricultura brasileira;
3. Estimular a organização dos agricultores familiares para a produção e comercialização de produtos agroecológicos;
4. Incentivar a organização dos agricultores familiares para que se fortaleçam em busca de conquistas que garantam vida digna no campo (p.182-183).

Além da agroecologia ser ecológica *per se* (ALTIERI, 2012), a opção pelo consumo de alimentos agroecológicos pode auxiliar para pavimentar o caminho que permite o acesso de todos a alimentos de qualidade. A opção por produtos orgânicos de base agroecológica ou agroecológicos advindos da agricultura familiar faz reascender as esperanças num mundo mais sustentável (MEIRELLES, 2004).

A agroecologia enquanto conceito, ciência, metodologia, técnica ou alternativa de vida está em constante construção e transformação. A criação de uma política específica foi um grande avanço.

Então em 2012, pelo Decreto nº 7.794, é criada a Política Nacional de Agroecologia (BRASIL, 2012), mesmo os debates terem sido anteriores a esse ano.

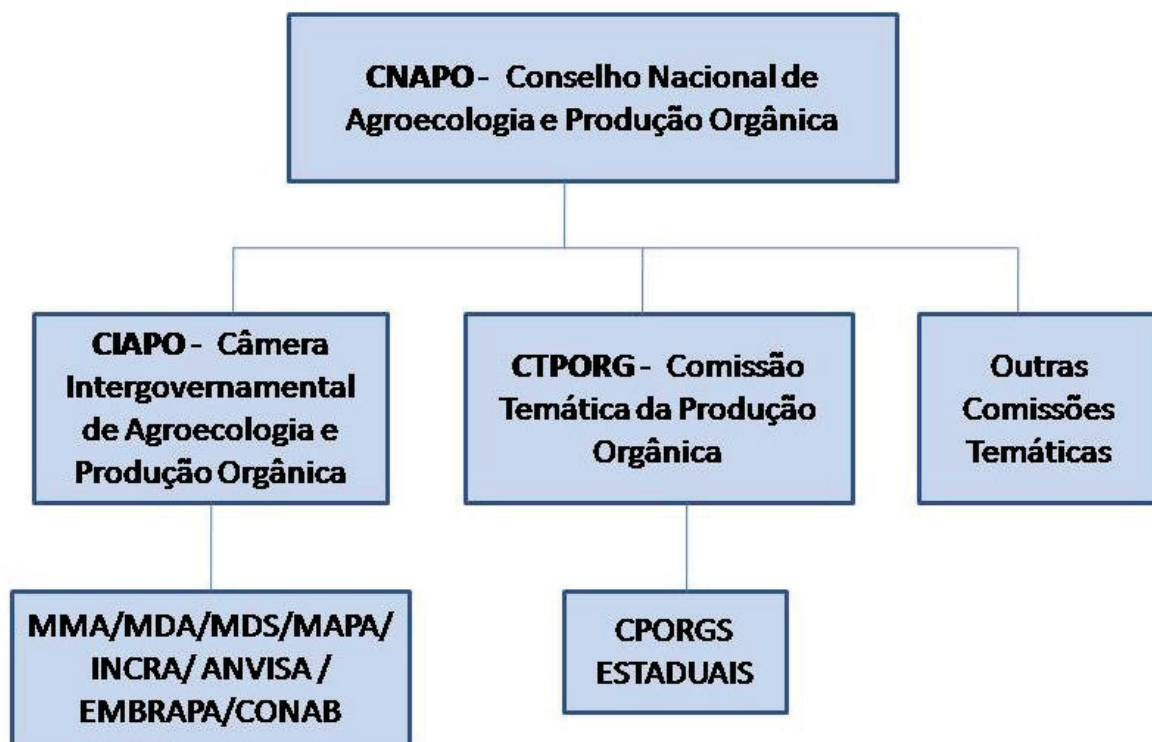
Em 2003 foi criada a Lei nº 10.831 que dispõe sobre a agricultura orgânica (BRASIL, 2003). Em 2007 o Decreto 6.323 que regulamenta a Lei acima, na qual ajudou a fomentar a concretização da PNAPO (BRASIL, 2007). Além de vários programas, projetos, ministérios, encontros, reuniões, comissões, seminários, destaque aos movimentos sociais e redes de agroecologia, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), entre outras ações que fizeram surgir à política pública de agroecologia.

O processo de construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) estão dispostos na linha do tempo:

- Março de 2011 - Compromisso da Presidenta - Apresentação das pautas nacionais pelos Movimentos Sociais;
- Outubro de 2011 - 1ª proposta de Política. Grupo de Trabalho interministerial inicia a elaboração do Plano em diálogo com a sociedade civil;
- Janeiro a Abril de 2012 - Apreciação por 27 Comissões Estaduais da Produção Orgânica - CPOrg;
- Fevereiro a Abril de 2012 - 5 Seminários Regionais organizados pela Articulação Nacional de Agroecologia e Associação Brasileira de Agroecologia;
- Abril de 2012 - Um Seminário Nacional organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);
- Agroecologia e Associação Brasileira de Agroecologia. Apreciação pela Câmara Temática da Agricultura Orgânica - CTAO e pela Comissão Nacional de Produção Orgânica - CNPOrg;
- Abril e Maio de 2012 - Consolidação da proposta pelo Grupo de Trabalho Interministerial;
- 08 de maio de 2012 - Apresentação para a Casa Civil;
- 18 de maio de 2012 - Diálogo governo e sociedade civil – Devolutiva da PNAPO;
- 23 de maio de 2012 - Apresentação no CONSEA e Lançamento da política na RIO + 20 (BRASIL, 2013).

É possível observar na figura 5 como está organizada a estrutura de governança da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

FIGURA 5 - ESTRUTURA DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO)



FONTE: Adaptado de Brasil (2013).

O objetivo da PNAPO é de promover a transição Agroecológica e a Produção Orgânica como base do desenvolvimento rural sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

As diretrizes dessa política são: I – promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável; II – promoção do uso sustentável dos recursos naturais; III – conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados; IV – promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de Alimentos; V – valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais; VI – ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; VII – contribuição na redução das desigualdades de gênero (BRASIL, 2012).

Essa política é estruturada em eixos e objetivos. Destaque para o eixo Consumo, que traz como objetivo: Fortalecer e ampliar o consumo dos produtos

orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização e mercados institucionais, aumentando as compras governamentais destes produtos. Nesse sentido, esse eixo potencializa a ideia de consumir os produtos de base agroecológica e orgânica localmente e explicita as compras governamentais como o PAA e o PNAE (BRASIL, 2012).

Um dos principais instrumentos da PNAPO é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), conhecido sob a denominação de “Brasil Agroecológico”. O primeiro ciclo do Plano, que abrangeu o período de 2013 a 2015, resultou em um conjunto de ações públicas, que envolveu a destinação de mais de R\$ 2,9 bilhões. Além de ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, o Planapo contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas em nível federal. Em um processo de continuidade e aperfeiçoamento do primeiro ciclo do Plano, foi lançado o Planapo 2016-2019, por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016, a partir das mesmas bases de ampla participação da sociedade civil. O Planapo 2016-2019 articula diversos Ministérios, unidades setoriais e entidades governamentais em torno de programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica (BRASIL, 2016).

No Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO, 2016-2019) as diretrizes são as mesmas que da PNAPO, mas o Plano traz no eixo 4 a Comercialização e o Consumo ampliando objetivos e estratégias. O objetivo é: Fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos e de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos mercados locais, regionais, nacional, internacional e nas compras públicas e ampliar o consumo dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade (BRASIL, 2016).

São dezesseis estratégias desse eixo, dentre elas estão (BRASIL, 2016):

- Aperfeiçoar e estimular as compras governamentais dos (as) produtores (as) e agricultores (as) em conversão para produção orgânica e transição agroecológica;
- Promover os produtos orgânicos e de base agroecológica nas ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do PNAE e realizar capacitações por meio dos Centros Colaboradores para a execução do PNAE (Universidades Federais);

- Efetivar as metas de participação das mulheres nas modalidades do PAA nas compras da produção orgânica e agroecológica e a priorização de públicos fornecedores no PNAE e;
- Instituir mecanismos que assegurem compensações aos gestores municipais que adquiram produtos orgânicos e de base agroecológica no âmbito do PNAE.

Essas estratégias estimulam a comercialização e o consumo de produtos orgânicos de base agroecológica. Consideram as cooperativas de consumidores e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, apoiam festas e feiras das culturas locais e priorizam circuitos curtos de comercialização.

Além do Brasil Agroecológico, há na esfera estadual, o Programa Paraná Agroecológico. Está direcionado por princípios agroecológicos, visando à transição agroecológica e o enfoque sistêmico do conceito de desenvolvimento territorial no Estado do Paraná. (PARANÁ, 2010). O objetivo principal é propor, articular e apoiar ações fundamentadas nos princípios da agroecologia, visando o desenvolvimento de políticas públicas, socioambientais, econômicas e tecnológicas para a agricultura paranaense. Em dois de seus objetivos específicos apresenta o fortalecimento da comercialização local e a participação de produtos de base ecológica no mercado institucional (PARANÁ, 2010).

A política da agroecologia e o debate inclusive feito por vários movimentos sociais existem, mas, a concretude de todas as ações dessa política ainda são desafios presentes em grande parte das regiões do Brasil. A mobilização por parte da sociedade civil é estratégia de manutenção, transformação e principalmente consolidação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e de programas como o Paraná Agroecológico. É capaz de induzir processos de desenvolvimento social, econômico e ambiental, proporcionando assim, o ideal de desenvolvimento territorial, rural e sustentável¹⁰ (PETERSEN, 2013).

¹⁰ Petersen (2009).

3.5 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL

O debate sobre uma agricultura familiar alternativa e sustentável, políticas públicas abrangentes e mercados alternativos e justos é debate sobre o desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial.

Para conceituar Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável é possível considerar três diferentes definições que se complementaram ou não. O que é desenvolvimento? O que é território? E o que é sustentável? Cada um dessas palavras abre um leque de discussões e definições complexas. E claro o Rural, permeado por novas configurações e sentidos.

O desenvolvimento se dá sempre em algum território cujas características condicionam e são transformadas pela economia, sociedade, composição e ação dos agentes (devendo ser consideradas as prioridades) (BUAINAIN, 2006). Saquet¹¹ (2017) descreve desenvolvimento como um sistema de valores, instituições e vínculos, com um forte sentido de pertencimento à comunidade local [...].

Desenvolvimento, portanto, é territorial e contém mudanças e permanências, tradições e identidades, relações de pertencimento e confiança, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e dominação. Os territórios são dinamizados por sociedades específicas, distintas entre si quanto à estrutura de classe e de poder, à economia e aos processos culturais, que se articulam e se territorializam historicamente (SAQUET, 2017, p. 23).

Assim, as sociedades são construídas histórica e geograficamente formando diferentes condições para o desenvolvimento (SAQUET, 2017).

As condições descritas por Saquet (2017) para o desenvolvimento podem abarcar dimensões plurais e multifacetadas dos territórios ou “fechar os olhos” para algumas em detrimento de outras. Morin (2003) ao escrever sobre desenvolvimento apresenta dois aspectos para se refletir:

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da

¹¹ Giacomo (2000) e Becattini (1989).

comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento. (MORIN, 2003, p. 78).

Na implementação do desenvolvimento, os sujeitos se organizam socialmente, no planejamento, discussão, decisões e concretização incondicional de políticas públicas (SAQUET; ALVES, 2017).

O desenvolvimento territorial é “todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 12).

O conceito de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico tem sido discutido. Esse desenvolvimento é reducionista, sinônimo de crescimento foi por muito tempo, dentro do paradigma científico moderno, linear, focado em indicadores somente econômicos ou somente físicos da natureza. As interações e os processos foram deixados de lado (MARTINS; TOZETTI; FERREIRA, 2016).

Com os debates recentes e de certa forma atrasado, a valorização dos territórios, ou da "localização do desenvolvimento", renovam os fundamentos da promoção do desenvolvimento por meio de políticas públicas (MEDEIROS; DÍAS, 2011).

Analisando a literatura brasileira sobre o tema, percebemos que sua preocupação dominante tem sido, por um lado, a de afirmar a abordagem territorial como forma de superar, conceitual e politicamente, a abordagem setorial como orientadora da formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Por outro lado, há um conjunto de estudos e ensaios que aborda as institucionalidades envolvidas neste processo de inovação conceitual, buscando compreender seus impactos sobre a ação governamental e sobre as dinâmicas organizativas dos grupos sociais envolvidos (MEDEIROS; DÍAS, 2011, p. 15).

Um dos pressupostos para as políticas de desenvolvimento territorial é a necessidade de rever o conceito de rural com que se trabalha no Brasil. A percepção do rural foi baseada à ideia de pobreza e de atraso, na qual restringem as possibilidades de investimentos, mantendo-se numa posição marginal seja simbolicamente, seja materialmente (MEDEIROS; DÍAS, 2011, p. 17). Assim,

Podemos dizer que a concepção de rural - como também a de desenvolvimento rural - está em disputa por forças bastante diferenciadas, envolvendo atores com capacidade política (ou seja, com possibilidades de

impor visões de mundo) também bastante diferenciada. No caso brasileiro, a opção de delimitar territórios com base na ênfase na presença de agricultores de base familiar é, antes de mais nada, delimitar espaços de disputa com a visão produtivista do rural e de sua funcionalidade aos processos econômicos. Neste caso, além da disputa com a visão de rural para a qual o que importa é o da expansão de monocultura ou de atividades que atribuam ao espaço outros destinos que não aquele desejado pelas populações que o habitam, há que se considerar também a disputa com uma visão que vê no rural somente um espaço de produção (mesmo que de agricultores familiares), onde o que importa é o "setor agrícola", dando pouca atenção às dimensões sociais, culturais e ambientais dos espaços (MEDEIROS; DÍAS, 2011, p. 18).

E nesse sentido, Colnago¹² (2012, p. 4) diferencia as políticas de caráter setorial, das políticas do desenvolvimento territorial, pela presença de relações sociais, políticas, econômicas e institucionais dentro de um espaço construído a partir de ação de indivíduos, nos quais, o conteúdo deste espaço, é entendido como território.

A partir da década de 1990 que políticas começam a se preocupar com a perspectiva ampliada do meio rural e dos seus segmentos sociais. Tradicionalmente, as políticas para o meio rural eram coincidentes com objetivos setoriais, pautando-se em instrumentos de crédito agrícola, para manutenção dos preços do setor agrário brasileiro (BONNAL; KATO, 2011).

Desde 2003, o governo vem adotando recorte territorial como lócus para a implementação e articulação de algumas políticas públicas destinadas ao meio rural visando: promover o protagonismo dos atores sociais para a construção e a governança do desenvolvimento de seus Territórios; ou buscando potencializar os resultados e os impactos das políticas públicas (DELGADO; LEITE, 2015, p. 240).

Os principais exemplos dessas políticas são o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e Programa Territórios da Cidadania (PTC). A intenção dos programas é garantir que os processos de desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o conjunto do território em diferentes áreas, como a econômica, sociocultural, político institucional e ambiental (DELGADO; LEITE, 2015, p. 249).

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) pretende fortalecer os atores sociais do território em torno

¹² Kageyama (2008) e Schneider (2004).

da construção participativa de um plano de desenvolvimento e da elaboração de projeto coletivos para o meio rural. A origem do programa está relacionada à criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2004 (BONNAL; KATO, 2011, p. 70).

O Pronat conforme Bonnal e Kato (2011) é diferenciado e focado exclusivamente nos setores da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, fomentando projetos territorializados. A lógica dos mecanismos do Estado então é de seleção para a intervenção.

Após o Pronat passar a operar de forma regulamentada em julho de 2005, quando obteve sua chancela formal por intermédio da Portaria n. 05 de 18/7/2005 (DELGADO; LEITE, 2015), outro programa passa a existir a partir de 2008, o PTC.

Seu objetivo é a “superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”. Especificamente o Programa visa à promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, por meio do planejamento e integração de políticas públicas (DELGADO; LEITE, 2015, p. 251).

A Política de Desenvolvimento Territorial Rural acumulou um significativo conjunto de casos que tem possibilitado um tratamento mais acurado dos limites e alcances dessa experiência de intervenção pública. O Pronat e o PTC estão no cerne da formação da própria Secretaria (DELGADO; LEITE, 2015).

A Subsecretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) tem como finalidade “articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento de regiões onde predominam agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário”. Pretendendo a integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional. A SDR tem como estratégia de ação de atuação a abordagem territorial do desenvolvimento expressa no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (BRASIL, 2018).

O Pronat e o PTC enfrentam desafios em se tratando dos territórios e territorialidades nacionais. Considerando que territorialidades são as relações sociais que acontecem em cada família, entre as famílias, entre pessoas de diferentes lugares entre grupos e classe sociais (SAQUET, 2017).

Como cita Sachs (2001) o desenvolvimento rural integrado constitui uma ferramenta privilegiada para avançar na direção apontada e sustentável.

É de outro desenvolvimento que se quer pensar, em proporções mais amplas que seja sim sustentável, territorial, rural. “O desenvolvimento sustentável

procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra” (MIKHAILOVA, 2004, p. 27).

Para isso, a autora descreve três áreas-chaves baseada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002. São elas: Crescimento e Equidade Econômica, Conservação de Recursos Naturais e do Meio Ambiente e Desenvolvimento social. É talvez aquele desenvolvimento que Ignacy Sachs evidência, o ecodesenvolvimento: um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo (SACHS, 2007, p. 64). Ou ainda, aquele desenvolvimento como liberdade que Amartya Sen (2000) defende.

Assim como cita Wanderley (2014), ver o agricultor como um agricultor que se apoiado convenientemente, tem potencialidades para assegurar, em melhores condições, a sobrevivência de sua família e participar da produção da riqueza de sua comunidade local. Reconhecer como sujeitos de direito os que vivem no campo. E complementa, que cabe aos movimentos sociais demonstrar a sensibilidade e a firmeza para assumir a luta pela preservação de outra agricultura, que seja, de fato, econômica, ambiental e socialmente sustentável.

3.6 ASSENTAMENTO DO CONTESTADO

O Assentamento do Contestado é área rural do município da Lapa. O nome Contestado é em homenagem a luta dos camponeses na Guerra do Contestado que aconteceu nesse município. A Fazenda pertencia ao grupo Incepa, empresa produtora de cerâmica, contraiu dívidas com bancos e era improdutiva (SOUZA, 2010). A fazenda que foi desapropriada devido a dívidas acumuladas fazia parte das grandes fazendas de latifúndio lapeano e deu lugar ao Assentamento.

Com 17 anos de existência o Assentamento do Contestado fica aproximadamente 30 minutos, cerca de 10 km do centro do município da Lapa e o acesso se dá por estradas de chão. A figura 6 mostra a localização do Assentamento e suas divisas geográficas.

FIGURA 6 - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO



FONTE: Fernandes (2014) apud Fernandes e Facco (2015).

O Assentamento possui uma área de 3.228 ha, sendo que 1.240 são áreas de Reserva Legal. No dia 7 de fevereiro de 1999, 40 famílias da região de Curitiba, Balsa Nova, Lapa e outras regiões do Paraná, ocuparam a Fazenda Santa Amélia, localizada a 70 quilômetros de Curitiba. É possível visualizar alguns desses dados na placa de identificação localizada na sede do Assentamento conforme figura 7.

FIGURA 7 - FOTOGRAFIA DA PLACA EXPOSTA NA SEDE DO ASSENTAMENTO



FONTE: A autora (2016)

Com o aumento das desigualdades no campo em meados da década de 1970, o MST entende que necessita socializar os bens materiais e imateriais tido como domínio de poucos. Entre as décadas de 1990 e 2000, o MST promoveu ações políticas na luta pela democratização das riquezas na sociedade brasileira sob princípios da Agroecologia. Assim, no acampamento no Assentamento do Contestado houve os debates de como seria a forma de organização, o projeto de assentamento, para então iniciar a produção de alimentos na área (SOUZA, 2010).

O Assentamento possui conquistas expressivas tanto no âmbito estrutural como em políticas sociais e na proposta agroecológica. Foram construídas casas, escolas, Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), igrejas, áreas de lazer, estradas, Unidade Básica de Saúde, mercado, Cooperativa Terra Livre e também participação no PAA e PNAE. O cultivo agroecológico feito no assentamento pode ser exemplificado pelas hortas mandalas:

O cultivo de produtos agrícolas no assentamento se destaca na horticultura e também em pequenas culturas de mandioca, amendoim, batata-doce, entre outras. Esses cultivos são destinados principalmente para o autoconsumo das famílias e abastecimento de mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Uma das formas de produção destes alimentos se dá através das hortas mandala as quais possibilitam aos camponeses maior variedade de alimentos como hortaliças, ervas medicinais e frutas. Estas mandalas são administradas por duas ou três famílias em áreas coletivas. Apesar da produção das hortas mandala serem feitas de forma coletiva, no assentamento prevalece a produção individual, feita nos lotes de cada família (FERNANDES; FACCO, 2015, p. 94).

Os sistemas agroflorestais agroecológicos (SAFs) também fazem parte das formas de cultivo e produção dos alimentos do Assentamento (figura 9). Em definição ampla, como cita Steenbock e Vezzani (2013, p. 7), “são combinações do elemento arbóreo com herbáceas e/ou animais, organizados no espaço e/ou no tempo.” Os próprios autores descrevem como sendo além, é preciso saber que intervenções ou práticas de manejo estão por trás dessa estrutura, potencializando os processos naturais para a otimização da produção. [...] caso não considerarmos os elementos definidores da estrutura agroflorestal, corre-se o risco de manter a mesma lógica produtiva da artificialização de agroecossistemas, comum na agricultura convencional, para a produção agroflorestal que contribui assim para a sustentabilidade da produção de alimentos (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p. 8).

Nesse sentido, a maioria das famílias no Assentamento estão realizando a transição para a agroecologia usando como premissa de uso sustentável e saudável da terra por meio do sistema agroflorestal, que por meio da Cooperafloresta (Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo - SP e Adrianópolis - PR), o Projeto Agroflorestar e a Cooperativa Terra Livre tem conseguido conquistas expressivas para o Assentamento conforme diálogo com agricultores. “[...] fazer agrofloresta é, também, educar-se ambientalmente” (STEENBOCK; VEZZANI, 2013, p. 9). Na figura 8 é possível observar o sistema agroflorestal sendo implantando na produção de alimentos no Assentamento.

FIGURA 8 - FOTOGRAFIAS DE UM MODO DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL NO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO



FONTE: A autora (2016-2017).

Essas conquistas ainda não são suficientes para uma efetiva emancipação e produção total de base agroecológica. São inúmeros problemas que os assentados precisam vencer com luta diária, como a comercialização dos produtos agroecológicos e as políticas públicas de incentivo.

Desde 2010 a Cooperativa Terra Livre que está localizada na sede do Assentamento (figura 9) é o canal de comercialização de muitos agricultores assentados e da região. Os assentados buscam melhorias inclusive estruturais para a cooperativa. A agroindustrialização e operacionalização dos projetos dos mercados institucionais são objetivos que dedicam tempo e trabalho (emitir notas,

processo de entrega dos alimentos, acessar projetos). São aproximadamente 300 associados entre assentados e famílias que residem nas regiões próximas ao Assentamento (FACCO; GÓMEZ, 2016).

Todo recurso provém das contribuições dos associados com porcentagem de desconto de 15% a 20% dos produtos que entregam aos programas institucionais, das parcerias com INCRA, outras associações, e aprovações em projetos. A estrutura de operacionalização é basicamente composta pela diretoria, administração, comercialização e produção-técnico. Na cooperativa há um trabalho também de sensibilização para a produção agroecológica e sua total transição. (FACCO; GÓMEZ, 2016).

Os produtos que são aprovados e vendidos ao PAA e PNAE via cooperativa são raízes e tubérculos (batata, cenoura, beterraba, abóbora, mandioca, cebola) e folhosas (alface, almeirão, repolho) entre outros.

A cooperativa Terra Livre recebe apenas alimentos de base agroecológica e comercializa os variados alimentos para o PAA e PNAE. A relação de uma comercialização mais local e justa proporciona a melhor relação campo-cidade e a busca por saúde, soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável se tornam mais visíveis. As dificuldades enfrentadas pela cooperativa no que tange a comercialização e o Assentamento enquanto local de relações sociais é complexa.

FIGURA 9 - FOTOGRAFIA DA COOPERATIVA TERRA LIVRE



FONTE: A autora (2017).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Esse percurso é uma construção sobre os diversos desafios que permeiam a agricultura familiar, em especial os agricultores assentados do Contestado. Ouso chamar de percurso metodológico, pois foi um caminho que se construiu em debates, conhecimento, partilha de vida e causa. E para se construir o caminho foram necessárias escolhas que demonstrassem a intenção e a análise dos resultados apreendidos.

Apresenta-se a seguir o caminho percorrido para alcançar os objetivos e fazer os apontamentos deste estudo. Para caracterizar a caminhada, inicia-se com o tipo de estudo, segue-se com o cenário e os sujeitos da pesquisa que foram essenciais no caminho. Na sequência, mostra-se como aconteceram as relações que caracterizam a colheita dos dados e como se analisou. Continua, com os participantes da pesquisa, amostragem e a análise dos mesmos.

4.1 TIPO DE ESTUDO

A pesquisa, de abordagem qualitativa, pretendeu construir junto aos agricultores do Assentamento do Contestado e gestores públicos da Lapa e de Curitiba um estudo que contribuísse com a realidade. Neste sentido, a pesquisa foi se delineando sucessivamente de modo que a pesquisadora poderia construir e contribuir, junto aos demais atores envolvidos, um processo de ações transformadoras dentro do curso espaço de tempo da formação acadêmica no mestrado. A realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que pode-se fazer sobre ela (MINAYO, 1994). Um pesquisador, segundo Gil (2002), precisa possuir sensibilidade social, conhecimento do assunto a ser pesquisado, confiança na experiência, atitude autocorretiva entre outras qualidades e também desafios que se fazem presentes num processo de pesquisa. Assim busca-se pautar este estudo. Portando, denominou-se percurso metodológico uma vez que o caminho da pesquisa tem sido construído e reconstruído ao longo dos encontros com o campo.

Este estudo se caracteriza pela abordagem qualitativa classificando a pesquisa como descritiva segundo seus fins e de campo segundo seus meios. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser

quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). [...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21 - 22). Ainda segundo Triviños (1987, p. 125,) “o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apoie o pesquisador”.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Também em tratando de características da pesquisa qualitativa Triviños (1987) expõe cinco características que são:

- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave;
- A pesquisa qualitativa é descritiva;
- Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto;
- Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente;
- O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Nesse caminho, a pesquisa qualitativa descritiva preocupa-se assim em descrever com exatidão, os fatores e fenômenos, partindo da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência. Busca também as causas dele e procura explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça intuir as consequências que terão para a vida humana. “Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente” (TRIVIÑOS, 1987, p. 128 - 129).

Gil (2002) escreve que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno

[...]. Essa pesquisa pode se aproximar da explicativa ou da pesquisa exploratória dependendo de seus processos.

4.2 CENÁRIOS DA PESQUISA

Para melhor compreender o recorte territorial e o contexto no qual se desenvolveu a pesquisa, a história da Lapa e do Assentamento do Contestado é relevante. Ambos os locais contribuem para um conhecimento mais amplo e ao mesmo tempo comunicam relações do próprio desenvolvimento territorial. O Assentamento foi descrito no item 3.6, segue então, o município da Lapa.

4.2.1 Município da Lapa Paraná

O município da Lapa fica ao Sul do Paraná, região metropolitana de Curitiba, aproximadamente 64 km desta capital, com uma área territorial total de 2.097,751 Km² e de área urbana 17,84 Km². Está localizado no segundo planalto (planalto de Ponta Grossa) com 908 metros de altitude (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997). Faz divisa territorial com os municípios de Contenda, Quitandinha, Antonio Olinto, São João do Triunfo, Campo do Tenente, Rio Negro, Mafra (SC), Palmeira, Porto Amazonas e Balsa Nova. O clima é subtropical/mesotérmico brando, com verões quentes e invernos com geadas fortes. Os principais rios são: Rio da Várzea, Iguaçu, Passa Dois, Stinger, Peri Pau (últimos dois ajudam a abastecer a cidade). A vegetação é remanescente de mata atlântica e araucárias. Foi quase toda alterada restando manchas de floresta de araucária. “Na região da Lapa encontram-se dois tipos de florestas subtropicais: a perenifolia e a subperenifolia”. O cambissolo é o que predomina na região. Pode ser aproveitado em lavouras, mas para isso são necessárias práticas conservacionistas intensivas, além do emprego de corretivos e fertilizantes (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997).

A população estimada segundo IBGE em 2016 é de 47.814 habitantes, na zona urbana estão 27.222 e na zona rural 17.710 habitantes. A agropecuária é considerada a principal atividade econômica. Na figura 10, pode observar a localização do município da Lapa.

FIGURA 10 - MAPA DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR



FONTE: Google Maps (2017).

A história da Lapa está ligada ao tropeirismo, fatos militares e políticos do país. “O tropeirismo foi um momento altamente significativo na história brasileira” (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997, p. 98). Começa por volta de 1731, quando os homens responsáveis pelo comércio animal do país passavam e pousavam, compondo o Caminho das Tropas ou Caminho de Viamão. Consta ter sido Cristovão Pereira de Abreu o primeiro tropeiro a percorrer o caminho com tropa de 800 cabeças levando-as para Sorocaba. No entanto, há registros de que já em 1541 andou por estas terras o primeiro desbravador, D. Alvar Nunez Cabeza de Vaca, a mando do Rei da Espanha, e depois dele outros desbravadores e bandeirantes. Porém, muito antes do homem branco chegar, há indícios arqueológicos da habitação de povos indígenas das tribos Kaingang e Guarani. Ainda em 1526, Aleixo Garcia teria sido o primeiro europeu a percorrer trechos do atual território da Lapa (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997).

Após expedições de bandeirantes que vieram do Norte e do Sul para a região abrindo estradas, Manoel Rodrigues da Mota refez a estrada. Por seus esforços, aquela estrada passou a se chamar Estrada do Mota, que mais tarde teve o nome alterado para Estrada da Mata. Esse trecho de estrada fazia parte do que

viria a ser chamada de Caminho do Viamão, que ligava o Rio Grande do Sul a Sorocaba, em São Paulo.

Ao longo da estrada foram se estabelecendo vários “pousos” ou “invernadas”, locais apropriados para a engorda do gado antes de prosseguir viagem.

Com a longa permanência dos animais nos locais de parada começaram a aparecer fazendas e núcleos populacionais, que mais tarde vieram a se transformar em vilas e cidades. É o caso das cidades paranaenses situadas ao longo do que se convencionou chamar de Caminho das Tropas. Foi aí que surgiram, durante o período tropeiro, as cidades de Sengés, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Campo do Tenente e Rio Negro (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997, p. 101).

Esses fatores do povoamento atraíram os primeiros habitantes da Lapa - João Pereira Braga e sua mulher, Josefa Gonçalves da Silva. “A Lapa é, pois, um dos mais antigos núcleos populacionais do segundo planalto paranaense” (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997, p. 101). A presença, na margem ocidental do Rio Iguaçu, do Registro de Curitiba – posto construído para cobrança de direitos sobre a passagem de animais – fazia com que os tropeiros permanecessem mais tempo, criando condições para o início do povoamento. O tropeirismo também intensificou as atividades agrícolas, madeireiras, extrativas e artesanais com ênfase a indústria do couro. O tropeirismo também proporcionou uma estrutura agrária assimétrica, com fazendeiros, tropeiros, peões, capatazes e negros escravos (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997).

Em 1768, moradores solicitaram uma sesmaria (concessão de terras no Brasil pelo governo português) para o patrimônio de uma igreja e foram atendidos. No dia 13 de junho de 1769, o Padre João da Silva Reis (filho de João Braga e Josefa) tomou posse deste patrimônio, instalando a Freguesia de Santo Antônio de Lisboa, que em 13 de junho de 1797, passou a se chamar Freguesia de Santo Antônio da Lapa. No ano de 1806, quando o número de habitantes era de 2.235, o Capitão português Francisco Teixeira Coelho elevou a Freguesia para a categoria de Vila, surgindo assim à denominação Vila Nova do Príncipe. Com a criação da Província do Paraná e sua consequente organização judicial, a Vila Nova do Príncipe passou a ser o 5º Termo Judiciário e Policial da Comarca da Capital. Em 30 de maio de 1870, tornou-se Comarca, tendo sua instalação em 11 de junho de 1871 (LAPA, 2017).

No dia 07 de março de 1872, a Vila Nova do Príncipe teve seu território desmembrado de Curitiba e foi emancipada como município, passando a se chamar Lapa, nome pelo qual o lugar era conhecido devido à grande quantidade de pedras existentes na região. Seu nome vem do latim lapis e quer dizer, Pedra Grande. Sua população foi formada por imigrantes que vieram da Europa, no período de 1877 a 1895, oriundos da Itália, Alemanha, Áustria, Polônia e Rússia. Na Colônia Mariental, instalaram-se colonos russos e alemães; na Colônia Joanesdorf, russos, alemães e austríacos; na Colônia Antônio Olinto, os de origem polonesa, e, na Colônia São Carlos, imigrantes italianos (BURDA, 2016). Assim, no terceiro quarto do século XIX, a Lapa viria a se beneficiar da colaboração dos europeus, inegavelmente possuidores de bom potencial técnico-cultural (BIGARELLA; BLASI; BREPOHL, 1997, p. 109), mas, os grupos indígenas Kaingangs e Guaranis, assim como os colonizadores portugueses, espanhóis e os negros fizeram parte da formação étnica Lapeana.

Os monges em especial o monge João Maria D'Agostinis, fizeram parte da história da Lapa. A Gruta do Monge fica no Parque Estadual do Monge e é procurado por pessoas que buscam cura para seus males, sendo um atrativo turístico para o município (LAPA, 2017).

Um fato marcante foi a Guerra do Cotestado, que ocorreu de 1912 a 1916 e foi uma revolução agrária que teve a participação de camponeses liderados pelo "monge" José Maria. O cerco da Lapa é outro fato histórico e político. Constituiu na resistência de 26 dias na revolução federalista que ocorreu em 1894, entre os chamados Pica-Paus (Republicanos composta por cerca de 600 homens) e Maragatos (Federalistas com 3.000 homens) (BURDA, 2016).

O município da Lapa possui uma riqueza histórica e cultura de grande destaque. A cidade é fonte de estudos para pesquisadores de culturas populares e tem o primeiro conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além de culinária típica, o turismo histórico, religioso e rural apresenta grande potencial. Apresenta também, além dos conselhos de Saúde e Educação, os conselhos de Alimentação Escolar, Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, entre outros (LAPA, 2017).

4.3 COLHEITA DE DADOS, PARTICIPANTES DA PESQUISA E AMOSTRAGEM

Embora o termo “Coleta de Dados” seja mais usual no meio científico, optou-se pelo termo “colheita” por este termo carregar consigo o ato de colher aquilo que se planta. Assim, para colher os resultados da pesquisa foi usada a técnica de entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987), a qual pode entender que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante e porque esta, [...] ao mesmo tempo valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 176). O outro método de colheita de informações foi o diário de campo (ARAÚJO et al., 2013; TRIVIÑOS, 1987), que como registro processual serve para compreender o objeto de estudo em suas múltiplas dimensões também para retratar os procedimentos de análises, reflexão e intervenção na realidade dos fenômenos pesquisados. Foram usados também registros fotográficos e gravações no decorrer do tempo da colheita de dados da pesquisa de campo.

A pesquisa teve início com o primeiro contato com um agricultor do Assentamento. Conforme o diálogo da pesquisadora com agricultor foi possível ir colhendo impressões e delineando o percurso da pesquisa. Depois de alinhado os objetivos, feitas leituras bibliográficas sobre as temáticas, construído o roteiro semiestruturado das entrevistas com idas esporádicas a campo e feita pré-análise sobre como ocorreria a pesquisa de campo, que se definiu os participantes da pesquisa.

O número e os participantes da pesquisa foram pensados na fase exploratória, quando o tempo dedicado é para as questões preliminares e interrogativas (MINAYO, 1994). Nesse sentido, na fase exploratória se delimitou que os participantes da pesquisa seriam os agricultores que residem no assentamento, associados à Cooperativa Terra Livre, e vendessem para os programas PAA e PNAE. Também se propôs entrevistar os gestores públicos municipais da Lapa e de Curitiba responsáveis pelos programas PAA e PNAE. A necessidade de entrevistar os gestores de Curitiba foi devido observar que a cooperativa vendia a maioria de sua produção para a prefeitura de Curitiba (PNAE municipal) e para unidade

socioassistencial recebedora deste mesmo município. O recorte foi necessário devido à ampla possibilidade de entrevistados no cenário da pesquisa. Conforme pré-análise das entrevistas com agricultores optou-se também em entrevistar gestores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) da Lapa e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que são destaque quando se refere na comercialização dos alimentos do Assentamento na condição da cooperativa.

O número de participantes da pesquisa não foi delimitado previamente e deu-se conforme respondia aos objetivos da pesquisa, dando-se por saturação de dados, o recorte do cenário e pela representatividade dos sujeitos na pesquisa.

Os atores da pesquisa foram dezesseis agricultores e agricultoras que residem no Assentamento, associados à Cooperativa Terra Livre e vendiam para os Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sete gestores públicos, sendo quatro do município da Lapa e três de Curitiba. Considerando como gestores públicos os responsáveis municipais do PAA e PNAE e também a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) da Lapa e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Do total de agricultores entrevistados dez são do sexo masculino e seis são do sexo feminino. Dos gestores públicos, quatro são do sexo masculino e três são do sexo feminino. Totalizando 23 entrevistados.

A colheita dos dados se deu em momentos indissociáveis. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Num primeiro momento as entrevistas ocorreram com os agricultores do Assentamento no 1º semestre do ano de 2017, numa vivência de campo na qual possibilitou além das respostas do roteiro semiestruturado, observações e registros diários. Para entrevistar os agricultores e agricultoras foram agendadas visitas em suas propriedades o que possibilitava conhecer a família, o manejo e a produção dos alimentos.

Depois e conforme agendamentos, ocorreram às entrevistas semiestruturadas com os gestores da Lapa e de Curitiba. Uma entrevista foi respondida via email a pedido do gestor e devido à sua agenda. Todos os encontros para as entrevistas aconteceram no local de trabalho dos gestores.

Os roteiros para a colheita de dados para agricultores e gestores municipais encontram-se nos Apêndices 1 e 2.

Para preservar a identidade dos entrevistados são usadas duas siglas alfanuméricas em cada esplanção de categoria para identificar de quem são as unidades de contexto expostas. Exemplo: Para denominar agricultor foi usada a sigla A1, A2, assim, sucessivamente. A denominação “agricultor” contempla também agricultoras e agricultores que fizeram parte das entrevistas. Para denominar gestores com a mesma consideração feita acima sobre agricultor e agricultora, usou-se G1, G2, assim, por diante.

Ressalta-se que tanto agricultores como gestores foram informados do tipo da pesquisa e suas implicações, assim como, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3).

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos nesta pesquisa são provenientes das observações, registros em diário de campo e transcrições das entrevistas. A fase das transcrições dos áudios e a leitura a posteriori permitiram uma pré-análise dos dados. As entrevistas transcritas foram tratadas através da análise de conteúdo, análise utilizada na pesquisa qualitativa que segundo Bardin (1997 p. 42) é:

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativo ou não) que permitam a inferência de conhecimentos, relativos às condições de produção dessas mensagens.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas enriquecer a leitura dos dados coletados (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 734) e essas autoras complementam que segundo Chizzotti (2006), o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o conteúdo manifesto, as significações explícitas e ocultas.

A aplicação da técnica de análise de conteúdo possui duas funções. Uma se refere à verificação de hipóteses ou questões. Através da análise de conteúdo, pode-se encontrar respostas para as questões formuladas e também confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipótese). A outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências (GOMES, 1994, p. 74).

Para a decodificação dos documentos, o pesquisador utiliza o mais apropriado para o material a ser analisado, como a análise léxica, análise de categorias, análise da enunciação, análise de conotações (CHIZZOTTI¹³, 2006, apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

As fases de análise de conteúdo partem de diferentes técnicas. As etapas da técnica segundo Bardin (1977) são: (1) pré-análise, (2) exploração do material, codificação e (3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Segue a descrição de cada uma e suas respectivas etapas segundo Bardin (1994):

A pré-análise é a fase da organização do material a ser analisado e tem por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais, feita por meio de uma leitura dos documentos da coleta de dados e análises dos mesmos. Nessa fase se inicia a formulação de dados, objetivos e indicadores.

Nessa fase procurou-se fazer leitura de diário de campo, assim, como de documentos sobre os programas PAA e PNAE, fazer as transcrições dos áudios das entrevistas sistematizando os dados e formulando algumas comparações entre as falas dos agricultores e dos gestores.

A segunda fase consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos.

A exploração do material consiste numa etapa importante, porque vai possibilitar ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2006, apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 735).

Nessa etapa fez-se a codificação dos dados obtidos das transcrições das entrevistas e conforme leitura flutuante da pré-análise a definição das categorias (temas que mais apareceram como relevantes), subcategorias (ou sub-temas que resultaram das categorias como mais redefinidas), unidades de registro (temas que derivaram das categorias e subcategorias) e unidades de contexto (como esses temas aparecem nas falas dos entrevistados dentro de categorias, subcategorias e

¹³ CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2006. (8a ed.). São Paulo: Cortez.

unidades de registro). Nessa fase, e por esse processo indutivo ou inferencial, procura não apenas compreender o sentido da fala dos entrevistados, mas também buscar outra significação ou outra mensagem através ou junto da mensagem primeira (SILVA; FOSSÁ, 2003-2015). O quadro 2, apresenta a sistematização da exploração dos dados.

QUADRO 2 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO	COMENTÁRIOS

FONTE: A autora (2017).

A partir da exploração das entrevistas foi possível delimitar e iniciar alguns apontamentos sobre as potencialidades, as dificuldades e os desafios dos programas PAA e PNAE na visão tanto de quem produz e vende quanto dos gestores que mediam a compra institucional.

O tratamento dos resultados obtidos e a interpretação formam a terceira fase. Consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado, que são tratados de maneira a serem significativos e válidos, permitindo a inferência das mensagens sobre o conteúdo pesquisado e análise comparativa (BARDIN, 1997 apud SILVA; FOSÁ, 2015).

Nesse sentido, pode-se sintetizar o método de análise de conteúdo segundo Silva e Fossá (2015) nas seguintes fases:

- Leitura geral do material coletado (entrevista);
- Codificação para formulação de categorias de análise;
- Recorte do material, em unidades de registro;
- Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados);
- Agrupamento das unidades de registro em categorias comuns;

- f) Agrupamento progressivo das categorias;
- g) Inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico.

Assim a pesquisa seguiu as fases de acordo com suas especificidades e objetivos usando a análise dos dados (análise de conteúdo) como instrumento.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados e analisados através da análise de conteúdo, resultaram em quatro categorias temáticas principais: (1) o sentido dos alimentos de base agroecológica; (2) as potencialidades; (3) as dificuldades; e (4) os desafios da comercialização de alimentos de base agroecológica do Assentamento do Contestado com relação aos programas de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

5.1 O SENTIDO DOS ALIMENTOS DE BASE AGROECOLÓGICA PARA AGRICULTORES E GESTORES

A agroecologia está presente na discussão sobre o desenvolvimento sustentável como uma alternativa viável. No Assentamento do Contestado os agricultores entrevistados mostraram que os sentidos dos alimentos de base agroecológica são além da dimensão econômica. É um modo de vida principalmente como propulsor de saúde e respeito ao meio ambiente.

“Nós tava fazendo a coisa certa, não desistia. E nós fomos da li pra la aumentando a cada ano, e nos dizemos assim nós não somos obrigados a produzir orgânicos, nós temos obrigação de produzir orgânico hoje, hoje nós dependemos da produção orgânica, hoje até pra gente perceber que pra ter uma saúde boa tem que ter uma boa alimentação, se não tiver uma boa alimentação, não tem uma boa saúde e diminui o custo” (A1).

“Em minha opinião o mais importante é para a gente ter a farmácia no lote porque a saúde vem do alimento que você come, a gente produz quase tudo para o consumo e isso é para a saúde, e produzir demais pessoas se alimentando como o PAA e PNAE isso é uma satisfação de você saber que tem gente lá carente que estar consumindo os alimentos nossos sem nenhum produto químico, e as crianças desde pequenininhos estão ali produzindo e comendo um alimento saudável mesmo e ajuda o meio ambiente, não polui a natureza né” (A2).

Para os gestores entrevistados a agroecologia também se mostra importante fonte para a saúde de agricultores e de quem consome esses alimentos.

“Eu acho de suma importância os alimentos de base agroecológicos porque a parte orgânica ela sempre tá garantindo, além de não ter a exposição do agricultor aos defensivos e tudo mais, que se não tomar os cuidados necessários pode prejudicar a saúde, também o fato do alimento ser um alimento mais saudável, porque o fato de você não precisar usar o agrotóxico você vai ter um alimento sadio” (G1).

“A minha percepção é que a produção agroecológica é mais abrangente dentro da maneira de produção agroecológica tem os orgânicos também sem o uso de insumos químicos” (G2).

“Eu acho importante e acredito que evolua, mas junto com saberes e conhecimentos diferenciados também em forma de vida” (G3).

Um gestor cita inclusive que os programas PAA e PNAE dão prioridade aos produtos agroecológicos.

“Mas assim, é uma tendência do programa em valorizar os produtos da agroecologia, é uma visão que a gente inclusive tem como prioridade de atendimento” (G4).

Para muitos dos agricultores entrevistados, produzir alimentos de base agroecológica aconteceu após intoxicação devido ao uso de agrotóxicos. Isso culminou em uma escolha diferente.

“A gente chegou numa conclusão assim, porque antes eu plantava soja, alguns grãos a gente mexia muito com veneno e daí de um tempo pra cá o veneno muito forte e vem causando muito transtorno, muita doença. E a gente prefere produzir assim né” (A3).

“[...] e foi vendo que tinha que voltar produzir sem veneno, era o caminho. E a pessoa se torna autônoma, não precisa ir comprar adubo pra fazer uma roça. Sendo que no convencional você fica dependente, não pode fazer roça sem adubo, sem veneno, tem que esperar sair o financiamento do banco” [...] (A4).

“Mas “Deus so livre” isso aqui é melhor que passar veneno, se envenenar. Antigamente fazia e às vezes não tinha condições de fazer, não depende de gasto caro” (A5).

Nesse sentido, os agricultores se referem aos financiamentos feitos em bancos ou cooperativas para conseguir as sementes ou os demais insumos para plantar, principalmente quando plantavam grãos.

A importância que, tanto agricultores como gestores deram aos alimentos agroecológicos foi sua conexão com a promoção da saúde por meio do consumo de alimentos saudáveis sem agrotóxicos; a independência com relação aos financiamentos geradores de dívidas intermináveis e o respeito pela natureza por meio dos manejos sustentáveis.

“Me fascina a agroecologia. Temos saúde para nós e para os outros, somos menos dependentes das empresas que vendem os venenos e as sementes e o mais bonito, respeitamos a natureza que temos vida” (A6).

“Então pra mim eu agradeço muito, Deus, a natureza e por ter... pra mim não é fácil de mudar, já estou numa idade e tentado mostrar pros novos a importância da natureza, da vida, que é a vida nossa” (A7).

Os alimentos que são comercializados são diversos e a concepção sobre essa produção agroecológica corrobora com as dimensões do desenvolvimento sustentável conforme apontado pelos entrevistados.

“[...] a cooperativa entrega de 15 a 16 tipos de produtos, já teve mais de 30” (G5).

“Nós aqui em casa nós plantamos umas 10 variedades pra vender, até mais. Agora no inverno tem repolho de cabeça, couve, cenoura, cebola, alho, brócolis, salsinha, cebolinha, aí vem a laranja, alface, beterraba. Então a gente... tem a mandioca, uma produção do verão, mas ela se mantém dentro da terra, batata doce, cara, inhame e as frutas que fomos plantando, esse ano se nós fosse vender tudo a nossa laranja ia passar de mil reais só de fruta, fora o que fazemos doce” (A8).

“O nosso projeto hoje é alface, almeirão, salsinha, brócolis não muda. Foi plantado beterraba, o nosso mais forte é as hortaliças” (A9).

Os alimentos que são comercializados são diversificados e os agricultores se sentem motivados em produzir e vender mais, mas dependem das aprovações dos projetos tanto para o PAA quanto para o PNAE.

“Nós hoje podia tá entregando um pão caseiro, um queijo, mas dentro da lei hoje não cabe pra nenhum. Podia ter mais opção, o mel, não só no nosso Assentamento, mas nos outros, podia entregar peixe. Não entrega e não tem incentivo” (A10).

As possibilidades de venda de alimentos agroecológicos para os programas PAA e PNAE geram além da diversidade de alimentos a possibilidade de comprar gêneros alimentícios segundo sua safra, disponibilidade, oferta de alimentos respeitando assim, a cultura alimentar da localidade, a sustentabilidade, sazonalidade e a diversificação agrícola da região (COSTA et. al., 2017).

5.2 A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE BASE AGROECOLÓGICA: POTENCIALIDADES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O fortalecimento da agricultura familiar por meio do mercado institucional em especial o PAA e o PNAE foram citados por todos os gestores entrevistados.

“[...] é o fortalecimento da agricultura familiar enquanto financeiramente, economicamente, pelo respeito e o empoderamento que esses programas dão porque os agricultores estão produzindo o alimento para as crianças e outras pessoas em grupo de risco, idosos. Então isso mostra a relação de agricultor familiar e alimento. Isso é muito legal” (G1).

“Incentiva a agricultura familiar, eu acho que agora os agricultores eles estão mais centrados no PNAE eles tem mais, eles pesquisam mais, eles sabem, principalmente a Terra Livre, eu acho que eles estudam mais” (G2).

O incentivo e o fortalecimento da agricultura familiar por meio do PAA e do PNAE possibilitam avanços na comercialização dos agricultores do Assentamento.

[...] “é um programa inovador que pensou em garantir mercado pro segmento da sociedade que estava completamente desestruturado com isso fortalece a agricultura familiar, cria-se a lei, de que institui o que é ser agricultor familiar e as prefeituras começam a ter um olhar, os mercados institucionais começa ter um olhar pra esse agricultor, um grande aprendizado. A agricultura orgânica tem privilégios em relação ao convencional. Ele vê uma relação diferente” (G3).

A garantia de venda para o PAA e o PNAE sinaliza novo cenário de inovação e estímulo ao desenvolvimento Territorial endógeno no que se refere às políticas públicas de apoio a agricultura familiar (DIAS, et al., 2013, p.104). Como mostra citação de agricultor.

“Os dois programas fortalece a agricultura familiar local porque se não tivesse os projetos seriam pior, tem família que ia padecer, porque às vezes tem a produção e não tem como vender” (A1).

A agricultura familiar como categoria social e econômica segundo Sachs (2001) é impulsionadora de desenvolvimento sustentável e a comercialização de produtos da agroecologia e de agricultores familiares assentados provoca uma reflexão acerca do papel do Estado na reestruturação dos circuitos de produção, distribuição e consumo de alimentos com base em princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008, s/p).

Maluf (2004, p. 302-303) aponta que a produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias rurais em condições dignas, tanto como fonte direta de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo, quanto por fornecerem a base necessária para muitas das atividades

não agrícolas. Conforme esse autor a agricultura de base familiar é a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário.

O fomento da agroecologia é muito destacado por agricultores inclusive como um modo de vida e mostra que a comercialização de produtos agroecológicos vai além da relação puramente econômica.

“Pra nós sempre foi essa ideia de soberania, vinculada a questão de saúde de princípios, nem tanto a mercado venda” (A2).

Essa fala do agricultor traz a Soberania alimentar enquanto, paradigma possível, que organiza a luta, constrói alianças para a defesa da vida e coloca a alimentação de um povo como um tema de segurança e soberania nacional. Considerar a reformulação do conceito de soberania que permite ver a dimensão territorial na questão dos alimentos e a maneira que é produzido, abrindo caminho para a concepção agroecológica (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2016).

O MST apoia e percebe a contribuição da agroecologia como exposta em seus objetivos. As contradições do cooperativismo a oposição com o Estado provocaram o esgotamento do paradigma do desenvolvimento adotado antes pelo MST, como escreve Borges (2007).

Essas experiências foram fundamentais para desencadear um processo de mudança nas bases política e produtiva do Movimento. O esgotamento do modelo de produção cooperativista e o contexto de discussões sobre desenvolvimento rural sustentável conduziram, de forma inicial, a incorporação da agroecologia como novo paradigma para a realidade dos assentamentos rurais. Além das práticas produtivas, a agroecologia adentrou a esfera política como forma de contestação ao modelo agroexportador representado pelas multinacionais (de insumos químicos e de pesquisa em biotecnologia – transgênicos) e pelo agronegócio (BORGES, 2007, p. 97).

Assim, para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a agroecologia:

[...] não é simplesmente uma questão tecnológica com a substituição de insumos, mas uma alternativa ao modelo do agronegócio. Entende-se que se faz necessário recuperar dimensões da vida das famílias camponesas no manejo dos agroecossistemas, valorizar práticas antes desprezadas como a produção dos alimentos para atender as necessidades da família, aliada com a organização da produção para o mercado. Cuidar dos recursos naturais como o solo, a água e a biodiversidade; da saúde; garantindo condições de vida digna para as famílias assentadas. (VALADÃO; MOREIRA, 2009, p. 2844).

Os gestores citam o fomento da agroecologia que acontece com a compra de alimentos para o PAA e o PNAE, como mostra fala de gestor.

“Penso que fortalece a produção agroecológica, pois para atender as demandas apuradas, os agricultores precisam aumentar e diversificar a produção, e no caso da produção agroecológica, quem tem a certificação agrega 30% de valor aos seus produtos em relação aos convencionais” (G4).

Os valores e princípios da agroecologia incorporados aos instrumentos das políticas públicas não são por si mesmos indutores de práticas agroecológicas como citam Schmitt e Grisa (2013).

As interações que se estabelece, entre estes instrumentos com atores sociais e instituições governamentais e não governamentais engajadas no fortalecimento da agricultura camponesa e familiar, do extrativismo sustentável, na disseminação de práticas agroecológicas, na promoção de uma alimentação mais saudável e da segurança alimentar e nutricional, são de grande relevância para que estes instrumentos passem a se constituir como elos importantes na construção de arranjos sociais, político-organizativos e de mercado, nos quais emergem princípios de justiça e de relação com a natureza que se distanciam, em graus variados, do modelo produtivista (SCHMITT; GRISA, 2013 p. 244-245).

Os arranjos sociais, políticos-organizativos e em especial de mercado, no caso da comercialização no Assentamento é notória na fala dos agricultores, como a importância da agroecologia.

“Isso favorece muito a agroecologia aqui da região, eu sei que pode não ser muito, mas o que eu produzo eu entrego com preço razoável. Pra comunidade é quase essencial e pra agroecologia em si” (A3).

A agroecologia é uma ação dialética transformadora (CAPORAL, 2011), com características como: construção coletiva, solidariedade, valorização da cultura e saberes locais, participação de todos e abordagem sistêmica dos processos produtivos. A agroecologia é uma ciência do conjunto da sociedade contrariando assim a agricultura agroquímica exportadora que explora o meio e o homem (AZEVEDO, 2011).

Como dinâmica e desafiadora, a comercialização de alimentos, principalmente os orgânicos e agroecológicos (alimento agroecológico é orgânico), dos agricultores de base familiar e assentados precisam romper barreiras e manter a

luta por políticas públicas de comercialização adequadas a realidade local. “A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis” (MALUF, 2004, p. 301).

O PAA na modalidade Doação Simultânea e o PNAE como política de caráter suplementar compõe uma abertura de mercado institucional para a agricultura familiar nunca vista antes. Têm-se condições de ampliar, diversificar renda, agregação de valor da produção, fomentar a agroecologia, o desenvolvimento local, a soberania e a segurança alimentar, fortalece as organizações coletivas tanto na produção e comercialização como na política (PEREZ-CASSARINO et. al., 2016).

Triches e Schneider (2010) apontam que o PNAE aparece como potencial reintegrador de um modelo de produção e consumo de alimentos mais sustentáveis com condições no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos. Para quem produz e vende os produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar pode obter: mais desenvolvimento local; aumento do dinamismo na economia local e desconcentração da renda regional; estímulo ao consumo de produtos orgânicos/agroecológicos, disseminando sistemas de produção de menor impacto ambiental; segurança e garantia de comercialização para o mercado institucional (BRASIL, 2014).

O Programa de Aquisição de Alimentos possui dois objetivos principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2012).

Contribui também para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (BRASIL, 2012).

Pode-se afirmar que a política de compra dos produtos da agricultura familiar com doação simultânea a instituições assistenciais desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional da população local. Neste contexto, o PAA incentiva a produção de alimentos, ao garantir a compra da produção dos agricultores familiares e estimular a diversificação dos produtos cultivados. O PAA configura-se como uma estratégia para ampliação da renda familiar dos agricultores que aprovaram seus projetos. Ademais, beneficia diretamente inúmeras pessoas que demandam alimentos ricos em valor nutricional. (SANTOS et. al., 2012, p. 22).

É possível destacar a garantia de preços descrita apenas pelos agricultores:

“A vantagem do PAA e PNAE é que a gente já tem as venda garantida, preço estabelecido e garantia de entrega ” (A4).

“Foi a melhor coisa que aconteceu o projeto PAA pode ter uma renda mensal garantida” (A5).

Interessante que os gestores pouco deram ênfase para a venda garantida, mas os agricultores apontam importante essa garantia de renda.

Neste sentido, o PAA se coloca como instrumento de garantia de renda e sustentação dos preços aos agricultores familiares, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo, provendo a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais através da formação de estoques estratégicos, trazendo melhoria na qualidade dos produtos da agricultura familiar e reforçando as feiras e locais de comercialização local, regional dos produtos da agricultura familiar (DIAS et. al., 2013, p. 125).

E possibilita que as organizações sociais (cooperativas e associações) formem seus próprios estoques, comercializando seus produtos em conjunturas de mercado mais favoráveis e com preços mais adequados (PORTO, 2014, p.43). Destacado por Santos et. al. (2012), o PAA possui como principais objetivos a garantia da venda dos produtos agropecuários produzidos pelos agricultores familiares.

Outras potencialidades que foram apontadas pelos agricultores e gestores é o estímulo à segurança alimentar e nutricional e o cooperativismo. Possível analisar nas falas de entrevistas com gestores:

“O PNAE eu sou suspeita de falar, com certeza é o melhor programa de segurança alimentar do Brasil.” (G5).

É um programa social que sai da cidade, depois atende as entidades que hoje trabalhando, estão vinculadas a questão da insegurança alimentar, muitas vezes tem criança que vai para a escola só pra comer (G6).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) perpassa por inúmeros temas. Segundo Santos et al., (2012) são:

[...] legislação em direitos humanos a tratados internacionais, de cultura alimentar a características regionais, da questão da água, do meio ambiente e melhor qualidade de vida a alimentação nas escolas e creches, restrição a alimentos transgênicos e organização de conselhos municipais, estaduais e nacional de AS (SANTO et. al., 2012, p. 5).

As diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) corroboram com a política de mercados institucionais no que diz respeito à compra de produtos agroecológicos. Segue as seis diretrizes:

(i) promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável; (ii) estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; (iii) instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada; (iv) ampliar e coordenar as ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais definidos pelo decreto 6040/07; (v) fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional; (vi) promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional (BRASIL, 2004, p. 9).

A contribuição do PAA e do PNAE para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional é muito bem lembrada pelos agricultores do Assentamento, pois permitem o alcance dos objetivos da SSAN, que se realizam na ampliação da oferta de alimentos de qualidade, a inserção econômica e social das famílias agricultoras e a viabilização da comercialização de sua produção agroecológica (PEREZ-CASSARINO et. al., 2016). Assim como, promove saúde de acordo com muitos agricultores resumida nessas falas:

“Se o governo, a política investisse no orgânico ia melhorar muito a saúde do povo. A sociedade teria outra saúde, sem precisar de ir ao médico. As pessoas não entendem que é o todo” (A6).

“Os alimentos orgânicos, a preservação do jeito que a gente produz aqui é um remédio, remédio para a própria saúde. Minha, tua. Olha! Não tenho, não sei nem como explicar quanto que é importante, não só pra mim que produz, pra você que consome” (A7).

Para comercializar a parte da produção destinada aos programas institucionais PAA e PNAE os agricultores se organizam em cooperativa e dão grande importância a sua existência como forma de organização incentivada por políticas públicas e programas estatais como mostra as falas de gestores e agricultores:

“Então o objetivo do PAA é muito interessante por que ela fixa o homem do campo lá, principalmente os pequenos, segunda questão, ela força que eles se organizem em cooperativa e associações” (G7).

“A cooperativa é um dos pilares nosso hoje, bem importante. Nós sabemos produzir, mas não sabemos comercializar, então tem que ter quem faça isso, por isso nós formemos nossa cooperativa, criamos nossa cooperativa e ela faz toda a parte da burocracia, é eles que faz lá.” (A8)

“Ela nos favoreceu no sentido de fazer as vendas de forma organizada, faz o pagamento aos agricultores, nota eletrônica, busca projetos de emendas parlamentares, aquisição de maquinário agrícola [...]” (A9).

Em estudo exploratório e quantitativo com o objetivo de identificar e analisar as potencialidades da agricultura familiar no combate à fome e à insegurança alimentar, no âmbito do PAA (Doação Simultânea), nos estados da Bahia e Minas Gerais, Santos et. al. (2012), apontam como vantagens/benefícios a organização social uma vez que para ter acesso ao programa, precisam estar organizados em associações ou em cooperativas.

Considerando que a modalidade do PAA que os agricultores do Assentamento acessam é a modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea que tem como finalidade, o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada¹⁴.

É inegável que o papel econômico e social da cooperativa favorece a comercialização dos agricultores do Assentamento. “Estudos têm revelado que quanto maior o envolvimento de associações, cooperativas, organizações não-

¹⁴ O conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada é um conceito em construção. Está previsto de forma indireta no art.25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Mas a expressão DHAA tem sua origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Cultural (PIDESC) e adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1966. Conforme Comentário Geral n. 12 da ONU, “o direito a alimentação adequada se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção. Está indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana”. É mais que definir o conceito é preciso saber a maneira que será, interpretado e garantido esse direito (VALENTE et al., 2016).

governamentais e outros atores sociais e/ou quanto mais as instituições estiverem consolidadas, mais efetivos são os resultados do PAA¹⁵ (GRISA et al., 2010, p. 156) e do PNAE também. No caso dos agricultores e gestores pesquisados a cooperativa Terra Livre é organizada para constantemente buscar formas de mercados alternativos que assegurem suas produções agroecológicas e facilite as demandas burocráticas e práticas que os programas PAA e PNAE exigem.

“Então eu produzo pro PAA e PNAE porque hoje nós temos a cooperativa, temos frete, ganhamos caminhões né, tratores. Pagamos uma porcentagem pra que possa chegar lá no consumidor” (A10).

Os alimentos comercializados pelos agricultores entrevistados são variados e foram aprovados em projetos prévios mediados pela cooperativa. A maioria dos alimentos destinados ao PAA e PNAE são folhosas e tubérculos, como citam agricultores.

“PNAE: 70% tubérculos e 40% folhosas. PAA: abre mais, pode ter mais folhosas, alface, salsinha, cebolinha, repolho, escarola, couve, almeirão, cebola, batata salsa, cenoura, abobrinha, tomate, beterraba, inhame, batata doce, mandioca” (A11).

“É uma variedade, é fruta, a laranja, mimosa, o próprio limão. Tem alho, cebola, beterraba, cenoura, repolho, salsa” (A12).

Toda essa variedade de alimentos condiz com o estímulo da diversificação dos produtos cultivados que é destacado em objetivos do PAA e no PNAE. A Compra com Doação Simultânea é a modalidade que apresentou maior diversidade de produtos em 2009 segundo Grisa et al. (2010).

“A plantação diversificada fica melhor até para a pessoa trabalhar, não fica uma coisa só, não fica a mesmice. São coisas que a natureza nos permite e deve ser melhor aproveitada” (A13).

Adquirir alimentos da agricultura familiar e agroecológicos também permite o desenvolvimento local na visão dos gestores entrevistados.

[...] “você vê assim, o desenvolvimento local, por que o dinheiro que os produtores recebem ele vai gastar na farmácia, no mercado local” [...] (G8).

¹⁵ MULLER et al., 2007; BOTELHO et al., 2007.

O desenvolvimento local que a venda de produtos agroecológicos proporciona por meio dos programas PAA e PNAE advindos da agricultura familiar vai além de um desenvolvimento/crescimento meramente econômico.

Segundo Schommer (2013) cada cidadão/pessoa é responsável pelo desenvolvimento local e global.

Cada cidadão que vive em certo local é responsável, junto a seus concidadãos, por definir o que significa desenvolvimento naquele contexto e por construí-lo. Da mesma forma, cada pessoa que vive na Terra é corresponsável pelos rumos do planeta, pois os fenômenos naturais, sociais, políticos e econômicos mostram-se claramente interdependentes. (SCHOMMER, 2013, p. 26).

Uma contribuição do programa PNAE é a descentralização. O município passa a ser gestor da alimentação escolar, viabilizando muitas possibilidades dentre elas, a promoção do desenvolvimento local (TRICHES, 2015).

A partir da Lei n. 11.947 de 2009, que determinou a utilização de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo PNAE para a compra de produtos da agricultura familiar e suas cooperativas, o programa assumiu um importante caráter de desenvolvimento local e promoção da agricultura familiar, ao estabelecer que a aquisição de gêneros alimentícios deva ser realizada preferencialmente no mesmo município sede das escolas (TRICHES, 2015, p. 230).

As iniciativas voltadas para o desenvolvimento local ainda carecem de políticas específicas, nas quais peculiaridades regionais e locais promovam a diferenciação das ações governamentais (SCHNEIDER, 2003 apud SANT'ANA et. al., 2013, p. 136).

Também deve-se considerar que um elemento importante é que novas conexões com o mercado, pela transição a sistemas de produção de base ecológica, dizem respeito ao resgate de estruturas comunitárias pelo estabelecimento de múltiplos dispositivos coletivos, que estão inseridos em processos de desenvolvimento local, melhoria da qualidade de vida dos agricultores e novas dinâmicas de aprendizagem coletiva (MEDEIROS; MARQUES, 2013, p. 130).

A comercialização de produtos agroecológicos do Assentamento do Contestado para os Programas PAA e PNAE na perspectiva de agricultores e gestores apresentou variadas potencialidades. A venda e a renda garantida que fortalece a agricultura familiar foram as mais citadas pelas famílias dos agricultores. Por outro lado, os gestores elencaram diversas potencialidades sendo unânimes

quanto ao fortalecimento e o incentivo para a agricultura familiar incluindo que diminui o êxodo rural. Na visão dos gestores os programas governamentais possuem mais potencialidades destacadas que na visão dos agricultores.

5.3 DIFICULDADES DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE BASE AGROECOLÓGICA NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E DE ALIMENTAÇÃO NACIONAL ESCOLAR

A segunda categoria apresenta as dificuldades que foram apontadas por agricultores e por gestores para a comercialização nos Programas PAA e PNAE.

A insuficiência de recursos destinados aos programas foi citada pelos agricultores e pelos gestores como um dificultador na operacionalização e na adesão aos programas conforme segue falas.

“Para o Paraná antes era destinado um milhão e meio em quantidade de dinheiro, agora foi um milhão e trezentos mil. Se não me engano foram 6 ou 7 cooperativas que foram contemplados, umas 25 ficaram fora” (G1).

“Existe essa dificuldade da comercialização. PAA e PNAE são poucos para garantir o agricultor no campo. Pra viver disso é complicado. Na teoria podia até vender mais no ano, mas na prática temos vários desafios” (A1).

“Isso também por custo porque a gente não recebe uma verba tão alta, a gente mantém sempre em média 38% da agricultura familiar. A gente aumenta um pouco. Eles acham que é pouco, mas a gente não tem uma verba suficiente, se a gente comprar só da agricultura falta o leite, os básicos, o arroz, o que eles não têm” (G2).

A verba da citação acima que o gestor se refere, é a que o FNDE repassa para o PNAE e o que a prefeitura investe para atingir os 38% da compra advinda da agricultura familiar. São necessários investimentos financeiros como cita agricultor.

“Sempre tem o que investir. Não é bem assim 100%, nós não temos a garantia de investimento. Se nós tivéssemos um investimento seria mais uma renda para produzir” (A2).

“Os R\$ 208 milhões previstos para o PAA no orçamento de 2005 são notoriamente insuficientes para atender funções de política agrícola e de segurança alimentar, conforme desenho original do programa” (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005, p. 11). Essa constatação já é preocupante e se agrava mais ainda ao final do ano de 2017. Conforme matéria da Rede Brasil Atual cortes

orçamentários para o setor, que passam de 90%, começam a prejudicar agricultura familiar (OLIVEIRA, 2017). Nesse sentido, na prática:

[...] o programa não pode avançar para incluir novos produtores, produtos, localidades e famílias consumidoras. Assim, as experiências locais bem-sucedidas, quer através da “compra antecipada especial” ou da compra direta local”, sob gestão Conab ou dos demais operadores conveniados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com indicadores claros da eficácia da estratégia integrada da política agrícola e de segurança alimentar e nutricional, não podem ser ampliadas e podem ter a sua manutenção ameaçada (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005, p. 11-12).

Conforme também expõe gestor entrevistado:

[...] a redução de recursos destinados ao PAA, dificultando o acesso a esse programa (G2).

Com relação à insuficiência de recursos financeiros para ambos os programas, outra dificuldade destacada por agricultores e gestores foi à logística para a entrega dos produtos com ênfase no transporte.

Os agricultores apontam como há gastos com o transporte que precisa para levar os alimentos que são destinados para o PNAE no município da Lapa e de Curitiba. Lembrando que a cooperativa necessita participar de mercados para além do local, indo até as cidades polo, as capitais e as regiões metropolitanas (CAMPO; BIANCHINI, 2014). As escolas muitas vezes possuem distâncias consideráveis como exemplo na fala de agricultor e gestor:

“Às vezes fica difícil a parte da logística, fica muito longe uma escola longe da outra, muita distancia, daí pra cooperativa é ruim né” (A3).

“As principais dificuldades encontradas são a logística de transporte devido a grande extensão territorial do município” (G3).

De acordo com Colnago, (2015) a Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, apresentada pelo FNDE, definiu preços para a compra de produtos da agricultura familiar considerando custos com transporte, embalagem, encargos entre outros.

Mas, a logística de entrega é complicada na visão de agricultores e gestores desse recorte da pesquisa. É possível verificar uma aproximação com a pesquisa feita no Estado de São Paulo por Colnago (2015), que aponta que, os produtores participantes do PNAE precisam manter variedade de produtos, a sua qualidade e

as exigências rigorosas das condições de entrega é de responsabilidade do produtor. Nesse sentido, a Cooperativa empenha mais um papel importante. O processo de entrega dos alimentos para os programas PAA e PNAE é feito pela Cooperativa conforme citam os agricultores.

“Normalmente a cooperativa busca. A cooperativa com essa estrutura tem seu caminhão, seu trator, ele prepara, eles buscam, eles organizam, muitos precisam ser lavados, organizam e encaixotam todos eles e carregam num caminhão maior e vende” (A4).

“O transporte é pela cooperativa, só colhemos ali. Tem os dias certo, deixamos aqui na frene, eles vêm e pega” (A5).

“Aqui colho, faço a pré-limpeza, entrego aqui pra cooperativa, transporte eles vem até aqui. La na agroindústria eles terminam de processar algum produto, outros só fazem mais um retoque de limpeza e vai in natura” (A6).

A insuficiência de recursos e a logística de entrega dos produtos foram citadas por agricultores e gestores. É necessário um transporte adequado que não comprometa a qualidade dos alimentos em especial as folhosas e produtos congelados já que há uma distância considerável entre os locais de entrega.

A dificuldade de suprir a demanda de alimentos foi considerada apenas por gestores. Ou seja, é percebida uma falta de produtos para cobrir a demanda das escolas e os alimentos do PAA na modalidade de Doação Simultânea é organizado entre Cooperativa e unidade recebedora via Conab na forma dos projetos aprovados.

Não houve especificidade em dizer que havia falta de entrega de produtos ou que não seriam suficientes no PAA. Diferente do PNAE municipal que foi relatado dificuldade pelos gestores. As falas que seguem exemplificam:

“Se fosse uma cooperativa só eu não conseguia atingir esses 38%. Porque às vezes não tem produto” (G4).

“O que acontece aqui é que a quantidade é muito grande e pra gente conseguir a gente tem que pegar de outros estados inclusive não só daqui do Paraná, pra gente conseguir atingir essa porcentagem” (G5).

Os gestores deixam claro que para atingir os 30% dos alimentos da agricultura familiar e de base agroecológica é difícil manter a demanda de que necessitam. Apontam uma relação de negociação com a cooperativa de perda e ganho. A falta de um produto muitas vezes pode ser compensada pela entrega de

outro, desde que acertado entre o nutricionista, e os agricultores (TURPIN, 2008), mas não é sempre que essa negociação acontece ou é possível.

“A gente só compra de cooperativa e associações, só DAP jurídica, fica mais fácil pra nós. A gente facilitou até o cronograma de entrega, quem me diz, quem fala quando, o tem pra entregar é a cooperativa. Mas chega no dia da entrega não tem a cenoura a gente ficou com aquele valor e quantidade que nenhuma outra cooperativa consegue pegar. Fica parado. Vai receber cenoura comprada pela da empresa daí, mas nosso objetivo era a cenoura da agricultura familiar entendeu” (G6).

Os agricultores entrevistados citam que dificuldades circunstâncias da produção e da comercialização atingem diretamente toda a operacionalização dos programas.

“O que dificulta nós, eles liberam o PNAE mês de julho. O projeto inicia em fevereiro, mas só te dão o aval para plantar em junho. Vamos cumprir a lei dos 30% do nosso jeito, mas é de mentira. Quando nós mais temos produto fecha as escolas só volta em fevereiro. A época boa, o dezembro, janeiro e um pouco de fevereiro. Daí não tem. Vão enrolando vão enrolando (A7).

Quando acontece uma greve escolar, por exemplo, atinge os agricultores que podem perder a produção destinada ao PNAE, pois o fornecimento é interrompido, como foi o caso que já ocorreu.

“O PAA é a quantidade, você planta aquele canteiro e você sabe que não vai perder. Agora o PNAE não. O ano que teve a greve nós perdemos produto. Dá dó” (A8).

As interferências do clima são consideradas dificuldade, pois, necessita de preparo para suportar um período de seca ou de muita chuva e a necessidade de irrigação ou estufas. Como conviver com as mudanças climáticas são problemas que precisam ser pensados e discutidos inclusive por políticas públicas (CAMPO; BIANCHINI, 2014). De 20 produtores da cidade de Dracena - SP entrevistados por Colnago (2015), 10 apontam problemas com o clima, afirmando que existem muitas perdas.

Na precificação dos produtos vendidos ao PAA e PNAE não houve uma unanimidade de respostas como dificuldade principal, por isso, se torna circunstancial. Em alguns momentos é ruim e precisa buscar melhor valor e em outros, está adequado na visão dos agricultores.

“Tem muita coisa que o preço é muito barato. Produz bem, mas não compensa. Quando é muito bom de preço, então vai muita pouca coisa né” (A9).

Os preços são estabelecidos pela Conab para o PAA e podem ser os mesmos preços praticados pela alimentação escolar (COLNAGO, 2015).

Nesse sentido, a dificuldade de conseguir financiamento é descrita pelos agricultores como barreira para a produção agroecológica:

“Tem gente que precisa de ajuda do banco pra fazer financiamento pra horta. E como esse tipo de horta que nós fazemos não tem nenhum tipo de ajuda de financiamento. Porque eles não acredita que se você plantar diversificado, na forma da agroecologia, eles querem igual no convencional, uma roça de brócolis, uma roça disso, um tanto daquilo outro. Eles ainda não acreditam que a gente fazendo desse tipo vai dar certo. Não é aprovado nenhum tipo de financiamento pra ajuda. Pra de repente comprar uma bomba, um cano, adubo. A gente não tem” (A10).

Junto a essa barreira de conseguir financiamentos para a produção de base agroecológica estão às burocracias. Para os entrevistados agricultores as burocracias excessivas apareceram como dificuldades enfrentadas no sentido, do financiamento de produção de base agroecológica, de requisitos para a aprovação do projeto e exigências para a cooperativa cumprir os processos de comercialização e da certificação dos agricultores.

[...] se houver um jeito deles (PAA e PNAE) não ser tão burocrático (A11).

“Enquanto num prêmio numa grande cooperativa pra tirar produto do país eu pago o produtor praticamente pelo cpf, na agricultura familiar eu exijo DAP, cpf, RG, declarações, certificações. Existe uma série de burocracias” (G6).

“Outra coisa que estão dificultando muito pra gente é a questão mesmo da certificação” (A12).

A certificação acontece por meio da Rede Ecovida¹⁶ e é considerada uma certificação participativa. Exigindo mais organização entre os agricultores e preços

¹⁶ A Rede Ecovida se concretizou a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre ONGs e organizações de agricultores da região sul o Brasil. A certificação tem sido trabalhada como um processo pedagógico onde agricultores, técnicos e consumidores se integram e procuram bucar uma expressão pública da qualidade do trabalho. Este processo é chamado de certificação participativa (ECOVIDA, 2018).

mais justos. Porém ainda é considerado pelos agricultores entrevistados um alto grau de exigências o que também dificulta suas produções.

“Pra região nós resolvemos, o agricultor precisa ser vinculado numa organização de certificação. Se ele não esta via participativa é caro” (A13).

Em sua pesquisa de dissertação, Porto (2014), destaca que aumentou a burocracia no programa PAA a partir do ano de 2013.

Infelizmente, nesses últimos anos, em especial de 2013 para cá, no âmbito do PAA, o governo escolheu a vertente do incremento documental (burocracia), como resposta para ampliar os níveis de controle. Associado a isso, como vimos, encontra-se o esforço em ampliar o ingresso dos municípios como “parceiros” na execução do PAA, com a justificativa de assegurar maior capacidade de controle nas operações do Programa, por meio da descentralização das ações governamentais e, ao mesmo tempo, transferindo parte da responsabilidade da gestão (PORTO, 2014, p. 111).

A partir de uma falta de incentivo, como para, os financiamentos para a produção agroecológica e as burocracias, os agricultores relatam que ainda na esfera federal, estadual e municipal há uma “preferência” pelos alimentos convencionais. A facilidade de financiar, plantar e vender ainda são maiores comparadas aos produtos de base agroecológica.

“Maior burocracia para os financiamentos dos orgânicos, bem difícil, tem que dizer que vai produzir convencional pra ser mais rápido e fácil” (A14).

“Tivemos algumas dificuldades no PNAE. Alguns municípios não fazem muita distinção entre o orgânico e o convencional. Questões políticas né [...]” (A15).

A continuidade dos programas nas alternâncias de governo, em especial o PAA foi uma das mais citadas pelos agricultores. Alguns gestores também se referiram a essa possibilidade como em falas abaixo:

“A tendência é acabar. Aqui tem uma de política promoção, o que acontece, uma política de promoção que vinha até agora, e agora uma política assim de dedicância, tua entidade você precisa vai atrás, uma maneira de ser tutelado. Ai vai volta aquele esquema dos deputados vereadores que tinha, que em parte tem, mas vai com certeza acentuar. A comida então, o que acontece, o povo do campo ele se vira, ele vai vender, para o atravessador [...]” (G7).

“Com esses Governos que estão aí a tendência é ficar mais difícil, já tem até projeto barrado do PAA, já diminuiu os valores, já é uma dificuldade que estamos passando podendo até acabar [...]” (A16).

Hespanhol (2013), cita que entre os produtores rurais há o receio da falta de continuidade do programa. Como política de governo, as mudanças de governo em todas as esferas refletem na continuidade ou não dos programas, o que deixa agricultores apreensivos. Precisam buscar outras formas de mercado para aumentar sua renda e tentar manter-se no campo de forma digna.

“Até esse ano estávamos todos apreensivos porque achamos que não ia ter mais o PAA, estávamos esperando que não ia ter mais projetos, sempre a cooperativa sempre falava vamos plantar mas infelizmente não sabemos se vai ser aprovados, daí as pessoas ficam assim será que planta ou não”[...] (A17).

Em pesquisa de campo com agricultores assentados Schmitt (2014), aponta que a chegada do Programa PAA aos Assentamentos não significou acesso contínuo. Os dados indicaram certa descontinuidade tanto no acesso das organizações proponentes, quanto na participação das famílias de assentados no Programa.

Nesse sentido, a citação de Hespanhol (2013), corrobora com as respostas dos entrevistados quanto às dificuldades do Programa PAA e em menos preocupação o PNAE na perspectiva de agricultores e alguns gestores.

A incerteza com relação à continuidade do programa ou mesmo a renovação do PAA foi um dos aspectos mais lembrados pelos produtores (90%) e que gera uma situação de insegurança em termos de novos investimentos nas atividades agropecuárias (HESPANHOL, 2013, p. 479).

As dificuldades foram mais destacadas por agricultores que por gestores. Não significando que gestores não tenham apresentado. Mas, os agricultores trouxeram as burocracias, o clima, à insuficiência de recursos e a possível descontinuidade dos programas e em especial o PAA, com mais ênfase. Embora a sinergia em políticas públicas e a coordenação façam parte da chamada “boa governança”, ainda há um conjunto de dificuldades para seu avanço (AVILA; CALDAS, AVILA, 2014) juntamente com a desmotivação decorrente da não consolidação de promessas e projetos (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013). As dificuldades ainda são

inúmeras, necessitando de um olhar mais cuidadoso e uma consolidação de políticas públicas para a comercialização de produtos de base agroecológica.

5.4 DESAFIOS DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE BASE AGROECOLÓGICA NOS PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Como as dificuldades ainda comprometem o avanço do PAA e do PNAE, alguns desafios expostos por agricultores e gestores também são pertinentes para se pensar em alternativas viáveis para a superação dos mesmos.

As divergências de visões políticas precisam ser superadas, pois interferem na continuidade dos programas. O gestor cita que a política partidária não deve interferir nos programas.

“A política partidária não pode entrar nem quando você é funcionário de extensão muito menos se é prefeito. Deve-se trabalhar de forma isenta total” (G1).

Mas se percebeu a divergência e a incomensurabilidade de pontos de vistas políticos. Quanto maior era o cargo político na gestão pública havia uma tendência entre uma visão mais de políticas sociais e uma visão mais neoliberal. Em uma das falas de um gestor que mostrava uma tendência mais neoliberal, o desafio do PAA era reduzir recurso financeiro, para que essa redução fosse na visão dele atingir agricultores que mais precisavam. Justificava que precisava reduzir os recursos para que houvesse mais inclusão de agricultores.

“Tem cooperativas que repetem projetos a mais de 10 anos. Tem pouca rotatividade e pouca inclusão de produtores. Então, você conseguiu se estruturar então, vamos continuar com o PAA e PNAE? Talvez mudar essa visão. Pra mim o valor de 8 mil é muito, teria que ser de 2 mil reais por produtor, sabe porque? Se o PNAE paga 16 e eu já tenho potencial produtivo maior, eu vou vender pro PNAE e não quero vender pro PAA até 2 mil reais. E esses 2 mil eu vou pegar aquele indígena, quilombola, aquele lá do cantinho que não plantou nada ainda, tem fazer desde o início. Essa é a visão da inclusão que hoje não acontece” (G2)

Esse gestor acredita que um Estado mínimo de política residual vai atingir os agricultores que mais necessitam. Porém, a reflexão é: Um agricultor familiar quando não organizado em cooperativa daria conta de responder as demandas burocráticas

capaz de garantir a sua venda? Possivelmente não. Volta-se nesse sentido uma visão neoliberal de Estado mínimo justificada por uma política residual que na opinião desse gestor dariam conta de uma pseudo não rotatividade de outros agricultores. É possível perceber uma a priorização da iniciativa individual e não coletiva como é o caso de uma cooperativa.

Essa incomensurabilidade de ideias junto com a mudança de governo prejudica um programa de governo. Assim, com um ponto de vista diferente pelo Estado faz com que a continuidade de programas como PAA e PNAE seja prejudicada.

Entre as falas dos gestores é verificada a divergência e a incomensurabilidade que foram citadas acima.

“Outra grande dificuldade, o PNAE é uma porta política. Por ser um programa muito amplo você técnico muitas vezes se vê em situações muito políticas, quando ninguém tá nem aí pro técnico, mas só quer aparecer” (G2).

O desafio apresentado na citação acima pelo gestor técnico mostra a necessidade de superar a incomensurabilidade e as divergências, transformando essas disputas políticas em políticas públicas pautadas por questões técnicas. Esse anseio para transformar programas de governo em políticas de Estado é destacado por gestores e por agricultores conforme falas a seguir:

“[...] não pode ser política de governo, programa de governo” (G3).

“Acho que tem relação políticas partidárias. Por isso precisa se tornar uma política, política pública. Política nacional pra não ser usada como campanha política. Se eles quisessem eles podiam transformar em política pública e não em programa” (A1).

“É uma necessidade muito grande de que continue esses programas, mas a necessidade maior é que se transforme em políticas públicas e que sejam menos burocráticas” (A2).

Transformar programas de governo em programas de Estado é uma luta e um desafio que ainda está presente no processo da comercialização dos produtos agroecológicos de todas as famílias agricultoras associadas à cooperativa Terra Livre. Mercados institucionais, referem-se a uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e

organizações, onde o Estado assume um papel central, notadamente por meio de compras públicas (GRISA 2010, apud GRISA; PORTO, 2015, p. 158). Nessa perspectiva, há a necessidade do PAA se tornar uma política de Estado e não apenas de Governo, pois uma política de governo resume-se a um ou dois mandatos, enquanto uma política de Estado tende a ser permanente (HESPANHOL, 2013, p. 479 e 480).

Fortalecer os programas PAA e PNAE e criar novos programas ou políticas públicas foram desafios apontados pelos entrevistados como essenciais para estimular a agricultura familiar, agroecologia e a comercialização.

“Deveria ter mais programas, porque ter os mesmos e ter mais oportunidade e aumentar mais o programa, ou ter outros também nada impede [...]” (A3).

“A política de comercialização agrícola não deve ser usada para objetivos de curto prazo, pois é estratégica na busca de solução para o endividamento agrícola” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 149), para cumprir seus objetivos principais, fortalecer a agricultura familiar e promover a segurança alimentar e nutricional.

Como desafios a serem superados na comercialização de produtos de base agroecológica na visão dos agricultores entrevistados do Assentamento do Contestado e de gestores municipais estão: a valorização dos produtos agroecológicos, o respeito pela sazonalidade e à manutenção das sementes crioulas (soberania alimentar).

Valorizar e consumir produtos, especialmente alimentos agroecológicos, passa por uma escolha de vida. “O consumidor lança mão de múltiplas identidades nas decisões tomadas no cotidiano em busca de satisfazer suas necessidades, inclusive éticas e políticas” (BETTI et. al., 2013, p. 289). E para isso, a sensibilização por meio também de políticas de incentivo e acesso ao consumo de alimentos agroecológicos e orgânicos é necessária.

A quinta diretriz do PNAE aponta o apoio de forma indireta a agroecologia, a soberania, apoio ao desenvolvimento sustentável, incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados produzidos em âmbito local e prioriza as comunidades tradicionais indígenas e remanescentes de quilombos (BRASIL, 2009). O PAA que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) aponta em sua oitava finalidade, a promoção e a valorização da

biodiversidade na produção orgânica e agroecológica de alimentos e incentiva hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional (BRASIL, 2012).

A fala de um gestor entrevistado exemplifica essa finalidade também:

“Mas assim, é uma tendência do programa em valorizar os produtos da agroecologia, é uma visão que a gente inclusive tem como prioridade de atendimento. Atendimento da agroecologia, projetos formados exclusivamente por mulheres, as comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, acampados tem prioridade nesse sentido” (G4).

Niederle e Almeida (2013, p. 28), citam que dentre os mercados que têm revelado maior pujança nesse processo de reconfiguração dos territórios, pode-se destacar aqueles associados à produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos com a presença crescente do Estado a partir do PAA e PNAE.

Os agricultores entrevistados deixam claro a importância e a valorização dos alimentos agroecológicos, inclusive citando os agrotóxicos como um “vilão” a saúde não só de quem planta.

[...] e hoje nós não queremos enxergar que é o veneno que esta fazendo mal pros agricultores, principalmente toda a população. Então, nós estamos produzindo vida. Principalmente tamo cuidando da terra, da água, até do nosso próprio ar (A4).

O Brasil como o maior consumidor de agrotóxicos precisa evidenciar essa problemática do mundo rural e colocar como uma questão civilizatória a regulamentação do uso de agrotóxicos (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013).

Ao decidir consumir produtos de base agroecológica se opta por respeitar a sazonalidade da produção, ou seja, respeitar o que é típico de cada estação ou época. Esse desafio está presente e interfere na comercialização inclusive nos mercados institucionais como mais destacados no PNAE. Gestores e agricultores trazem esse desafio em suas falas.

“Eu acho que há a possibilidade de outros produtos, mas é outra dificuldade. É uma coisa a ser considerada porque você precisa aprender que quando você come alimento você respeita a sazonalidade da produção. Não é fácil” (G5).

“Precisa ser sensibilizado a questão das merendeiras e das nutricionistas, porque elas querem, eles acham que a produção sazonal que nós entregamos deve ser tipo CEASA¹⁷ [...]” (A5).

O PAA possibilita mais a sazonalidade que traz segurança ao produtor, diferente do PNAE em que a entrega é semanal, não constando a mesma sazonalidade (SOUZA, 2012 apud CONALGO, 2015). Sem essa diferenciação nos programas, Schmitt e Grisa (2013), apontam que os programas em termos de consumo respeitam a sazonalidade dos produtos e que valorizam os atores dos territórios.

Valorizar e consumir alimentos agroecológicos respeitando a sazonalidade propicia aumentar o conhecimento sobre a soberania alimentar. A soberania como potencialidade apontada pelos agricultores se torna um desafio, pois, permite junto com a agroecologia romper paradigmas de conhecimento e vivência.

A ênfase na soberania alimentar inclui os mercados, as economias e os circuitos locais de produção e consumo, permitindo que o campesinato ganhe vida. Essa soberania local se constitui com a proteção dos mercados nacionais, a reforma agrária, defesa da terra e do território¹⁸ (MARTINEZ-TORRES; ROSSET, 2016). Isso inclui guardar e conservar as sementes.

A fala do agricultor reflete a tentativa de trazer a soberania alimentar no cotidiano:

“Uso sementes crioulas¹⁹ pra não ficar só comprando semente. É difícil, mas temos que tentar fazer isso” (A6).

Alguns agricultores guardam e partilham sementes como também, participam das feiras nacionais de sementes crioulas. Fazendo isso, a soberania alimentar e a agroecologia se fortalecem diariamente (BEZERRA, 2016, p. 10).

¹⁷ CEASA – Centrais de Abastecimento do Paraná S. A.

¹⁸ ROSSET, 2006, 2013.

¹⁹ Semente Crioula é o material de reprodução vegetal de qualquer cultivar, proveniente de reprodução sexuada ou assexuada, de uso e posse de agricultores familiares e camponeses, cujo melhoramento genético é realizado essencialmente pelos próprios agricultores ao longo do tempo, resultando na adaptação destas sementes às condições climáticas, ambientais e dos solos no local em que é semeada e utilizada. O diferencial destas sementes em relação às sementes não crioulas é a total integração com a vida social dos agricultores, assim essas sementes fazem parte das expressões culturais e territoriais das comunidades, são essenciais para o desenvolvimento de ritos culturais e cumprem o papel de catalisadoras para a organização e formação de redes por parte dos agricultores. As sementes crioulas possuem historicidade dentro da família e das comunidades relacionada ao manejo e aos seus usos potenciais [...] (PEREIRA, 2017, p.57).

Os desafios da comercialização do PAA e do PNAE na visão de agricultores e gestores estão relacionados basicamente na superação das divergências políticas e na transformação dos programas de governo em políticas de Estado. Alguns discursos de gestores reproduzem uma visão neoliberal de quem não está na base. Fortalecer e criar mais incentivos para a comercialização dos produtos agroecológicos é desafio para esferas municipais, estaduais e federais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas PAA e PNAE sozinhos não conseguem suprir a comercialização capaz de garantir a subsistência dos agricultores no Assentamento. Esses precisam buscar alternativas de mercados como, as feiras e as cestas agroecológicas. Mas é possível visualizar a importância que ambos os programas apresentaram para os agricultores assentados conforme as potencialidades destacadas na segunda categoria analisada nos resultados e discussões.

As potencialidades do PAA e do PNAE mostraram que os programas fortaleceram a organização e trouxeram contribuições significativas para os agricultores assentados. As garantias de venda e de renda foram resultantes do acesso a esses programas institucionais.

Os principais problemas descritos pelos agricultores foram: a consolidação da venda dos alimentos agroecológicos, os processos burocráticos e o pouco recurso destinado aos programas. O corte orçamentário de 90% dos recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos demonstra o retrocesso político de um programa com grande potencial de fortalecer a agricultura familiar e promover a Segurança Alimentar e Nutricional. Esse corte pode resultar na extinção do PAA, conforme fala de gestores e agricultores.

A comercialização de produtos de base agroecológica destinados ao PNAE depende de uma gestão municipal que apoie e estimule a agroecologia, já que os 30% que precisam ser destinados para a compra da agricultura familiar não exigem que estes sejam orgânicos ou agroecológicos.

Os gestores técnicos dos programas entendiam a importância e a necessidade de transformá-los em políticas públicas e não política de governo. Mas, por outro lado, quanto maior era o cargo político na gestão mais se evidenciou os pontos de vistas ideológicos de visão mais liberal, de um Estado mínimo que justificaria a redução desses programas. Essa tendência levaria ao corte dos programas ou transformação em política residual. Os gestores de cargos elevados tinham também visões ideológicas, voltadas a uma questão coletiva e social e que gostariam de fortalecer esses programas para transformar em política de Estado.

As dificuldades e os desafios na efetivação dos programas PAA e PNAE e suas contradições, na visão dos agricultores ou dos gestores municipais são

merecedores de reflexão, pois são os desafios destacados pelos agricultores e gestores que podem ser superados para gerar mudanças positivas.

Estes programas promovem a soberania e a segurança alimentar e nutricional, possibilitam o direito aos agricultores de acessar mercados antes inexistentes, assim como, incentivam a agricultura familiar, garantem venda e renda, fortalecem a Cooperativa e a agroecologia, estimulam o desenvolvimento local e diminui o êxodo rural.

Por isso, a comercialização nos mercados institucionais do PAA e do PNAE passa desde a relação direta com o modo de produzir até a forma de comercializar e consumir. A realidade vivida pelos agricultores demanda uma visão ampla do trabalho da gestão. Quanto menor as contradições de visões, interesses muitas vezes político-partidários, maior seriam a efetivação desses programas em nível local.

As potencialidades, as dificuldades e os desafios caminham juntos, fazem parte de um processo que atinge produção, comercialização e consumo. E o sentido da agroecologia é subjetivo de cada agricultor e gestor, mas dá sentido na produção de alimentos sustentáveis. As entrevistas também apontaram as similaridades e as diferenças/contradições entre as visões de gestores e agricultores.

Não se analisaram todas as dimensões que a comercialização de alimentos e produtos agroecológicos produzidos por agricultores da reforma agrária em um assentamento permitem. Como são produzidos e quem consome esses alimentos, são questões pertinentes para ampliar a discussão em futuras pesquisas, assim, como aumentar o número de participantes que poderiam trazer outros sentidos e análises sobre os alimentos agroecológicos, potencialidades, dificuldades e desafios, diversificados, similares ou não.

Novos canais de comercialização, fortalecimento da Cooperativa e organização de redes de mercados alternativos são premissas que estão sendo pensadas pelos agricultores do Assentamento como forma de superar os desafios da comercialização que enfrentam diariamente.

As categorias convergem entre si, não são isoladas, são resultados de práticas e processos expostos a todos os envolvidos direto ou indiretamente. A agroecologia é base de um modo de vida possível que pode gerar transformações mais amplas no campo e na cidade.

No entanto, é necessário um trabalho em rede na qual todos são responsáveis pelo desenvolvimento territorial rural sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Serviço Público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998
- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL**, 1., 1997, Brasília. Anais. Brasília: PNUD, 1997.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara Ines. Agroecología Y Soberanía Alimentaria em América Latina. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Soberania Alimentsar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.
- AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sérgio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- ARAÚJO, Laura Filomena Santos de et al. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 53-61, jul.-set, 2013.
- ARAÚJO, Luciana Souza de. **Cooperativismo e Filosofia Latino-Americana**: autogestão como possibilidade de libertação?. Tese de Doutorado no curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.
- AVILA, Mario Lucio; CALDAS, Eduardo Lima; AVILA, Silvia Regina. Coordenação e efeitos sinérgicos em políticas públicas no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília. 2013.
- AZEVEDO, Edisio Oliveira de. Desafios e perspectivas da Agroecologia. In: CAPORAL Francisco Roberto; AZEVEDO Edisio Oliveira de. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELIK, Walter; SILIPRANDI, Emma. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luiz; MONTEIRO, Maria

Ines. **Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI.** Campinas, Ipes, 2010.

BETTI, Patricia et al. O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: as justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura.** Curitiba: Kairós, 2013.

BEZERRA, Islandia. Agroecologia no prato, saúde no corpo (e no meio ambiente): a luta diária pela soberania alimentar. In: **15ª Jornada de Agroecologia. Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos. Cuidando da Terra, cultivando biodiversidade, colhendo Soberania Alimentar. Construindo um projeto popular e soberano para a agricultura.** Lapa - PR, Brasil. 27 a 30 de julho de 2016.

BIGARELLA, Joao José; BLASI, Oldemar; BREPOHL, Dieter. **Lapinha: a natureza da Lapa.** Lapa: Lar lapeano de saúde. 1997.

BONNAL, P.; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: LEITE, Sergio P. et al. **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** Brasília: IICA, 2011, (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 14).

BORGES, Juliano Luis. **A transição do MST para a agroecologia.** Dissertação (Pós-graduação em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.

BRASIL. CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO.** Brasília,: MDS; CIAPO, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf> Acesso em: 21 nov 2016

BRASIL. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019.** Brasília: MDA, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO_2016_2019.pdf> Acesso em: 21 nov 2016.

BRASIL. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar.** 2. ed. Brasília: FNDE, 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas?start=10>> Acesso em: 29 abr. 2016.

BRASIL. **Cartilha o encontro da Agricultura Familiar com a Alimentação Escolar.** Brasília: FNDE, 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas?start=10>> Acesso em: 29 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, ago. 2010. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, jul. 2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Portal da Legislação**, Brasília, ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm> Acesso em: 10 out 2016.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, jul. de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm> Acesso em: 10/10/2017.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. **Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. 2ª Ed. Versão atualizada com a resolução CD/FNDE n.04/2015. Brasília, DF, 2016. Disponível em:<

<http://www.fn-de.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas?start=10>> Acesso em: 29 abr. 2016.

BRASIL. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** ASCOM/MDS. Novembro de 2012. Disponível em: <
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PA_A_FINAL.pdf> Acesso em: 20/07/2016.

BRASIL. **O Programa de Aquisição de Alimentos. Manual Operativo. Modalidade Compra Com Doação Simultânea operações por meio de termo de adesão.** MDS; SESAN, DECOM. Versão 1.0. Fevereiro de 2014. Disponível em:<
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf
 > Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. **Passos para executar o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Brasília, DF, 2013. Disponível em:< <http://www.fn-de.gov.br/programas/pnae/pnae-area-para-gestores/pnae-manuais-cartilhas?start=10>> Acesso em: 29 abr. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO. Proposta elaborada por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, para avaliação e aprovação pelos ministros das pastas que compõem a CIAPO.** Brasília, 20 de agosto de 2012. Disponível em:<<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/planapo.pdf>> Acesso em: 25 Mar. 2016.

BRASIL. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Outubro, 2013. Disponível em:<
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf> Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, Julho de 2004. Disponível em: <
<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/view>> Acesso em: 10 abr 2017.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos.** 2018. Disponível em:
 <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O que é a agricultura familiar.** 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-e-agricultura-familiar>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

BRASIL. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead).** Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/>> Acesso em: abr de 2016 a fev 2018.

BRASIL. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Por um desenvolvimento sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**: Documento Final. 2007. Disponível em: <<http://www.ibfan.org.br/documentos/outras/doc-254.pdf>> Acesso em: 10 abr 2017.

BRASIL. **Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília. 2009.

BRUMER, A.; DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 179-234.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Ano XXII n. 2, abr./maio/jun. 2013. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/964720/1/SETETESSESOBREOMUNDORURALBRASILEIRO.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2018.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

BURDA, Naomi Anaue. **Atlas Eletrônico do Patrimônio do Sítio Histórico Urbano da Lapa**. 2016. Disponível em: <<http://www.atlaspatrimoniolapa.com.br/HistoriaDaLapa.html>> Acesso em: 05 set 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da Segurança Alimentar. **Temas da Administração Pública (TAP)**, v. 8, n. 2, p.1- 21, 2013.

CAMPOS, Arnaldo de; BIANCHINI, Valter. A agricultura Familiar passa a ser uma prioridade do Estado. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília. 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: CAPORAL Francisco Roberto; AZEVEDO Edisio Oliveira de. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Curitiba. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, v. 6, p. 63-74, 2012.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. **Estudos Avançados** São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-48, dez. 2005.

COLNAGO, Ellen Tamires Pedriali. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Dracena-SP**. Monografia do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. Presidente Prudente- SP, 2015.

CONCEIÇÃO. Júnia Cristina P. R. da. Política de comercialização agrícola no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

COSTA, Carlyanne do Nascimento; CAPELLI, Jane de Carlos Santana; Camilla ROCHA, Medeiros Macedo da; MONTEIRO, Gina Torres Rego. Disponibilidade de alimentos na alimentação escolar de estudantes do ensino fundamental no âmbito do PNAE, na cidade de Codó, Maranhão. **Cad. Saúde Colet.**, v. 25, n. 3, p. 348-354. Rio de Janeiro, 2017.

DAROLT, Moacir Roberto et al. Redes Alimentares Alternativas e Novas Relações Produção-consumo na França e no Brasil. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-22, Jun 2016.

DAROLT. Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Nyéléni, Selingue, Malí. Quarta-feira 28 de fevereiro de 2007. Disponível em: <https://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declarao_de_Nylny.pdf> Acesso em: 10 abr. 2017.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da; OLIVEIRA, Jader José de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA)**. Brasília, dezembro de 2005. (Texto para discussão, 1145).

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In DELGADO, Nelson Giordano. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento

rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DEVES, Otávio Diel; RAMBO, Anelise Graciele. Mercados institucionais e a comercialização de alimentos na agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Pedro do Butiá – RS – Brasil. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, jan/abril 2013.

DÍAS, Thiago Ferreira et al. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, Taubaté, v. 9, n. 3, p. 100-129, set.-dez. 2013.

DINIZ, Janaína Deane de Abreu et al. Agregação de valores a espécies do Cerrado como oportunidade de inserção da agricultura familiar em mercados diferenciados. In: CONTERATO, Marcelo Antonio, et al. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

ECOVIDA. **Sobre Rede de Agroecologia Ecovida**. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>> Acesso em: 20 jan 2018.

ENGEL, Vonja; ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de; DEPONTI, Cidonea Machado. Agricultura Familiar no Contexto das Cooperativas Rurais: o caso da Ecocitrus. **Cadernos de Ciencia & Tecnologia**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 59-81, jan./abr. 2017.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto BUSARELLO, Carla Spillere. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p.289-299, 2015.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: Introdução e Conceitos. In: AQUINO, Adriana Maria de.; ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os Camponeses, os Agricultores Familiares: paradigmas em questão. **Geografia** v. 15, n. 1, p. 205-219, jan./jun. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FERNANDES, Gabriela de Menezes; FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Agroecologia e MST no Leste Paranaense: as experiências do Assentamento Contestado (Lapa/PR) e do acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR). **Revista Pegada**, v. 16, n. especial, p. 89 - 101, maio. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The State of Food and Agriculture: Innovation in family farming**. Rome: FAO, 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOOGLE MAPS. Lapa/ PR. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Lapa+-+PR,+83750-000/@-25.8003355,-50.1560537,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x94dd7500bb56b2c3:0xc645542ce706639a!8m2!3d-25.7675893!4d-49.717299>> Acesso em: 23 fev 2017.

GRISA, Catia et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, v. 1 p. 137 -170, 2010.

GRISA, Catia; PORTO, Silvio Isopo. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRUPO MARISTA. **Partilhar**. Edição n. 110, setembro de 2015. Disponível em: <<http://partilhar.grupomarista.org.br/2014/05/16/inauguracao-trilhas-incubadora-social-marista/>> Acesso em: 20 abr 2016.

HESPAANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HESPAANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, set./dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/lapa/panorama>> Acesso em: 28 nov 2016.

INSTITUTO KAIRÓS CAPINA. O controle social nas compras públicas da alimentação escolar. In: INSTITUTO KAIRÓS CAPINA. **Práticas de Comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura Familiar: comparação internacional**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

LAPA. **História**. 2016. Disponível em: < <http://lapa.pr.gov.br/conteudo/233/historia>> Acesso em: 28 nov 2016.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural. São Paulo: Unesp/ Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, 2004. (Estudos NEAD 6).

LEONEL JUNIOR, Gladstone. **Direito a agroecologia**: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

LIMA, Aparecida do Carmo. **Práticas educativas em agroecologia no MST/PR**: processos formativos na luta pela emancipação humana. Maringá, 2011. Dissertação (Pós-Graduação em Educação), Universidade Estadual de Maringá, 2011.

LIMA, Priscila Gualberto de; CORRÊA, Gilson César Pianta. Adquirindo alimentos da reforma agrária: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política de segurança alimentar nos assentamentos do Rio Grande do Sul. In: CONTERATO, Marcelo Antonio, et al. **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

MAGALHÃES, Rosana. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346. 2014.

MALUF, R. Posfácio. Soberania Alimentar no continente das desigualdades. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

MALUF, R.S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Suzana Bleil. **Caderno 'Segurança Alimentar'**. 2017 Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019>> Acesso em: 29 maio 2016.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57- 67, jan./jun. 2008.

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. Soberanía Alimentaria, Agroecología Y Recampesinización. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO,

Julian. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

MARTINS, Luciana Galvão; TOZETTI, Renata de Fátima; FERREIRA, Márcia Regina. Desenvolvimento Territorial Sustentável: o desafio contemporâneo de romper o globalitarismo existente pela busca de novas alternativas de consumo local. **Guaju**, Matinhos, v. 2, n. 1, p. 38-60, jan./jun. 2016.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006. (NEAD Estudos, 12).

MCMICHAEL, Philip. **Regimes Alimentares e questões agrárias**. São Paulo, Porto Alegre: Unesp da UFRGS, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DÍAS, Marcelo Miná. Marco jurídico-normativo para o desenvolvimento rural com enfoque territorial. In: Leite, Sergio P. et al. **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, p. 61-88, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 14).

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flavia Charão. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. In: CONTERATO, Marcelo Antonio, et al. **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

MEIRELLES, Laércio. **Agroecologia, Mercados Locais e Soberania Alimentar**. Centro Ecológico Ipê. Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica. Rio Grande do Sul, 2004. <Disponível em: http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=13> Acesso em: Nov./2016.

MIELITZ, Carlos. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de Segurança Alimentar. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: MDS, 2014.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 16, p. 22-41, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. A **cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Documentos e Debates: Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/campesina-uma-analise-sobre-sua-genese-e-processo-de-consolidacao>> Acesso em: 10 abr 2017.

OLIVEIRA, Cida de. Segurança Alimentar: Agricultores temem a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos. **Rede Brasil Atual (RBA)**, 17 out. 2017. Cidadania. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/10/contag-teme-extincao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>> Acesso em: 26 fev. 2018.

PARANÁ. **Programa Paraná Agroecológico**. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/pr_agroecologico.pdf> Acesso em 15 fev 2018.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Campina Grande: **Raízes**, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PEREIRA, Viviane Camejo. **A conservação das variedades crioulas como prática de agricultores no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, RS, 2017.

PEREZ-CASSARINO, Julian. et al. A promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) por meio do mercado Institucional: A experiência brasileira. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Soberania Alimentosar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil Contemporâneo. In: DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira.

Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

PORTO, Sílvia Isoppo. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** Política Pública de Fortalecimento da Agricultura Familiar e agroecologia no Brasil. 131 f. 2014. Dissertação da Universidad Internacional de Andalucía, Programa Oficial de Postgrado – Agroecología, Baeza – Jaén, Espanha, 2014.

PROJETO de Cooperação Técnica INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar:** O Brasil Redescoberto. Brasília, 2000. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2017.

RAMBO, José Roberto; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo; LAFORGA, Gilmar. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **R. Ciênc. Agroambientais**, v. 14, n. 1, p. 86-96. 2016.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **Via Campesina, Soberania Alimentar e Agroecologia.** XIV Jornada do Trabalho. O trabalho e a crise estrutural do capital: resistência, limite e alternativas. Ourinhos, 2013.

RIGON, Sílvia do Amaral; BÓGUS, Cláudia Maria. A segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Das Concepções Norteadoras ao Início dos Processos de Consolidação. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe.** Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.75-82, dez. 2001.

SACHS, Ignacy. **Rumo À Ecosocioeconomia:** Teoria e Prática do Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SALAMI, Aline Maria; MATIELO, Etel. Soberania Alimentar: a arte de nutrir a vida. In: SIQUEIRA, Gislei; DE CARLI, Caetano. **Plantar, colher, comer:** a caminho da segurança alimentar. Brasília: Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), 2007.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. Agricultor Familiar e Camponês no Contexto da Questão Agrária Contemporânea. **Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL**, v. 2, n. 47E, p. 1-13, 2011.

SANT'ANA, Antonio Lázaro et. al. Qualidade partilhada e relações de sociabilidade entre produtores familiares e consumidores no processo de comercialização direta, no noroeste paulista. In: CONTERATO, Marcelo Antonio, et al. **Mercados e agricultura familiar:** interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

SANTOS, André Rogrigues dos. et al. Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA

Doação Simultânea) nos Estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 533-548, jan./ jun. 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio; ALVES, Adilson. **Processos de cooperação e solidariedade na América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SCHIMITT, Cláudia Job; GRISA, Catia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

SCHIMITT, Cláudia Job; GUIMARÃES, Leonardo Alonso. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 1-7, jun. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Prefácio. In: CONTERATO, Marcelo Antonio, et al. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SCHOMMER, Paula Chies. Desenvolvimento local: reconfiguração de papéis e governança para a coprodução do bem público. In BRITO, Felipe; BORGES, Zilma **Ecosistema do desenvolvimento local no Brasil: diálogo sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada**. São Paulo: 2013.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVA, Sandro Pereira. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SOUZA, Alessandra Silva de. **Soberania alimentar e agroecologia: práticas e perspectivas para a transformação no/do campo na região metropolitana de Curitiba – as experiências da AOPA e do Assentamento Contestado**. Curitiba, 2010. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia). Universidade Federal do Paraná.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. **Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos**. 2010. Disponível em:

<<https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>> Acesso em: 25 abril 2017.

STEENBOCK, Walter; VEZZANI, Fabiane. **Agrofloresta**: aprendendo a produzir com a natureza. Curitiba, 2013.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e práticas na aquisição de alimentos. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 25, n. 5, p. 657-668, set./out. 2012.

TRICHES, Rozane Marcia. Repensando o Mercado da Alimentação Escolar: novas institucionalidades para o Desenvolvimento Rural. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saude Soc.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, dez. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURPIN, Maria Elena. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP: 2018.

VALADÃO, Adriano da Costa; MOREIRA, Silvana dos Santos. Reflexões sobre a Compreensão de Agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Resumos do VI CBA e II CLAA. **Rev. Bras. De Agroecologia**, v. 4, n. 2, nov. 2009.

VALENTE, Flávio et. al. Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

VIVAS, Esther. Viver sem supermercados. In: MÓ DE VIDA E CIDAC. Comércio Justo - Para quem? Porquê? Como? Com quem? Dossiê pedagógico com fichas de actividades. **La Directa**, n. 171, p. 15-18, abr. 2011. Disponível em:<<http://www.modevida.com/wp/wp-content/uploads/2014/09/Brochura.pdf>> Acesso em: 20 maio 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura Familiar Brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, n. supl. 1, p. 25-44, 2014.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA A COLETA DE DADOS: AGRICULTORES

Agricultores associados à cooperativa Terra Livre que vendem alimentos para o PAA e PNAE

Nome:

Idade:

1. Conte um pouco de sua trajetória como agricultor e como você se sente com sua condição atual.
2. Comente sobre os caminhos que levaram a produzir alimentos de base agroecológica. Como se sente frente a esta escolha?
3. O que representa/ Quais sentidos você atribui aos alimentos de base agroecológica? E de produção familiar?
4. Comente como se dá a produção dos alimentos (desde o que e como planta até a colheita).
5. Como é feita a venda dos alimentos de base agroecológicas (embalagem, transporte, quem são os principais compradores, quem são os principais consumidores).
6. Qual importância da cooperativa na comercialização dos alimentos?
7. Como você avalia os Programas do PAA e do PNAE para a sua vida e da comunidade?
8. O PNAE e/ou o PAA alterou em algo a produção do (a) Sr(a)?
(Teve que produzir de forma diferente? Teve que produzir em maior quantidade? Teve que fazer alguma adaptação na estrutura da produção? Comprar algum equipamento novo etc?).
9. Quais alimentos vendem para o PAA ou PNAE? Há possibilidade de outros alimentos? Comente.
10. Comente como você percebe o nível de informação quanto ao PAA e PNAE entre os agricultores assentados. Eles conhecem? Identificam os potenciais?
11. Você pensa que o PNAE/PAA garante a oportunidade do mercado institucional (do Estado) de modo a apoiar e fortalecer a agricultura familiar local? Comente?

12. Em sua opinião, quais são os potenciais deste mercado institucional?
13. Quais são as dificuldades e desafios deste mercado institucional através do PNAE e PAA, em sua opinião?
14. Comente sobre os valores da comercialização. (De que forma esses valores são estabelecidos? O que você pensa sobre esses valores?) E sobre as quantidades de produtos comercializados?
15. Como é realizada a chamada pública para a aquisição dos alimentos da agricultura familiar? Comente. Há concorrência entre fornecedores?
16. Na sua percepção, quais os principais problemas encontrados para que se cumpram as políticas quanto à aquisição do alimento de base agroecológica?
17. Você observa que o município da LAPA/Curitiba está propenso (predisposto) à execução da PNAE? E do PAA? Comente
18. Como avalia a participação da prefeitura municipal Lapa nas políticas públicas de incentivo a agricultura familiar? Comente sobre as potencialidades e as barreiras.
19. Existem dificuldades para a comercialização do que produz no município da Lapa e na região próxima do Assentamento? Quais seriam? E quanto ao consumo?
20. Você observa que há relação e/ou influências político-partidárias quanto à execução do PNAE/PAA? Comente.
21. Além dos programas institucionais conhece outras formas de comercialização? Quais e como acontece?
22. Gostaria de falar mais alguma coisa?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO PARA A COLETA DE DADOS: GESTORES

Gestores públicos responsáveis pela organização dos programas do PAA e do PNAE no município da Lapa PR

Nome:

Cargo:

Há quanto tempo no cargo:

Secretaria:

1. Qual a sua percepção sobre os alimentos de base agroecológica? E alimentos de produção familiar? E alimentos orgânicos?
2. Conhece os programas de aquisição de alimentos e de alimentação escolar do governo federal? Comente?
3. Conhece a PNAE? Comente?
4. O município adere a esses programas e políticas? Como procede?
5. Como você avalia os Programas do PAA e do PNAE na comunidade/no município?
6. Os gestores públicos recebem capacitação sobre como proceder com os programas? Comente.
7. Acredita que esses programas incentivam a agricultura familiar local? De que modo?
8. Comente como você percebe o nível de informação quanto ao PAA e PNAE entre os agricultores municipais. E quanto aos agricultores do assentamento?
9. Quais alimentos de base agroecológicos e da agricultura familiar são geralmente adquiridos pelo PAA ou PNAE? Há possibilidade de outros alimentos? Comente.
10. Você pensa que o PNAE/PAA garante a oportunidade do mercado institucional (do Estado) de modo a apoiar e fortalecer a agricultura familiar local? E quanto a produção agroecológica? Comente?

11. Na sua opinião, quais são os potenciais deste mercado institucional no município?
12. Quais são as dificuldades e desafios deste mercado institucional através do PNAE e PAA no município, em sua opinião?
13. Comente sobre os valores da comercialização. (De que forma esses valores são estabelecidos? O que você pensa sobre esses valores?) E sobre as quantidades de produtos comercializados?
14. Como é realizada a chamada pública para a aquisição dos alimentos da agricultura familiar? Os valores repassados pelo FNDE são suficientes? Comente. Como é a concorrência entre fornecedores?
15. Você pensa que o PNAE/PAA garante a oportunidade do mercado institucional de modo a apoiar e fortalecer a agricultura familiar local? Comente? Quais são os potenciais deste mercado institucional? Quais são as dificuldades de que ele seja implementado, em sua opinião?
16. Na sua percepção, quais os principais problemas encontrados para que se cumpram as políticas quanto à aquisição do alimento de base agroecológica? E da agricultura familiar?
17. Você observa que o município da LAPA está propenso (predisposto) à execução da PNAE? E do PAA? Comente
18. Como avalia a participação da prefeitura municipal Lapa nas políticas públicas de incentivo a agricultura familiar? E a de base agroecológica? Comente sobre as potencialidades e as barreiras.
19. Comente sobre a informação quanto ao PAA e PANE entre os agricultores assentados possuem. Na sua opinião, eles conhecem suficientemente? Comente
20. Você observa que há relação e/ou influências político-partidárias quanto a execução do PNAE/PAA? Comente.
21. Existe alguma outra política municipal de incentivo a agricultura familiar? E de base agroecológica?
22. Existe uma Lei sobre a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica, ou de fortalecimento da agricultura familiar? Comente.
23. Gostaria de falar mais alguma coisa?

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

AGRICULTORES E GESTORES

PROTOCOLO NÚMERO: _____

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento e rubrique todas as suas páginas deste documento que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável, que também assinará e rubricará todas as vias.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar: potencialidades e desafios na comercialização de alimentos orgânicos e de base agroecológica do Assentamento do Contestado Lapa/PR

Pesquisador Responsável: Fernando Hellmann

Telefone para contato: (48) 9903-0480

E-mail para contato: fernando.hellmann@ufsc.br

Esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar potencialidades, dificuldades e desafios para a comercialização de alimentos orgânicos de base agroecológica do Assentamento do Contestado no Município de Lapa, Paraná, na perspectiva dos agricultores e dos gestores municipais responsáveis pelos Programas PAA e PNAE, na interface com as políticas públicas de agroecologia e segurança alimentar e nutricional. A pesquisa justifica-se por possibilitar ampliar o conhecimento sobre a comercialização dos alimentos de base agroecológica do Assentamento em mercado institucional e analisar visões de agricultores e gestores desses mercados, PAA e PNAE.

Trata-se de uma pesquisa caracterizada pela abordagem qualitativa classificando-se a pesquisa como descritiva segundo seus fins e de campo segundo seus meios. A coleta de dados será feita pelas entrevistas semi-estruturadas. Para registro será usado o diário de campo sigiloso, apenas como fonte de dados para o pesquisador. A análise será por meio de análise de conteúdo. Esta pesquisa é realizada no Município da Lapa/PR e no Assentamento do Contestado no mesmo município. A pesquisa prevê riscos mínimos, sobretudo os relacionados à possível exposição de opiniões as quais podem ser motivos de possível constrangimento por outros profissionais; visando a minimização de riscos como este descrito, é que serão tomados todos cuidados necessários para manter o sigilo e anonimato. Embora os pesquisadores não consigam identificar outros riscos, caso identificável, estes serão controlados. Artigos científicos e divulgação da pesquisa serão apresentados como partilha dos resultados e discussões. No mais, os resultados do estudo serão disponibilizados aos participantes, por e-mail indicado ou da forma que o participante decidir, após a conclusão do mesmo.

Todos os dados obtidos serão guardados em sigilo. O participante poderá recusar-se a tomar parte da pesquisa ou retirar o seu consentimento a qualquer tempo, sem penalidade alguma.

Sua participação é voluntária e sem custos para participar, bem como não haverá ressarcimento para participação; contudo, explicitamos a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Os participantes poderão solicitar o esclarecimento sobre a pesquisa a qualquer momento e poderão tomar conhecimento dos resultados desta pesquisa a partir de março de 2018 (período correspondente à conclusão da pesquisa), via pedido de e-mail (citado acima).

Nome e Assinatura do pesquisador responsável: _____
Fernando Hellmann

Nome e Assinatura do pesquisador que coletou os dados: _____
Edneia Cachoeira

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar desse estudo como sujeito. Fui informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora Edneia Cachoeira sobre o tema e o objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita e os benefícios e os possíveis riscos decorrentes de minha participação. Recebi a garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me traga qualquer prejuízo.

Nome por extenso:	_____
RG:	_____
Local e Data:	_____
Assinatura:	_____